

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026 - UASG: 926120
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00113-00002752/2026-94

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.070.532/0001-03, por meio da Diretoria de Materiais e Serviços, sediada no Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco "C", Edifício Sede do DER/DF, Setores Complementares, CEP: 70620-030, Brasília/DF, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelas Leis Distritais nºs 4.611/2011 e 4.770/2012, pelo Decreto Distrital nº 44.330/2023, e demais legislações aplicáveis.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h do dia 08 de junho de 2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 668.294,50.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras.

I - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de subscrições/licenciamento corporativo de softwares em modelo Software como Serviço (SaaS), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo disponibilização, ativação, renovação de subscrições existentes quando aplicável, e gestão administrativa das licenças, contemplando soluções como Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro, destinadas ao atendimento das necessidades institucionais do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em lotes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.3. Em caso de divergência na especificação do objeto entre o Portal de Compras do Governo Federal e o Edital, prevalece a deste Edital.

II - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.5.1. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital nº 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital nº 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

2.5.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.5.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

2.5.2.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.5.2.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.5.3. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.5.3.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

2.5.4. Para efeito do disposto no 2.5.3, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.5.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

2.5.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.5.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.5.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 2.5.4.1 e 2.5.4.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.5.5. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 2.5.4, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.5.5.1. O disposto no 2.5.4 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.5.5.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016);

2.6.5.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

2.6.5.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação, nos termos do Art. 89, do Decreto nº 37.843/2016).

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflitos de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133 de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.13. Nos termos do Art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

2.13.1. O disposto no item 2.12 não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

2.13.2. Não se aplica o benefício disposto no item 2.12 e subitens quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva.

2.14. Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que demonstre a sua viabilidade econômica na fase de Habilitação, conforme entendimento do TCDF nas decisões nºs 596/2024, 1.212/2024 e 1.469/2024.

III - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Na presente licitação seguirá o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, é imprescindível a inclusão das seguintes declarações, sob pena de desclassificação:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4.5. o fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133 de 2021.

3.4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.4.6. que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019.

3.4.7. que atende as exigências de sustentabilidade ambiental e aos requisitos previstos no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

3.5. A falsidade das declarações de que trata o item 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lance e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

IV - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do lote;

- 4.1.2. Marca, se for o caso;
- 4.1.3. Fabricante, se for o caso;
- 4.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.6.1. Caso a proposta seja omissa quanto ao prazo de validade, este será considerado como aceito pelo licitante para todos os efeitos.
- 4.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.6.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.
- 4.6.4. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.7. A forma física da proposta a ser inserida no sistema deverá conter:
- a) nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, número do CNPJ;
 - b) Valor global, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, tais como: quantidade de materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto;
 - c) as especificações detalhadas do(s) item(ns) nas características contidas no Termo de Referência, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste edital, prevalecerão às últimas;
 - d) prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
 - e) prazo de início dos serviços a serem executados, conforme Termo de Referência;
 - f) declaração de ciência e termo de responsabilidade, conforme modelo constante do Anexo II deste edital;
 - g) declaração de que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo III deste edital;
 - h) que atende as exigências de sustentabilidade ambiental e aos requisitos previstos no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 (Anexo IV);
 - i) declaração do Termo de Compromisso da Lei nº 6.128/2018, Decreto nº 45.846, de 27 de maio de 2024, conforme modelo constante do Anexo V deste edital.

V - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

a) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

d) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

e) Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 35.592, de 2014.

a) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

b) A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

c) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

a) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133 de 2021, nesta ordem:

5.19.a1) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.a2) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.a3) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.a4) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

b) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.b1) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.b2) empresas brasileiras;

5.19.b3) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.b4) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os subitens 5.19.a1 a 5.19.a4 e 5.19.b1 a 5.19.b4, proceder-se-á sorteio automático das propostas empatadas a ser realizado no sistema www.gov.br/compras.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

a) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

d) O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

e) É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

VI - DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (cnj.jus.br); e

e) Certidões Administração Pública Federal (tcu.gov.br).

6.1.1. *Link* para emitir a certidão do TCU - consolidada empresas inidôneas (itens b, c, d, e): <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> - *Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica*.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.

6.5. Conforme disposto no art. 26, § 3º da Lei Distrital nº 4.611/11, e no art. 8º, § 3º, do Decreto Distrital nº 35.592/14, bem como, seguindo a determinação da Decisão nº 5278-2022-TCDF, o item de cota reservada não pode ter preço superior ao do item de ampla concorrência.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. não cumpra os critérios e aceitabilidade e preços definidos no Termo de Referência;

6.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor

requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

VII - DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por arquivo de mídia em PDF.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **duas horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de

licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. Se previsto no Projeto Básico/Termo de Referência, quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sob pena de inabilitação, o licitante deverá atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.17.1. Fica a cargo do licitante a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.17.2. Se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração disponibilizará data e horário diferentes para os eventuais interessados.

VIII - DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133 de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalsei.df.gov.br/>. Pregoeiro(a): Antônio Marcos Ramos de Moraes. Telefone(s): 3111-5589. E-mail: pregao@der.df.gov.br.

IX - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. fraudar a licitação;

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Governo do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 141, §4º do Decreto nº 44.330/2023.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório do licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem com os cadastrados pela empresa no Sicaf.

9.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

X - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, mediante petição a ser enviada exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço do e-mail pregao@der.df.gov.br.

10.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação ou responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.2.1. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos, bem como outros avisos de ordem geral, serão divulgadas pelo sistema no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), e vincularão os participantes e a administração, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

10.5. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará a plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

10.6. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

10.6.1. O não atendimento ao disposto neste item terá como consequência o recebimento da impugnação como pedido de esclarecimento, caso encaminhada no prazo previsto no item 10.1 deste Edital.

10.7. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

XI - DA DOTAÇÃO

11.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos provenientes do(a)(s) Fonte(s): 237,100, 220, 183. Função: 26. Subfunção: 126. Programa de Trabalho: 8216. Ação/Subtítulo: 2557-2569. Natureza de Despesa: 339040.

XII - DO CONTRATO

12.1. Homologado o resultado da licitação, convocar-se-á a adjudicatária para assinatura do instrumento contratual, na Diretoria de Contratos, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação.

12.1.1. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

12.1.2. O não comparecimento da adjudicatária para assinatura do contrato, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao DER/DF convocar os proponentes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

12.2. O não comparecimento da adjudicatária convocada no prazo fixado pelo DER/DF, importará na perda do direito à assinatura do instrumento contratual.

12.3. Na hipótese do subitem 12.2, o procedimento do pregão será reaberto para o exame das ofertas e qualificação das licitantes, obedecida a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, e, não havendo recurso, ser-lhe-á adjudicado o objeto. A esse procedimento, se for o caso, serão cabíveis os preceitos contidos nos itens 7 e 8 deste edital.

12.4. Durante a execução do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme Art. 48, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

12.4.1. Nos termos do Art. 122 § 3º, da Lei nº 14.133/2021, é igualmente vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que se enquadre nas hipóteses de impedimento previstas na referida Lei, aplicando-se tal proibição, inclusive, às situações descritas no Art. 48, parágrafo único.

XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. A comunicação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta.

13.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.10. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:

13.10.1. incentive a violência;

13.10.2. seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;

13.10.3. incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;

13.10.4. exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo mulher de forma objetificada;

13.10.5. seja homofóbico, racista e sexista;

13.10.6. incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;

13.10.7. represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

13.11. Nos termos do Decreto nº 45.846/2024 que regulamenta a Lei nº 6.128/2018, ficará reservado o percentual mínimo de 2% (dois por cento) das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua.

13.12. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital nº 34.031/2012).

13.13. Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A - BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

13.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.der.df.gov.br/licitacoes.

13.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.16.2. ANEXO II - Declaração de ciência e termo de responsabilidade;

13.16.3. ANEXO III - Declaração para os fins do decreto nº 39.860/2019;

13.16.4. ANEXO IV - Declaração de que a empresa atende aos critérios de sustentabilidade ambiental e aos requisitos previstos no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012;

13.16.5. ANEXO V - Declaração para os fins do Decreto nº 45.846/2024;

13.16.6. ANEXO VI - Minuta de Contrato.

Brasília, 15 de maio de 2026.

Ana Hilda do Carmo Silva

Diretora de Materiais e Serviços

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM/LOTE	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Canva Pro+ Equipes – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso do software Canva, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, atualizações automáticas, suporte técnico do fabricante e acesso às funcionalidades contratadas, conforme plano licenciado. (EXCLUSIVO ME/EPP)	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	30	2.014,62	60.438,60
02	Flickr Pro – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso do software Flickr Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano profissional e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado. (EXCLUSIVO ME/EPP)	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	01	2.566,35	2.566,35
03	ChatGPT Business – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso da plataforma ChatGPT, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fornecedor, conforme plano licenciado. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	57	6.324,75	360.510,75
04	ChatGPT Business – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso da plataforma ChatGPT, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fornecedor, conforme plano licenciado. (COTA RESERVADA)	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	18	6.324,75	113.845,50
05	CapCut Pro – Subscrição de licença de uso do software CapCut, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado. (EXCLUSIVO ME/EPP)	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	05	1.127,84	5.639,20
06	Adobe Acrobat Pro – Subscrição de licença de uso do software Adobe Acrobat Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades completas do plano profissional, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado. (AMPLA CONCORRÊNCIA)	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	23	4.176,47	96.058,81

07	Adobe Acrobat Pro – Subscrição de licença de uso do software Adobe Acrobat Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades completas do plano profissional, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado. (COTA RESERVADA)	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	07	4.176,47	29.235,29
VALOR TOTAL R\$					668.294,50

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS E DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. O Termo de Referência - TR, nos termos da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), regulamentada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal por meio do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), amparando-se na [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#), Art. 12, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal, e no Parecer Referencial SEI-GDF n.º 45/2024 - PGDF/PGCONS da [Procuradoria-Geral do Distrito Federal](#), é o "documento elaborado a partir de estudos técnicos preliminares e deve conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de permitir à Administração a adequada avaliação dos custos com a contratação e orientar a correta execução, gestão e fiscalização do contrato".

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de subscrições/licenciamento corporativo de softwares em modelo Software como Serviço (SaaS), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo disponibilização, ativação, renovação de subscrições existentes quando aplicável, e gestão administrativa das licenças, contemplando soluções como Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro, destinadas ao atendimento das necessidades institucionais do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF.

2.2. PRAZO DE VIGÊNCIA

2.2.1. O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, observado o disposto no art. 106, § 2º, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, podendo o contrato ser prorrogado, nas hipóteses e condições do art. 107 da mesma Lei.”.

2.3. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO/NATUREZA

2.3.1. Os bens e serviços contratados serão executados na forma de **execução indireta** por menor preço global do lote, de acordo com o disposto na [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

2.3.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bem comum**, classificado como recurso de tecnologia da informação (SEI/GDF Nº 193361282), cujo padrões de desempenho e qualidade foram descritos objetivamente neste Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, por meio de especificações usuais de mercado sendo assim de ampla concorrência.

2.3.3. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de **bem de luxo**, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.3.4. O objeto terá garantia durante toda a vigência contratual.

2.3.5. O objeto da presente contratação caracteriza-se como **serviço continuado**, uma vez que envolve o fornecimento de subscrições/licenciamento de softwares em modelo *Software como Serviço (SaaS)*, cuja utilização é essencial para a manutenção das atividades institucionais do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER-DF).

2.3.6. As soluções a serem contratadas, tais como Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro, serão utilizadas de forma contínua no suporte às atividades administrativas, comunicação institucional, produção de conteúdos digitais e gestão de documentos.

2.3.7. O modelo SaaS pressupõe a disponibilização contínua das ferramentas, com acesso condicionado à vigência das licenças, o que implica na necessidade de renovação periódica das subscrições, bem como na gestão ativa dos usuários e permissões ao longo do tempo. Dessa forma, a interrupção do serviço acarretaria indisponibilidade imediata das funcionalidades, comprometendo processos de trabalho essenciais.

2.3.8. Adicionalmente, a contratação inclui atividades contínuas de natureza administrativa, como ativação, renovação, gerenciamento e eventual redistribuição de licenças, que demandam acompanhamento permanente durante toda a vigência contratual.

3. QUANTITATIVO

3.1. QUANTITATIVO TOTAL ESTIMADO (SUBSCRIÇÃO E RENOVAÇÃO DE LICENÇAS)

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	1	Canva Pro+ Equipes – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso do software Canva, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, atualizações automáticas, suporte técnico do fabricante e acesso às funcionalidades contratadas, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	30

2	1	Flickr Pro – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso do software Flickr Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano profissional e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	1
3	1	ChatGPT Business – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso da plataforma ChatGPT, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fornecedor, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	75
4	1	CapCut Pro – Subscrição de licença de uso do software CapCut, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	5
5	1	Adobe Acrobat Pro – Subscrição de licença de uso do software Adobe Acrobat Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades completas do plano profissional, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	30

3.2. Deste modo, considerando o modelo de licenciamento adotado pelos fabricantes e a necessidade operacional identificada, conclui-se que o quantitativo de licenças deve ser equivalente ao número total de usuários que utilizarão a solução, não sendo tecnicamente viável a contratação de quantitativo inferior com compartilhamento simultâneo.

3.3. MEMÓRIA DE CÁLCULO DO QUANTITATIVO ESTIMADO

3.3.1. O quantitativo estimado para a presente contratação foi definido com base no Censo Tecnológico institucional, considerando-se o número de unidades organizacionais demandantes, os perfis funcionais dos usuários, a natureza das rotinas administrativas, técnicas e institucionais relacionadas à comunicação oficial, produção de conteúdo gráfico e audiovisual, modelagem e automação de processos, apoio à análise de informações e gestão documental, bem como a necessidade de padronização e centralização do uso das ferramentas.

3.3.2. A partir desse levantamento, apurou-se a necessidade de contratação dos quantitativos descritos abaixo. Os quantitativos foram dimensionados de acordo com a demanda efetiva identificada, a abrangência de utilização por múltiplas áreas do DER-DF e a necessidade de assegurar disponibilidade adequada aos usuários que desempenham atividades diretamente relacionadas às funcionalidades de cada solução, conforme destinação funcional a seguir especificada.

QUANTITATIVO ESTIMADO					
SETOR	LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5
	Canva Pro+ Equipes	Flickr Pro	ChatGPT Busines	CapCut Pro	Adobe Acrobat Pro
PRESIDÊNCIA	3	0	7	1	3
SUAFIN	2	0	6	1	2
SUTRAN	5	0	12	0	5
SUTEC	5	0	12	0	5
SUOPER	3	0	8	0	3
SUOBRA	4	0	10	0	4
CTINF	2	0	8	1	2
COPLAN	2	0	4	1	2
ASCOM	2	1	2	1	2
PROJUR	1	0	4	0	1
CORREG	1	0	2	0	1
TOTAL	30	1	75	5	30

3.3.3. Dessa forma, a definição da quantidade de licenças está diretamente alinhada às necessidades técnicas e operacionais, bem como ao fluxo de trabalho das equipes que utilizam ferramentas digitais para suporte às atividades institucionais. A contratação dos quantitativos estimados, mediante subscrição e, quando aplicável, renovação das licenças corporativas, representa a solução mais adequada sob a ótica do custo-benefício, da mitigação de riscos operacionais e do atendimento às demandas estratégicas da instituição.

3.3.4. A utilização do pacote integrado de softwares é fundamental para assegurar governança, continuidade operacional, padronização dos processos e maior produtividade, reduzindo retrabalho, minimizando falhas manuais e fortalecendo a qualidade, a rastreabilidade e a eficiência das atividades desenvolvidas no âmbito institucional.

4. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO (FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO)

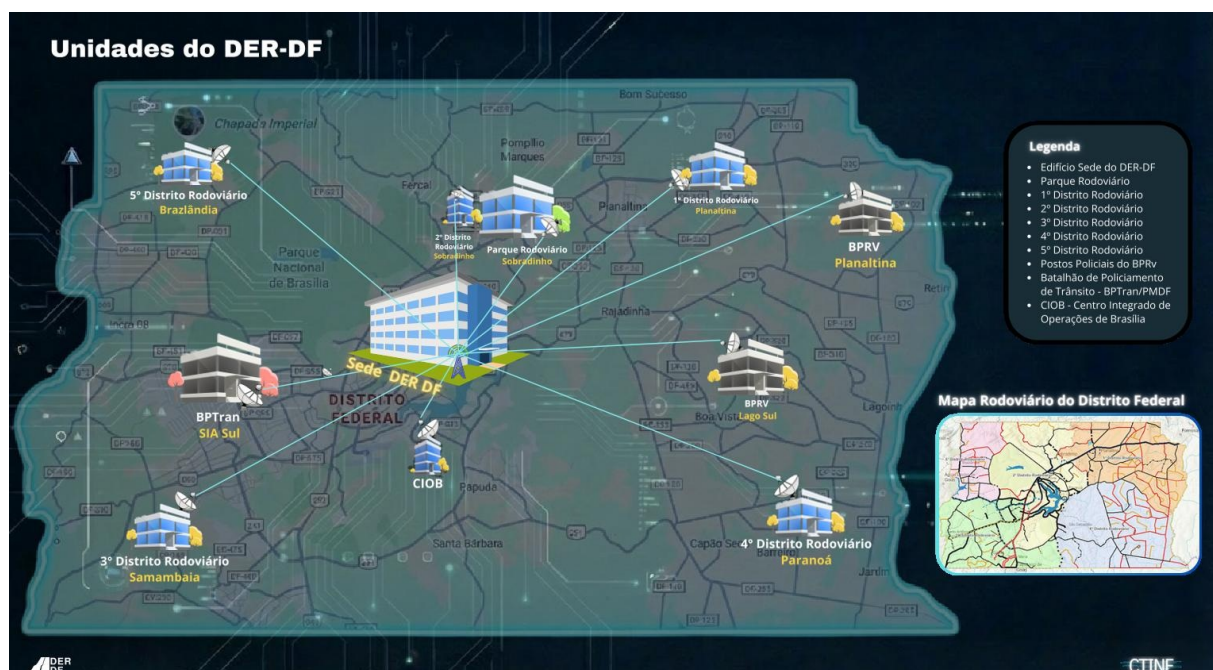
4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL

4.1.1. O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER-DF é uma Autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, nos termos do art. 41A do [Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019](#), e Art. 2º, inciso IV do [Decreto 41.383 de 23 de outubro de 2020](#), alterados pelo [Decreto nº 46.173 de 22 de agosto de 2024](#), regido pelas demais normas baixadas pelo Governo do Distrito Federal e pela legislação federal pertinente, dotado de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira. O DER-DF, criado pelo [Decreto nº 6, de 09 de junho de 1960](#), publicado no DOU de 20 de junho de 1960 e nos termos do Art. 16 da [Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964](#), é uma entidade autárquica de administração superior e integrante da estrutura administrativa do Distrito Federal, do Sistema Rodoviário Nacional (SRN) e do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), como órgão executivo rodoviário de trânsito do Distrito Federal.

4.1.2. O Planejamento Estratégico Institucional – PEI 2023–2027 estabelece como missão do DER-DF assegurar a gestão eficiente do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF, com foco no planejamento, construção, conservação, operação e fiscalização das vias, visando aprimorar a mobilidade e garantir a segurança viária. A visão institucional projeta o DER-DF como referência em mobilidade, excelência operacional e qualidade dos serviços prestados à sociedade.

4.1.3. Nesse contexto, a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC constitui elemento estruturante para o cumprimento das competências legais da Autarquia, estando a presente demanda sob responsabilidade da Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF, em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2026–2028 e com as diretrizes de governança institucional.

4.1.4. O DER-DF possui estrutura descentralizada, composta por Edifício Sede, Parque Rodoviário, cinco Distritos Rodoviários e Postos Policiais Rodoviários distribuídos ao longo do território do Distrito Federal, o que impõe elevada necessidade de integração tecnológica, padronização de ferramentas e compartilhamento seguro de informações:



(*) Imagem ilustrativa da distribuição das unidades do DER-DF.

4.2. Ao longo dos anos, a Autarquia consolidou parque tecnológico robusto, composto por servidores, bancos de dados, estações de trabalho, estações gráficas, ativos de rede, soluções de armazenamento e sistemas corporativos diversos, que sustentam atividades técnicas, administrativas e finalísticas.



(*) Imagem ilustrativa dos serviços digitais disponibilizados pelo DER-DF ao cidadão.

4.3. Parte das soluções ora demandadas encontra-se atualmente contratada por meio das Notas de Empenho nº 2025NE01428 (SEI/GDF Nº 175127230) e nº 2025NE01429 (SEI/GDF Nº 175127398), vinculadas ao processo administrativo SEI/GDF Nº 00113-00004889/2025-01, com vigência até 05 de agosto de 2026. Considerando que determinadas soluções já se encontram em uso institucional, inclusive com ambientes corporativos (workspaces) ativos e integrados às rotinas administrativas do DER-DF, a presente contratação deverá contemplar não apenas a subscrição de novas licenças, mas também, quando aplicável, a renovação das subscrições vigentes, de modo a preservar configurações, históricos, permissões, ativos digitais e integrações já estabelecidas.

4.4. **CENÁRIO PRETENDIDO**

4.4.1. O cenário pretendido consiste na disponibilização institucional, mediante subscrição e, quando aplicável, renovação de subscrição, de conjunto integrado de soluções de software – **Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro** – em ambiente corporativo já estruturado ou a ser estruturado, com gestão centralizada, licenciamento regular, suporte do fabricante e observância às diretrizes de segurança da informação e governança de TIC.

4.4.2. A contratação permitirá:

4.4.3. Padronização das ferramentas institucionais utilizadas pelas unidades administrativas;

4.4.4. Redução da fragmentação tecnológica e do uso de contas individuais não gerenciadas;

4.4.5. Fortalecimento da comunicação institucional por meio da produção e gestão de conteúdos gráficos e audiovisuais;

4.4.6. Apoio à modelagem, análise e melhoria contínua de processos administrativos;

4.4.7. Aprimoramento da elaboração de documentos técnicos, relatórios e comunicações oficiais;

4.4.8. Gestão estruturada de documentos digitais em formato PDF, com maior controle e rastreabilidade;

4.4.9. Aumento da produtividade das equipes e maior segurança na gestão das informações institucionais.

4.5. O ambiente tecnológico resultante da contratação sustentará a eficiência operacional, a conformidade com normativos vigentes, a integridade das informações e a modernização administrativa do DER-DF, consolidando estrutura padronizada, segura e alinhada às diretrizes estratégicas institucionais.

4.6. Dessa forma, a contratação proposta caracteriza-se como medida necessária, estratégica e alinhada ao planejamento institucional e às diretrizes de governança de TIC da Autarquia.

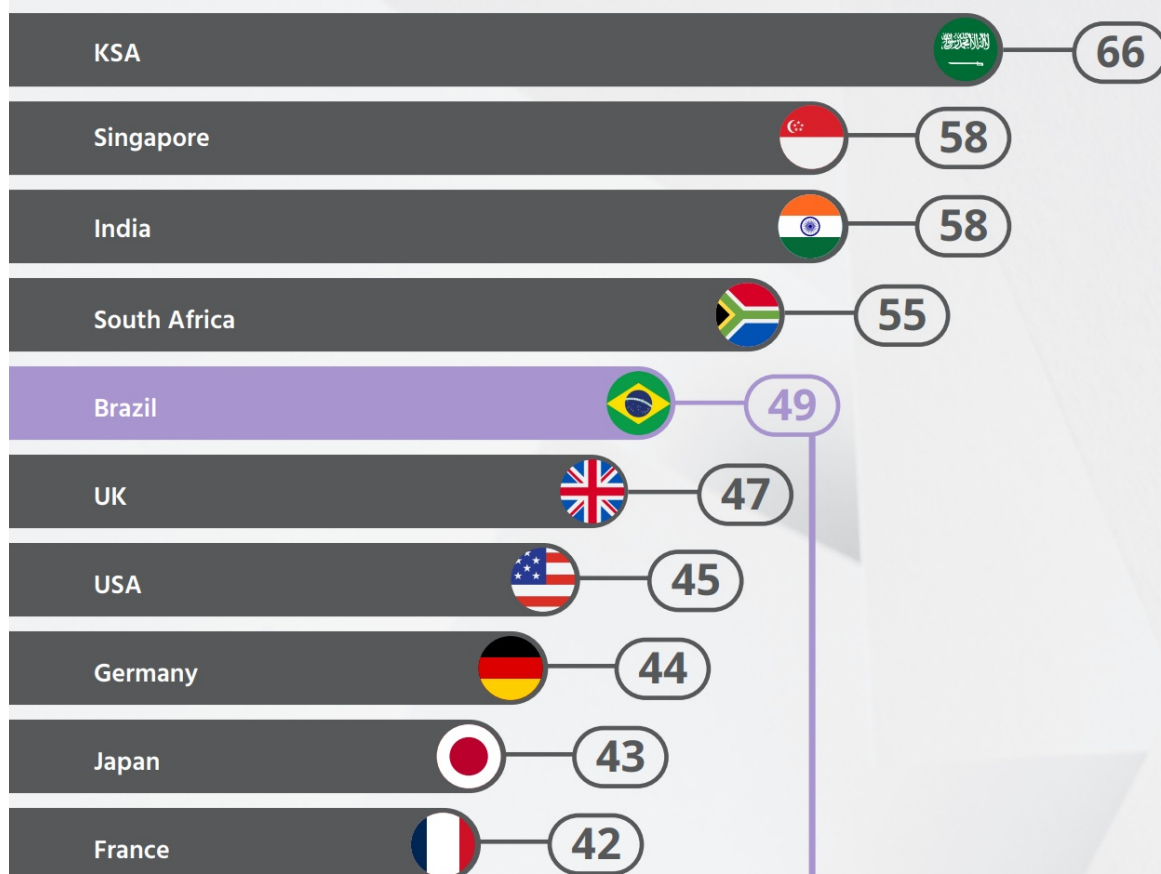
4.7. **POSICIONAMENTO DO BRASIL NO ÍNDICE GLOBAL DE ADOÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SETOR PÚBLICO**

4.7.1. Estudos internacionais indicam que a adoção de tecnologias de Inteligência Artificial no setor público ainda apresenta desafios institucionais relacionados à disponibilização de ferramentas e capacitação adequada dos servidores.

4.7.2. Conforme estudo internacional Global AI Adoption Index for Public Services, consolidado no relatório Public Sector AI Adoption: Brazil Factsheet, o Brasil apresenta elevado interesse de servidores públicos no uso de Inteligência Artificial, porém ainda enfrenta limitações institucionais relacionadas à disponibilização de ferramentas e suporte organizacional para uso em escala. Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecimento da infraestrutura tecnológica e da governança de soluções digitais no setor público.

4.7.3. O estudo posiciona o Brasil na faixa intermediária do índice global de adoção de IA no setor público, evidenciando a necessidade de fortalecimento de infraestrutura, governança e capacitação para uso sistemático dessas tecnologias.

BRAZIL IN THE GLOBAL INDEX



Brazil's enthusiasm for AI and strong digital foundations place it mid-index, with the key challenge now to shift from individual-based momentum to sustained, system-wide adoption.

- Brazilian public servants are enthusiastic about AI, with large majorities describing it as **effective (83%)** and **time-saving (89%)**. They are also deeply self-motivated with their employment of AI. Brazil had the **joint-highest share** of public servants reporting that their AI knowledge is **entirely or mostly self-taught across the index (67%)**.
- However, institutional enablement lags behind ambition. Brazil has the **lowest scores on the enablement measure** in the index, with **over 60%** saying their organisation **does not provide the tools or resources needed** to use AI effectively.
- As a result, regular use remains constrained, with many public servants relying on personal or public tools, and fewer feeling supported to use AI routinely or at scale. **61%** of Brazilian public servants say their organisation **fails to provide what they need** to use AI effectively in-role, and **49%** say they would **not know who to approach for help** if they encountered a problem using AI.

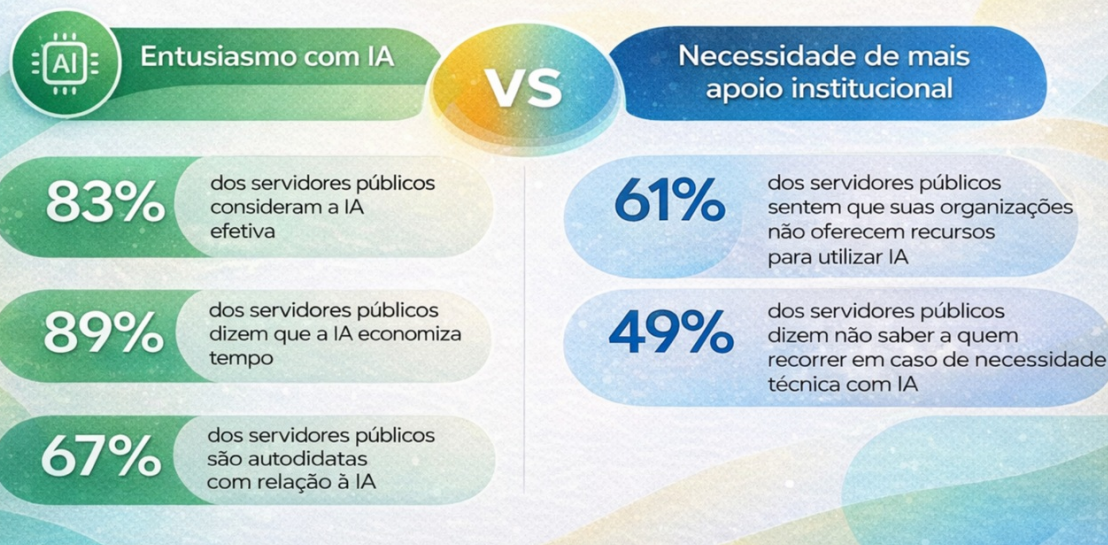
There is a substantial opportunity for Brazil. With clearer organisational guidance, wider access to trusted tools, and structured, role-based training, Brazil can convert individual momentum into confident, embedded AI use.

(*) **PUBLIC FIRST.** Public Sector AI Adoption: Brazil Factsheet – Global AI Adoption Index for Public Services. Center for Data Innovation. Londres, 2024.

4.7.4. O gráfico apresenta a comparação internacional do Global AI Adoption Index for Public Services, indicando a pontuação obtida por diferentes países quanto ao nível de adoção de Inteligência Artificial no setor público. O Brasil aparece com pontuação 49, situando-se em posição intermediária entre os países analisados.

4.7.5. À luz desse cenário, observa-se que, embora exista elevado interesse e potencial de uso da Inteligência Artificial no setor público brasileiro, a consolidação de sua adoção depende do fortalecimento das estruturas institucionais, da ampliação do acesso a ferramentas tecnológicas adequadas e da capacitação sistemática dos servidores. Tais elementos são essenciais para viabilizar a utilização segura, eficiente e em escala dessas tecnologias no âmbito da Administração Pública.

A importância da Inteligência Artificial para o cumprimento da missão institucional do serviço público no Brasil.



(*) Imagem ilustrativa elaborada com apoio de ferramenta de inteligência artificial generativa, utilizada exclusivamente para fins de representação conceitual da adoção de IA no serviço público. Fonte das informações apresentadas: **PUBLIC FIRST**. Public Sector AI Adoption: Brazil Factsheet – Global AI Adoption Index for Public Services. Center for Data Innovation. Londres, 2024.

4.8. JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.9. A contratação do pacote de softwares composto pelas soluções Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro, por meio de subscrição e, quando aplicável, renovação de subscrição de licenças em ambiente corporativo, visa disponibilizar conjunto integrado de ferramentas tecnológicas corporativas destinadas à produção e edição de conteúdos gráficos e audiovisuais institucionais, à modelagem, mapeamento e automação de processos organizacionais, ao apoio à elaboração e revisão de textos técnicos e administrativos, à gestão e tratamento de documentos digitais em formato PDF e à organização estruturada de ativos digitais institucionais, atividades estas de natureza transversal e essenciais ao funcionamento regular das áreas finalísticas e administrativas da Autarquia.

4.10. A demanda encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI 2023–2025 e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2023–2025, especialmente no que se refere às diretrizes de modernização administrativa, fortalecimento da governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, padronização de soluções corporativas e racionalização do parque tecnológico. Observa, ainda, os princípios da eficiência, economicidade, publicidade e transparência que regem a Administração Pública, bem como as diretrizes estabelecidas na IN SGD/ME nº 94/2022 e no Decreto Distrital nº 45.011/2023, que impõem planejamento prévio, gestão centralizada e controle adequado das soluções de TIC no âmbito da Administração Pública.

4.11. Conforme evidenciado no Censo Tecnológico do DER-DF (SEI/GDF Nº 195664617), foi identificada a necessidade de disponibilização institucional de ferramentas corporativas voltadas à criação de conteúdos institucionais, gestão documental, automação e modelagem de processos e apoio à produção técnica. O cenário atual revela utilização dispersa de soluções não padronizadas, uso de contas individuais desvinculadas de gestão corporativa, ausência de controle centralizado de licenças e fragmentação tecnológica entre unidades, circunstâncias que comprometem a uniformidade da identidade institucional, a governança de TIC, a colaboração entre equipes, a rastreabilidade de informações e a eficiência dos fluxos administrativos.

4.12. A inexistência de contratação institucional consolidada, estruturada em modelo contínuo e padronizado de subscrição e renovação de licenças, com gestão centralizada e planejamento plurianual, expõe o DER-DF a riscos operacionais relevantes, tais como descontinuidade de atividades, retrabalho, inconsistências documentais e visuais, perda de produtividade, dificuldades de auditoria e controle, além de potenciais vulnerabilidades relacionadas à segurança da informação e à proteção de dados pessoais, em desconformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Ademais, a ausência de padronização tecnológica dificulta a consolidação de ambiente digital integrado, reduz a eficiência administrativa e pode comprometer a qualidade das entregas institucionais.

4.13. Dessa forma, a contratação das referidas soluções, contemplando a subscrição de novas licenças e a renovação das subscrições atualmente vigentes, quando aplicável, mostra-se necessária e adequada para assegurar a continuidade das atividades institucionais, promover a padronização tecnológica, racionalizar recursos, elevar a qualidade técnica das entregas, fortalecer a governança digital e consolidar ambiente tecnológico seguro, eficiente e alinhado às diretrizes estratégicas do DER-DF, com reflexos diretos na melhoria dos serviços prestados à sociedade.

4.13.1. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.14. A contratação e a especificação técnica do objeto desta contratação é fundamenta no Estudo Técnico Preliminar - ETP (SEI/GDF Nº 198325088), confeccionado pela Equipe de Planejamento da Contratação.

5. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO/ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO

5.1. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA

5.1.1. Os objetos das futuras contratações estão previstas no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

5.1.1.1. Lote 1, Item 1 - Canva

I - Id do item no PCA: 3.3.90.40.25.00.001.23917

- II - Classe: 001 - Aquisição de Licença de Software
- III - Grupo: 25 - Aquisição de Software (Caráter Temporário)
- IV - Subgrupo: 00 - Classificação Padrão
- V - Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - pessoa jurídica
- VI - Tipo Catálogo: 2 - SERVIÇO

5.1.1.2. **Lote 2, Item 1 - Flickr Pro**

- I - Id do item no PCA: 3.3.90.40.25.00.001.23832
- II - Classe: 001 - Aquisição de Licença de Software
- III - Grupo: 25 - Aquisição de Software (Caráter Temporário)
- IV - Subgrupo: 00 - Classificação Padrão
- V - Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - pessoa jurídica
- VI - Tipo Catálogo: 2 - SERVIÇO

5.1.1.3. **Lote 3, Item 1 - ChatGPT**

- I - Id do item no PCA: 4.4.90.40.25.00.001.23832
- II - Classe: 001 - Aquisição de Licença de Software
- III - Grupo: 25 - Aquisição de Software (Caráter Perpétuo)
- IV - Subgrupo: 00 - Classificação Padrão
- V - Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - pessoa jurídica
- VI - Tipo Catálogo: 2 - SERVIÇO

5.1.1.4. **Lote 4, Item 1 - CapCut Pro**

- I - Id do item no PCA: 3.3.90.40.25.00.001.27560
- II - Classe: 001 - Aquisição de Licença de Software
- III - Grupo: 25 - Aquisição de Software (Caráter Perpétuo)
- IV - Subgrupo: 00 - Classificação Padrão
- V - Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - pessoa jurídica
- VI - Tipo Catálogo: 2 - SERVIÇO

5.1.1.5. **Lote 5, Item 1 - Adobe Acrobat Pro**

- I - Id do item no PCA: 4.4.90.40.25.00.001.15705
- II - Classe: 001 - Aquisição de Licença de Software
- III - Grupo: 25 - Aquisição de Software (Caráter Perpétuo)
- IV - Subgrupo: 00 - Classificação Padrão
- V - Natureza da Despesa: 4.4.90.40 - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - pessoa jurídica
- VI - Tipo Catálogo: 2 - SERVIÇO

5.2. **ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL - PEI**

5.2.1. **TODOS OS LOTES**

5.2.2. A presente demanda contribui diretamente para o alcance do Objetivo Estratégico 10 – Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, especialmente no que se refere ao Indicador 10.3 – Índice de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o qual mensura a implementação e a manutenção dos contratos de serviços de TIC no âmbito da Autarquia.

5.2.3. A contratação do pacote de softwares Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro fortalece a governança dos serviços de TIC ao assegurar que as soluções utilizadas pelas unidades do DER-DF estejam formalmente contratadas, devidamente implementadas, mantidas e acompanhadas durante todo o seu ciclo de vida contratual, desde o planejamento (DFD, ETP, Análise de Riscos e Termo de Referência) até a execução, renovação e eventual reajustamento.

5.2.4. Ao promover a sustentação regularizada dessas ferramentas em ambiente corporativo, com gestão centralizada, licenciamento adequado e suporte técnico, a contratação contribui para elevar o desempenho do indicador, assegurando maior maturidade na gestão dos serviços de TIC, previsibilidade contratual e eficiência na manutenção das soluções tecnológicas essenciais ao funcionamento institucional.

5.2.5. Dessa forma, a demanda encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, contribuindo para o fortalecimento da governança digital e para o cumprimento da missão institucional de assegurar a gestão eficiente do Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF, com foco no planejamento, construção, conservação, operação e fiscalização das vias, visando aprimorar a mobilidade e garantir a segurança viária dos seus usuários.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	RELAÇÃO COM O PROJETO	POLARIDADE
----------------------	-------------	-----------------------	------------

10 - Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação	10.3 - Índice de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	Direta – Atendimento às necessidades de modernização, sustentação e padronização do ambiente de aplicações e ferramentas corporativas de Tecnologia da Informação e Comunicação, mediante disponibilização institucional de soluções de software em modelo SaaS, com gestão centralizada, licenciamento regular e suporte técnico, conforme diretrizes do PDTI 2026–2028. Necessidades 10.3.1.42, 10.3.1.46 e 10.3.1.25 do PDTI 2026-2028. INICIATIVA: Modernizar, Sustentar e Ampliar o Parque Tecnológico (Servidores, Sistemas, Aplicações Corporativas, Monitoramento, Serviços e Equipamentos Tecnológicos)	Maior melhor
--	--	---	--------------

Fonte: PEI 2023-2027 (<https://www.der.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Apresentacao-Planejamento-Estrategico-2023-2027.pdf>)

5.3. ALINHAMENTO COM O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTI

5.3.1. TODOS OS LOTES

5.3.1.1. A presente demanda é igualmente importante para que a área de Tecnologia da Informação e Comunicação desta Autarquia possa atingir com inovação sua missão de “Prover soluções de Tecnologia da Informação para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos do DER-DF com governança capaz de gerar eficiência e eficácia dos serviços e gastos públicos”, conforme previsto no PDTI 2023-2025. O quadro abaixo detalha as ações específicas contempladas:

10.3.1.42	Contratar e sustentar serviço de licenciamento de ferramentas de produção e gestão de conteúdo multimídia		
Descrição:	Contratação e sustentação do serviço de subscrição de ferramentas para produção e gestão de conteúdo multimídia (Adobe Creative, CorelDRAW, Canva, Flickr e CapCut), garantindo continuidade de uso para criação, edição, organização e publicação de conteúdos.		
Objetivo:	Produzir, editar e gerenciar conteúdos multimídia (peças gráficas, vídeos e acervo de imagens) com qualidade, padronização e agilidade, apoiando a comunicação institucional e aumentando a produtividade.		
Categoria:	Softwares Corporativos e Licenças		
Área(s):	DER-DF		
Índice PEI/PDTI:	10.3-Índice de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - ISETIC		
Iniciativa:	1 - Implementar e Manter Contratos de Serviços de TIC		
Valor previsto:	R\$ 186.000,00		
Ano	2026	2027	2028
Custeio	-	R\$ 62.000,00	R\$ 64.000,00
Investimento	R\$ 60.000,00	-	-

10.3.1.25	Contratar solução de editoração de arquivos em formato PDF		
Descrição:	Contratação de solução para criação, editoração e edição de arquivos em formato PDF.		
Objetivo:	Permitir a criação e a edição de arquivos PDF com mais eficiência, melhorando a confecção de documentos, otimizando o trabalho e aumentando a agilidade na produção e atualização de arquivos.		
Categoria:	Gestão Documental, Acervo e Informação Institucional		
Área(s):	DER-DF		
Índice PEI/PDTI:	10.3-Índice de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - ISETIC		
Iniciativa:	1 - Implementar e Manter Contratos de Serviços de TIC		
Valor Previsto:	R\$ 30.000,00		
Ano	2026	2027	2028
Custeio	-	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Investimento	R\$ 10.000,00	-	-

10.3.1.25	Contratar solução de editoração de arquivos em formato PDF		
Descrição:	Contratação de solução para criação, editoração e edição de arquivos em formato PDF.		
Objetivo:	Permitir a criação e a edição de arquivos PDF com mais eficiência, melhorando a confecção de documentos, otimizando o trabalho e aumentando a agilidade na produção e atualização de arquivos.		
Categoria:	Gestão Documental, Acervo e Informação Institucional		
Área(s):	DER-DF		
Índice PEI/PDTI:	10.3-Índice de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - ISETIC		
Iniciativa:	1 - Implementar e Manter Contratos de Serviços de TIC		
Valor Previsto:	R\$ 30.000,00		
Ano	2026	2027	2028
Custeio	-	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Investimento	R\$ 10.000,00	-	-

Fonte: PDTI 2023-2025 (https://www.der.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/PDTI-2023-2025-vf_anexol.pdf)

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

6.1. Para fins desta contratação, esclarece-se que o termo “subscrição” abrange tanto a contratação de novas licenças quanto a renovação de subscrições corporativas já existentes, quando vinculadas a ambientes institucionais previamente configurados. Essa abordagem tem por finalidade assegurar a continuidade dos serviços e a preservação de dados, ativos digitais e configurações institucionais, não se caracterizando como prorrogação contratual, mas como nova contratação para período subsequente de utilização das soluções, conforme planejamento institucional.

6.2. A solução a ser contratada consiste na subscrição de licenças de softwares especializados em modelo Software como Serviço (SaaS), destinados ao suporte de atividades institucionais relacionadas à produção de conteúdos gráficos e audiovisuais, gestão de ativos digitais, apoio à elaboração de textos e documentos técnicos, bem como criação, edição, conversão, assinatura e gestão de documentos digitais.

6.3. As plataformas contratadas compõem um conjunto de ferramentas digitais especializadas, utilizadas de forma complementar no suporte às atividades institucionais do DER-DF.

6.4. Cada solução atende a etapas específicas dos fluxos de trabalho institucionais, contemplando funcionalidades relacionadas a:

- I - criação e edição de materiais gráficos e peças institucionais;
- II - armazenamento, organização e catalogação de imagens digitais;
- III - produção e edição de conteúdos audiovisuais;
- IV - apoio à elaboração, revisão e análise de textos e documentos técnicos;
- V - criação, edição, conversão, assinatura e gestão de documentos digitais em formato PDF.

6.5. As plataformas são disponibilizadas em modelo de subscrição, com acesso às funcionalidades correspondentes aos planos licenciados durante todo o período de vigência contratual.

6.6. O acesso às soluções ocorre por meio de ambientes digitais disponibilizados pelos fabricantes, normalmente em plataforma web e, quando aplicável, em aplicativos para dispositivos móveis ou aplicações desktop, permitindo sua utilização pelos usuários autorizados da Administração.

6.7. Durante a vigência da subscrição, os usuários terão acesso às funcionalidades das plataformas contratadas, às atualizações disponibilizadas pelos fabricantes e aos recursos associados ao plano licenciado, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste documento.

6.8. Nesse contexto, a solução compreende as seguintes plataformas:

6.8.1. Canva Pro+ Equipes

6.8.1.1. Plataforma de design gráfico baseada em nuvem, destinada à criação e edição de materiais visuais institucionais, tais como apresentações, relatórios, infográficos, peças informativas e conteúdos digitais.

6.8.1.2. Possui interface intuitiva, biblioteca de modelos padronizados, recursos de colaboração em equipe e controle de versões, favorecendo a padronização da comunicação institucional e a produtividade das equipes.

6.8.2. Flickr Pro

6.8.2.1. Solução destinada ao armazenamento, organização, catalogação e compartilhamento de imagens digitais em alta resolução.

6.8.2.2. Permite a gestão estruturada de acervos fotográficos institucionais, com suporte a metadados, categorização e controle de acesso, apoiando atividades de documentação institucional, comunicação pública e preservação de registros visuais.

6.8.3. CapCut Pro

6.8.3.1. Ferramenta de edição de vídeos voltada à produção de conteúdos audiovisuais institucionais, tais como vídeos informativos, educativos e de divulgação.

6.8.3.2. Dispõe de recursos avançados de edição, legendagem, ajustes visuais e exportação em múltiplos formatos, contribuindo para a modernização da comunicação institucional e ampliação do uso de mídias digitais.

6.8.4. **ChatGPT Business**

6.8.4.1. Plataforma baseada em inteligência artificial destinada ao apoio à elaboração, revisão e análise de textos técnicos, relatórios, documentos administrativos e comunicações institucionais.

6.8.4.2. A ferramenta contribui para ganhos de produtividade, padronização de linguagem, apoio à análise de informações e melhoria da qualidade textual de documentos institucionais, além de apoiar atividades de interpretação de dados e geração de conteúdo.

6.8.5. **Adobe Acrobat Pro**

6.8.5.1. Solução consolidada para criação, edição, conversão, assinatura digital, validação e gestão de documentos em formato PDF.

6.8.5.2. Permite padronização documental, controle de versões, proteção de informações e integração com fluxos digitais, sendo essencial para a gestão documental e para a tramitação de documentos administrativos e técnicos.

6.9. **REGIME DE CONTRATAÇÃO**

6.9.1. A contratação dar-se-á sob o regime de fornecimento de software por subscrição, incluindo direito de uso durante a vigência contratual, suporte técnico e atualizações, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da IN SGD/ME nº 94/2022.

6.10. **MODELO DE AQUISIÇÃO DAS SUBSCRIÇÕES JUNTO AOS FABRICANTES**

6.10.1. As soluções objeto desta contratação são disponibilizadas em modelo de subscrição, no qual o acesso às funcionalidades das plataformas depende da manutenção ativa das licenças junto aos respectivos fabricantes durante todo o período contratado.

6.10.2. Considerando que determinados fabricantes adotam modelos comerciais que permitem cobrança mensal, anual ou parcelada, estabelece-se que, sempre que tecnicamente viável e compatível com o modelo comercial do fabricante, a contratada deverá realizar a aquisição das licenças junto ao fabricante em parcela única correspondente ao período integral da vigência contratual.

6.10.3. Essa abordagem tem por objetivo assegurar a estabilidade operacional da solução e reduzir o risco de suspensão automática das licenças, situação que poderia ocorrer em decorrência de falhas operacionais de pagamento, bloqueios de meios de pagamento, inadimplemento ou quaisquer intercorrências administrativas relacionadas à contratada.

6.10.4. Dessa forma, o modelo de provisionamento das licenças deverá garantir que as subscrições permaneçam ativas, válidas e disponíveis durante todo o período de vigência do contrato, evitando interrupções no acesso às plataformas utilizadas pelos usuários institucionais do DER-DF.

6.10.5. Assim, a solução deverá ser operacionalizada de modo a assegurar a manutenção contínua das licenças durante toda a vigência contratual, preservando a disponibilidade das funcionalidades das plataformas e a continuidade das atividades institucionais apoiadas pelas ferramentas contratadas.

6.11. **RENOVAÇÃO DE SUBSCRIÇÕES CORPORATIVAS JÁ EXISTENTES**

6.11.1. Considerando que parte das soluções tecnológicas objeto desta contratação já se encontra em utilização no ambiente institucional do DER-DF, a contratação deverá contemplar, quando aplicável, a renovação das subscrições corporativas atualmente vinculadas às contas institucionais da Autarquia.

6.11.2. Atualmente, o DER-DF já possui ambientes institucionais configurados nas seguintes plataformas digitais:

- I - Canva (produção de materiais gráficos institucionais);
- II - Flickr (armazenamento e gestão de acervo fotográfico institucional);
- III - ChatGPT (apoio à elaboração e análise de conteúdos textuais e técnicos);
- IV - Adobe Acrobat Pro (gestão e tratamento de documentos digitais em formato PDF).

6.11.3. Em razão da utilização prévia dessas soluções, existem dados, ativos digitais, conteúdos institucionais, configurações administrativas e fluxos de trabalho já estabelecidos, cuja preservação é necessária para garantir a continuidade das atividades institucionais.

6.11.4. Nesse sentido, a solução contratada deverá permitir, sempre que tecnicamente viável:

- I - manutenção das contas institucionais existentes;
- II - preservação do histórico de dados e conteúdos armazenados;
- III - continuidade das permissões e configurações administrativas;
- IV - migração ou conversão das licenças atualmente ativas para o novo contrato, quando necessário.

6.11.5. Tal medida visa evitar descontinuidade operacional, perda de informações institucionais, interrupção de serviços e retrabalho administrativo, garantindo que as unidades organizacionais do DER-DF possam continuar utilizando as soluções tecnológicas de forma ininterrupta durante a vigência contratual.

6.11.6. Ressalta-se que a eventual renovação das subscrições não se caracteriza como prorrogação contratual, mas como nova contratação de período subsequente de utilização das soluções, observadas as condições estabelecidas neste documento.

6.12. **PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

6.12.1. A entrega será caracterizada pela disponibilização das licenças de uso, chaves de ativação e documentação técnica básica do software.

6.12.2. O prazo para disponibilização inicial da solução será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Serviço, mediante comprovação da ativação das licenças e do pleno funcionamento das soluções.

6.13. **CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO**

6.13.1. Quando aplicável, a instalação ou configuração das soluções deverá ocorrer no ambiente computacional do DER-DF,

observadas as orientações técnicas do fabricante.

6.13.2. O fornecedor deverá disponibilizar:

- I - instruções de instalação e ativação das licenças;
- II - documentação técnica básica;
- III - suporte inicial para configuração ou ativação das plataformas, quando necessário.

6.14. **MEDICÃO E PAGAMENTO**

6.14.1. Conforme definido no item LIQUIDAÇÃO (MEDICÃO E PAGAMENTO) deste documento.

6.15. **MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO**

6.15.1. Conforme definido no item GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA deste documento.

6.16. **NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (SLA)**

6.16.1. Os níveis mínimos de serviço deverão observar os parâmetros de disponibilidade, suporte técnico e manutenção praticados pelos respectivos fabricantes das soluções, em conformidade com os planos de licenciamento contratados.

6.16.2. Considerando que as plataformas objeto desta contratação são disponibilizadas em modelo Software como Serviço (SaaS), com suporte técnico prestado diretamente pelo fabricante ou por seus representantes autorizados, os prazos e condições de atendimento deverão seguir as políticas oficiais de suporte de cada solução, compatíveis com o uso institucional das plataformas.

6.16.3. Nesse sentido, deverão ser assegurados, no mínimo:

- I - acesso regular e contínuo às funcionalidades das plataformas durante a vigência da subscrição;
- II - disponibilização de canal formal de suporte técnico pelo fabricante ou representante autorizado;
- III - atualização contínua das soluções, incluindo correções de falhas e melhorias evolutivas;
- IV - manutenção da disponibilidade da plataforma conforme os parâmetros operacionais definidos pelo fabricante.

6.16.4. A contratada deverá assegurar que as licenças fornecidas estejam vinculadas a planos que contemplem suporte técnico compatível com o uso corporativo das soluções, observando as condições de atendimento estabelecidas pelos respectivos fabricantes.

6.17. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

6.18. As especificações técnicas abaixo descritas referem-se à subscrição e, quando aplicável, à renovação de subscrições de licenças corporativas, devendo as soluções ofertadas atender, no mínimo, às características técnicas equivalentes ou superiores às descritas neste documento.

6.19. Ressalta-se que as especificações apresentadas possuem caráter funcional e não restritivo, não se destinando à indicação de marca ou fabricante específico, sendo admitidas soluções que comprovadamente atendam aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos, em conformidade com os princípios da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.20. As soluções deverão ser disponibilizadas em modelo de subscrição, preferencialmente em arquitetura Software como Serviço (SaaS), assegurando acesso contínuo às funcionalidades das plataformas durante todo o período de vigência contratual.

6.21. De forma geral, as soluções contratadas deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

- I - disponibilização de licenças corporativas de uso, destinadas aos usuários institucionais do DER-DF;
- II - acesso às funcionalidades correspondentes ao plano profissional ou corporativo das soluções licenciadas;
- III - disponibilização contínua das plataformas durante toda a vigência da subscrição;
- IV - atualização automática das soluções, incluindo melhorias evolutivas e correções de segurança;
- V - compatibilidade com ambientes web e navegadores modernos, bem como, quando aplicável, com aplicações desktop ou móveis disponibilizadas pelos fabricantes;
- VI - disponibilização de mecanismos de controle de acesso e gerenciamento de usuários, quando aplicável;
- VII - disponibilização de suporte técnico pelo fabricante ou representante autorizado, compatível com o uso corporativo da solução;
- VIII - observância às boas práticas de segurança da informação e proteção de dados, conforme políticas institucionais aplicáveis.

6.21.1. Adicionalmente, as soluções deverão atender às funcionalidades específicas associadas a cada plataforma objeto da contratação, conforme detalhamento a seguir.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
1	1	Canva Pro+ Equipes – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso da plataforma Canva, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua da plataforma, atualizações automáticas, suporte técnico do fabricante e acesso às funcionalidades correspondentes ao plano licenciado.	<ul style="list-style-type: none">• Licença corporativa/profissional equivalente ao plano de equipes (Canva Business ou equivalente);• Licenciamento do tipo corporativo/profissional;• Acesso a biblioteca de templates, elementos gráficos, fontes, imagens e vídeos;• Recursos para criação e edição de peças gráficas institucionais;• Funcionalidades de colaboração em equipe e controle de versões;• Recursos avançados de edição de imagens (ex.: remoção de fundo, ajustes automáticos, recursos baseados em IA);• Exportação de conteúdos em formatos digitais usuais (PDF, PNG, JPG, MP4, entre outros);• Compatibilidade com navegadores modernos;• Acesso multiplataforma (web, desktop ou aplicativo móvel, quando disponível).

2	1	Flickr Pro – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso da plataforma Flickr Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua da plataforma, acesso às funcionalidades do plano profissional e suporte técnico do fabricante.	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento profissional equivalente ao plano Flickr Pro ou superior; • Capacidade ampliada de armazenamento em nuvem para imagens digitais; • Funcionalidades de organização, catalogação e gerenciamento de imagens; • Suporte a metadados e categorização de arquivos; • Controle de permissões de acesso e compartilhamento; • Preservação da qualidade original das imagens armazenadas; • Interface gráfica compatível com ambiente web e aplicações móveis ou desktop, quando disponíveis; • Experiência livre de anúncios para usuários licenciados; • Suporte técnico do fabricante.
3	1	ChatGPT Business – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso da plataforma ChatGPT, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fornecedor.	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento corporativo equivalente ao plano ChatGPT Business ou superior; • Ambiente corporativo com gestão administrativa centralizada de usuários; • Licenças de uso profissional para apoio à elaboração, revisão e análise de textos e documentos técnicos; • Geração, revisão, sumarização e interpretação de conteúdos textuais; • Apoio à elaboração de relatórios, comunicações institucionais e análises documentais; • Acesso a modelos avançados de linguagem para automação de atividades intelectuais; • Possibilidade de compartilhamento de assistentes ou recursos personalizados no ambiente corporativo; • Acesso via plataforma web com atualizações contínuas; • Adoção de mecanismos de segurança e privacidade compatíveis com uso corporativo.
4	1	CapCut Pro – Subscrição de licença de uso da plataforma CapCut, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante.	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento profissional equivalente ao plano CapCut Pro ou superior; • Recursos avançados de edição de vídeos e conteúdos audiovisuais; • Ferramentas de edição, cortes, efeitos visuais, trilhas sonoras e legendagem; • Exportação de vídeos em múltiplos formatos e resoluções; • Interface gráfica compatível com ambiente web ou aplicações disponibilizadas pelo fabricante; • Recursos voltados à produção institucional de conteúdos multimídia.
5	1	Adobe Acrobat Pro – Subscrição de licença de uso da plataforma Adobe Acrobat Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua da plataforma, acesso às funcionalidades completas do plano profissional, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante.	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento profissional equivalente ao plano Adobe Acrobat Pro ou superior; • Criação, edição e gestão de documentos digitais em formato PDF; • Conversão de arquivos entre formatos (Word, Excel, imagens, entre outros); • Recursos de revisão, comentários e controle de versões; • Funcionalidades de assinatura eletrônica de documentos; • Proteção e controle de permissões em documentos PDF; • Integração com fluxos digitais e ambientes corporativos.

7. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.0.1. Durante toda a vigência contratual deverão ser assegurados:

- I - Atualizações de versão e correções de falhas;
- II - Suporte técnico fornecido pelo fabricante ou representante autorizado;
- III - Disponibilização de canal formal de atendimento;

- IV - Acesso à documentação técnica atualizada.
- 7.0.2. O suporte deverá estar em conformidade com o modelo praticado pelo fabricante e compatível com o uso institucional da solução.

8. LOCAL DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O fornecimento do objeto ocorrerá de forma eletrônica, mediante a disponibilização das licenças de uso da ferramenta, conforme modelo praticado pelo fabricante, incluindo acesso, ativação e disponibilização da documentação técnica básica, sendo considerada como local de entrega a sede administrativa do DER-DF, para fins de registro e aceite contratual:

LOCALIDADE	ENDEREÇO	CEP
Edifício Sede do DER-DF	SAM Bloco C – Setor Complementares – Ed. Sede do DER-DF	70.620.030 - Brasília – DF

9. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. A descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho, se faz necessária em atendimento às previsões do Art. 60, inciso II, do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

9.2. Ressalta-se que os requisitos estabelecidos neste tópico possuem caráter transversal e comum a todos os lotes que compõem a presente contratação, aplicando-se, como regra, indistintamente às soluções de software previstas (Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro). Tais exigências fixam parâmetros mínimos de qualidade, desempenho, segurança, conformidade normativa, sustentabilidade e governança, assegurando uniformidade técnica e padronização institucional no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF.

9.3. Eventual impossibilidade de atendimento de requisito específico por característica técnica própria da solução ou por limitação inerente ao modelo de fornecimento do fabricante deverá ser formalmente justificada pela licitante, cabendo à Administração avaliar, de forma motivada e fundamentada nos autos, a admissibilidade da excepcionalidade, desde que não haja comprometimento da finalidade pública, da segurança da informação, da conformidade normativa ou do desempenho esperado da solução contratada.

9.4. REQUISITOS LEGAIS

9.4.1. A contratação está fundamentada na [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), regulamentada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal por meio do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), e na [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#), Art. 11, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal, e no Parecer Referencial SEI-GDF nº 45/2024 - PGDF/PGCONS da [Procuradoria-Geral do Distrito Federal](#), é o “documento constitutivo da segunda etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”.

9.4.2. Deverá ser considerada, ainda, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – Lei nº.13.709, de 14 de agosto de 2018 – dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

9.4.3. A CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade, conforme modelo disponível no Termo de Referência desta contratação.

9.4.4. A CONTRATADA deverá observar, na execução do serviço, leis, políticas, modelos ou padrões de governo e as boas práticas no tema gestão e governança de dados.

9.5. DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

9.5.1. O objeto enquadra-se como solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, consistente na subscrição/licenciamento de softwares de prateleira, disponibilizados no mercado em modelo padronizado, sem desenvolvimento sob demanda.

9.5.2. Trata-se de solução comum de TIC, com características objetivamente definidas por especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, e art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e da IN SGD/ME nº 94/2022.

9.5.3. A contratação abrange cinco lotes distintos, correspondentes a soluções consolidadas de mercado, com fornecimento em modelo SaaS (Software as a Service) ou licenciamento corporativo equivalente.

9.6. NECESSIDADES E REQUISITOS DE NEGÓCIO

9.6.1. A contratação visa atender a uma necessidade institucional estratégica do DER-DF, diretamente vinculada à modernização, à confiabilidade e à governança dos ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação, em especial no que se refere às atividades administrativas, técnicas, de comunicação institucional e de gestão de processos organizacionais.

9.6.2. As unidades do DER-DF executam rotinas que demandam, de forma contínua, a produção de conteúdos gráficos e audiovisuais, a gestão e edição de documentos oficiais, a modelagem a automação de processos, o apoio à análise e à comunicação técnica, bem com a organização e o compartilhamento de ativos digitais institucionais. Essas atividades dão suporte direto às ações finalísticas e administrativas da Autarquia, incluindo planejamento, engenharia, fiscalização, gestão operacional e prestação de serviços ao cidadão.

9.6.3. Nesse contexto, a ausência de um pacote padronizado de softwares como Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro, com licença regular, suporte adequado e alinhamento às diretrizes de governança de TIC, impõe riscos relevantes, tais como: fragmentação de ferramentas, retrabalho, perda de produtividade, inconsistências na identidade visual e documental, além de potenciais fragilidades relacionadas à segurança da informação e à conformidade normativa.

9.6.4. A contratação do pacote de softwares em referência apresenta-se como solução adequada para uniformizar, racionalizar e modernizar o uso de ferramentas digitais no âmbito do DER-DF, assegurando maior eficiência operacional, padronização institucional e previsibilidade na execução das atividades.

9.6.5. Dessa forma, os requisitos de negócio da presente contratação consistem em:

9.6.5.1. Aprimorar a governança e a padronização das ferramentas digitais institucionais;

9.6.5.2. Aumentar a eficiência das atividades administrativas, técnicas e de comunicação institucional;

9.6.5.3. Assegurar a uniformidade da identidade visual, documental e comunicacional;

9.6.5.4. Apoiar a modelagem, automação e documentação de processos organizacionais;

9.6.5.5. Viabilizar a produção, edição, organização e compartilhamento seguro de conteúdos gráficos, audiovisuais e documentais;

9.6.5.6. Mitigar riscos operacionais e de descontinuidade das atividades;

9.6.5.7. Permitir a evolução tecnológica e a escalabilidade das soluções adotadas;

9.6.5.8. Contribuir para a melhoria dos serviços prestados ao cidadão;

9.7. **REQUISITOS FUNCIONAIS**

9.7.1. As soluções contratadas deverão, no mínimo:

9.7.1.1. Permitir utilização em ambiente web ou aplicação oficial do fabricante;

9.7.1.2. Disponibilizar recursos compatíveis com suas finalidades específicas (criação gráfica, edição audiovisual, modelagem de processos, assistência textual, gestão documental ou organização de ativos digitais);

9.7.1.3. Possibilitar controle de acesso por perfis e níveis de permissão;

9.7.1.4. Permitir trabalho colaborativo e rastreabilidade de alterações, quando aplicável;

9.7.1.5. Viabilizar exportação de arquivos em formatos usuais de mercado;

9.7.1.6. Garantir disponibilidade de atualizações durante a vigência contratual;

9.7.1.7. Permitir gestão centralizada das licenças pela Administração.

9.8. **REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS**

9.8.1. As soluções deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

9.8.1.1. Compatibilidade com os navegadores e sistemas operacionais amplamente utilizados pelo DER-DF;

9.8.1.2. Interface intuitiva e de fácil utilização;

9.8.1.3. Desempenho e estabilidade adequados ao uso institucional;

9.8.1.4. Disponibilidade compatível com soluções corporativas de mercado;

9.8.1.5. Disponibilização de documentação técnica oficial;

9.8.1.6. Idioma português ou inglês;

9.8.1.7. Escalabilidade conforme crescimento da demanda institucional.

9.9. **REQUISITOS DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

9.9.1. As especificações técnicas dos recursos a serem contratados encontram-se detalhadas no item **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** deste documento, o qual apresenta os parâmetros técnicos e funcionais mínimos que deverão ser observados para a adequada instrução do processo de contratação.

9.10. **REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO**

9.10.1. Considerando que se trata de softwares de prateleira, disponibilizados em modelo SaaS ou licenciamento corporativo equivalente, a contratação deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos de implantação, suporte e manutenção:

9.10.2. A disponibilização das licenças de uso deverá ocorrer em conformidade com o modelo oficial de licenciamento do fabricante, incluindo ativação remota, vinculação à conta institucional do DER-DF e possibilidade de gestão centralizada pelo(s) administrador(es) designado(s) pela Administração.

9.10.3. A implantação compreenderá a configuração inicial das contas institucionais, a vinculação das licenças aos usuários indicados pelo DER-DF e a garantia de pleno funcionamento das funcionalidades contratadas, sem necessidade de customização ou desenvolvimento adicional.

9.10.4. Durante toda a vigência contratual, deverá ser assegurado suporte técnico, no mínimo em horário comercial, destinado à resolução de incidentes, falhas operacionais, indisponibilidades e esclarecimento de dúvidas relacionadas ao uso da solução, observando prazos de atendimento compatíveis com a criticidade da ferramenta e com o impacto nas atividades institucionais.

9.10.5. Deverão estar incluídas, sem ônus adicional, todas as atualizações evolutivas, corretivas e de segurança disponibilizadas pelo fabricante, garantindo que o DER-DF utilize sempre a versão estável e suportada da solução.

9.10.6. A contratada deverá disponibilizar canal formal de atendimento (sistema eletrônico, e-mail corporativo ou portal de suporte), que permita o registro, acompanhamento e histórico das solicitações, assegurando rastreabilidade e transparência no tratamento das demandas.

9.10.7. Não será exigida manutenção local ou mobilização técnica presencial, tendo em vista a natureza digital e remota da solução.

9.11. **REQUISITOS DE FORNECIMENTO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

9.11.1. O fornecimento ocorrerá mediante disponibilização de licenças de uso da ferramenta, conforme modelo do fabricante, incluindo acesso, ativação e documentação básica.

9.11.2. A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de serviço ou do recebimento da

Nota de Empenho, mediante comprovação da disponibilização das licenças e do funcionamento da solução.

9.11.3. Durante a vigência contratual, deverão ser asseguradas atualizações, correções e suporte técnico, nos termos do licenciamento contratado.

9.11.4. O aceite ficará condicionado à verificação do atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência.

9.11.5. **FORMA DE PAGAMENTO AO FABRICANTE E MITIGAÇÃO DE RISCO DE SUSPENSÃO**

9.11.5.1. Considerando que determinadas soluções de software podem ser comercializadas pelos fabricantes sob modalidades de pagamento mensal, anual ou parcelado, estabelece-se que, sempre que tecnicamente viável e disponível no modelo comercial do fabricante, a contratada deverá realizar o pagamento das licenças junto ao fabricante em parcela única global correspondente ao período integral contratado.

9.11.5.2. Tal medida visa mitigar riscos de descontinuidade dos serviços decorrentes de eventual inadimplemento, falhas operacionais de meios de pagamento, bloqueios de cartão de crédito ou quaisquer intercorrências administrativas da contratada que possam resultar na suspensão automática das licenças pelo fabricante.

9.11.5.3. A contratada deverá assegurar que o modelo de aquisição adotado não exponha o DER-DF a risco de interrupção do serviço durante a vigência contratual, permanecendo integralmente responsável pela manutenção ativa e regular das licenças pelo período contratado.

9.12. **TREINAMENTO**

9.12.1. Não se identifica necessidade de contratação de treinamento formal para a utilização das soluções objeto desta contratação.

9.12.2. As licenças serão destinadas a servidores de unidades que já utilizam ou possuem familiaridade com as plataformas **Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro** em suas rotinas de trabalho, seja por meio de versões gratuitas, licenças anteriores ou experiências prévias em ambientes institucionais. Trata-se de ferramentas amplamente difundidas no mercado, com interfaces intuitivas, baseadas majoritariamente em navegação web ou aplicações consolidadas, cujo uso não exige conhecimentos técnicos avançados ou configurações complexas de sistemas locais.

9.12.3. Adicionalmente, os próprios fornecedores disponibilizam materiais de apoio e autoaprendizado, tais como tutoriais, vídeos, manuais, artigos e bases de conhecimento online, suficientes para sanar eventuais dúvidas operacionais e apoiar a plena utilização das funcionalidades ofertadas, o que reforça o caráter de facilidade de uso das soluções contratadas.

9.12.4. Dessa forma, não se identifica a necessidade de contratação de serviços adicionais de capacitação ou treinamento, sendo a habilitação dos usuários plenamente viável por meio dos recursos de suporte e documentação já disponibilizados pelas plataformas em referência.

9.13. **DA VIGÊNCIA**

9.13.1. A CONTRATADA deverá garantir a prestação dos serviços por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 106 da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), podendo o contrato ser prorrogado, nas hipóteses e condições do art. 107 da mesma Lei.

9.14. **REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE**

9.14.1. A contratada deverá adequar a prestação dos serviços à **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018 - LGPD)**.

9.14.2. A CONTRATADA e seus profissionais envolvidos no projeto deverão seguir os seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na prestação dos serviços:

9.14.3. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do DER-DF ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

9.14.4. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação do DER-DF;

9.14.5. Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do DER-DF;

9.14.6. Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão; e

9.14.7. Assinar Termo de Compromisso e Termo de Ciência.

9.15. **LGPD E USO DE DADOS**

9.15.1. Todos os serviços prestados pela CONTRATADA deverão ser adequados à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), seguindo normas de segurança e privacidade rigorosas para acesso às imagens e informações, de modo que atenda a requisitos para a coleta, armazenamento e tratamento de dados, especialmente quando envolver informações sensíveis ou que possam identificar indivíduos, conforme explanado no item **ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)** deste documento.

9.16. **DEMAIS OBSERVÂNCIAS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

I - A CONTRATADA deverá observar, na execução do serviço, leis, políticas, modelos ou padrões de governo e as boas práticas no tema gestão e governança de dados.

II - A CONTRATADA deverá observar também os seguintes ornamentos jurídicos e/ou suas atualizações:

9.16.0.1. Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

9.16.0.2. Decreto Nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, com o objetivo de:

a) I - promover o adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disseminação e no uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal, em proveito do desenvolvimento do País;

b) II - promover a utilização, na produção dos dados geoespaciais pelos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal, dos padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR; e

c) III - evitar a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na obtenção de dados geoespaciais pelos órgãos da administração pública, por meio da divulgação dos metadados relativos a esses dados disponíveis nas entidades e nos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal.

I - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

II - Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

III - Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

IV - Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

V - Instrução Normativa nº 4, 12 de abril de 2012, institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA.

VI - Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

VII - Instrução Normativa nº 1, da SGD/ME, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal.

9.17. SUSTENTABILIDADE

9.17.1. Deverão ser observadas, na fase preparatória e na execução da contratação, as dimensões da sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022, bem como os dispositivos pertinentes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 44.330/2023. A solução contratada, por se tratar de tecnologia em formato digital, não gera resíduos sólidos ou impacto ambiental relevante.

9.18. LOGISTICA REVERSA

9.18.1. A presente contratação refere-se à subscrição/licenciamento de pacote de softwares, sem fornecimento de bens permanentes, equipamentos, insumos ou quaisquer materiais físicos. Dessa forma, não há geração de resíduos sólidos ou descarte de produtos que ensejem a aplicação das regras de logística reversa previstas na Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

9.18.2. Assim, não se aplica à presente contratação a obrigatoriedade de implementação de sistema de logística reversa, considerando a natureza exclusivamente digital e intangível do objeto.

9.18.3. Ressalta-se, contudo, que a Administração observará, sempre que pertinente, as diretrizes de sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Distrital nº 44.330/2023, especialmente quanto à racionalização do uso de recursos tecnológicos, à priorização de soluções que adotem boas práticas ambientais em suas infraestruturas de data center e ao estímulo à eficiência energética, quando aplicável.

9.19. REQUISITOS AMBIENTAIS

9.19.1. Sempre que aplicável, a CONTRATADA deverá observar:

9.19.1.1. Os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), mesmo que a solução digital não gere resíduos físicos;

9.19.1.2. Os preceitos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), em especial quanto ao consumo consciente de recursos digitais e infraestrutura de data centers sustentáveis, se aplicável;

9.19.1.3. A observância das normas da ABNT, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, quando houver correlação com os serviços prestados;

9.19.1.4. A utilização, sempre que possível, de infraestrutura tecnológica localizada em território nacional ou com garantia de conformidade à LGPD – Lei nº 13.709/2018.

9.20. REQUISITOS CULTURAIS

9.20.1. Não se aplica à esta contratação.

9.21. REQUISITOS SOCIAIS

9.21.1. Sempre que aplicável, a CONTRATADA deverá observar integralmente a legislação social, trabalhista e previdenciária vigente, bem como as normas relacionadas à saúde e segurança do trabalho, responsabilizando-se por sua fiel observância durante toda a execução contratual. Em especial, a CONTRATADA deverá:

9.21.2. Cumprimento da Legislação Trabalhista e Previdenciária

9.21.2.1. Assegurar o pleno cumprimento das obrigações legais decorrentes da contratação de mão de obra, observando as normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, bem como as demais legislações correlatas.

9.21.3. Proibição de Práticas Irregulares

9.21.4. Garantir que não haverá utilização, direta ou indireta, de mão de obra infantil ou em condições análogas à escravidão, em conformidade com o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e demais normas aplicáveis.

9.21.5. Saúde e Segurança do Trabalho

9.21.5.1. Adotar medidas preventivas que assegurem condições adequadas de trabalho aos seus colaboradores, atendendo às normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

9.21.6. Emprego e Capacitação Local

9.21.6.1. Não se aplica à presente contratação, em razão da natureza do objeto, que envolve fornecimento e instalação de equipamentos

especializados.

9.21.7. **Acessibilidade**

9.21.7.1. A CONTRATADA deverá, quando possível, observar a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), assegurando que os produtos, serviços, manuais e materiais fornecidos estejam compatíveis com requisitos de acessibilidade, quando aplicável.

9.21.8. **Responsabilidade Social**

9.21.8.1. Em atendimento ao disposto no Art. 2º do Decreto Distrital nº 45.846/2024, que regulamenta a Lei nº 6.128/2018, a CONTRATADA deverá, caso se aplique, reservar o percentual mínimo de 2% (dois por cento) das vagas de trabalho destinadas à execução do objeto para pessoas em situação de rua, conforme definido na legislação.

§1º. Quando se tratar de empresa com menos de 100 (cem) empregados, será exigida a contratação de, ao menos, 1 (uma) pessoa em situação de rua, caso aplicável.

§2º. A aplicação desta exigência está condicionada à compatibilidade entre as funções a serem desempenhadas e o perfil de contratação previsto na norma, nos termos do §10 do Art. 2º do Decreto nº 45.846/2024. Caso reste demonstrada a inviabilidade de cumprimento da cota por inexistência de pessoas em situação de rua com perfil técnico adequado, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal, sujeita à análise e anuência da Administração.

§3º. Caso a exigência seja aplicável, a CONTRATADA deverá apresentar Termo de Compromisso e comprovar a contratação conforme os critérios e prazos estipulados no edital e no contrato.

9.22. **ESTRUTURA DE LOTES**

9.22.1. Conforme definido no item **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO** deste documento.

9.23. **INDICAÇÃO DE MARCAS E MODELOS**

9.23.1. Considerando a natureza técnica e especializada das soluções requeridas, bem como a necessidade de atendimento a requisitos avançados de produtividade, padronização, automação, confiabilidade e governança nos processos administrativos, técnicos, operacionais e de comunicação institucional, indicam-se como referência técnica as soluções **Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro**.

9.23.2. A escolha para as referidas soluções fundamenta-se na comprovada aderência funcional às demandas institucionais do órgão, atendendo de forma integral e satisfatória às necessidades técnicas identificadas neste documento. As ferramentas apresentam elevado grau de maturidade tecnológica, ampla aceitação no mercado, estabilidade operacional, desempenho, confiabilidade e precisão no tratamento das informações, além de disponibilizarem recursos específicos voltados à automação de rotinas, padronização de entregas, colaboração entre equipes, rastreabilidade de alterações e suporte à governança dos processos e documentos institucionais.

9.23.3. A adoção dessas soluções mostra-se estratégica para a evolução tecnológica institucional, ao promover maior eficiência operacional, padronização de métodos e produtos, automação de fluxos de trabalho, segurança da informação, controle do ciclo de vida documental e fortalecimento da comunicação institucional, alinhando o ambiente tecnológico da Administração às melhores práticas de mercado e às exigências contemporâneas de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

9.23.4. Ressalte-se que a indicação da marca e modelo não configura restrição à competitividade, tampouco implica vedação à participação de outras soluções equivalentes, desde que estas comprovem, por meio de documentação técnica idônea, a plena aderência às funcionalidades requeridas, bem como a compatibilidade com os objetivos técnicos e operacionais delineados neste ETP, nos termos do art. 46, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e do art. 12, §1º, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

9.24. **VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

9.24.1. Não se aplica, por se tratar de serviço intangível e digital com ativação remota em equipamentos previamente compatíveis.

9.25. **TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP**

9.25.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021, será assegurado tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando cabível, observando-se:

9.25.2. Possibilidade de participação por lote;

9.25.3. Aplicação dos benefícios de regularização fiscal tardia;

9.25.4. Critério de desempate ficto, quando aplicável.

9.25.5. Caso o valor estimado de determinado lote seja inferior aos limites legais, poderá ser avaliada a exclusividade para ME/EPP, desde que não haja restrição à competitividade.

9.26. **MARGEM DE PREFERÊNCIA**

9.26.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a aplicação de margem de preferência pressupõe regulamentação específica e compatibilidade com o objeto da contratação.

9.26.2. No caso da presente contratação, pacote de soluções de software em modelo SaaS (**Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro**), não há previsão legal ou regulamentar aplicável que autorize a concessão de margem de preferência, razão pela qual não será adotada margem de preferência nesta contratação.

9.27. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

9.28. O julgamento das propostas levará em consideração o **menor preço por lote**, considerando o valor global para o período contratual, devendo o preço proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes.

9.29. **HABILITAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL**

9.29.1. A habilitação técnica exigida para a presente contratação será definida e detalhada no item **CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR**, integrante deste documento.

9.30. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.30.1. Não haverá exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira por parte dos licitantes, em razão das seguintes justificativas:

9.30.1.1. A contratação em questão não apresenta complexidade técnica ou operacional elevada, tratando-se de subscrição de solução padronizada, sem necessidade de mobilização de grandes estruturas operacionais ou recursos materiais;

9.30.1.2. O objeto possui baixo risco de inadimplemento por parte da futura contratada, considerando que não se trata de execução física, entrega de bens permanentes, alocação de mão de obra dedicada ou prestação contínua com obrigações de presença local;

9.30.1.3. O valor estimado para cada lote da contratação, ainda que relevante, não configura vultuosidade suficiente para justificar, por si só, a exigência de demonstrações contábeis, capital mínimo ou garantias adicionais no processo licitatório;

9.30.1.4. A solução é entregue mediante ativação remota, com licenciamento diretamente vinculado ao número de equipamentos previamente adquiridos, e os serviços são prestados em ambiente controlado, rastreável e verificável via painel de gestão, o que mitiga o risco contratual;

9.30.1.5. Assim, conforme previsto no art. 67, inciso III, da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), a Administração entende que não há justificativa técnica ou legal para a exigência da qualificação econômico-financeira, sendo tal medida coerente com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia.

9.31. **SUBCONTRATAÇÃO**

9.31.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do art. 122, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza técnica e especializada da solução.

9.32. **EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

9.32.1. Este documento descreverá o a melhor forma de contratação da solução desejada, não havendo desta forma necessidade de exigir carta de solidariedade à CONTRATADA.

9.33. **EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

9.33.1. Não se aplica à esta contratação.

9.34. **VISTORIA OU NÃO VISTORIA**

9.34.1. Não se aplica, por se tratar de serviço prestado em ambiente digital com ativação remota.

9.35. **UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, TECNOLOGIAS E MATÉRIAS-PRIMAS EXISTENTES NO LOCAL DA EXECUÇÃO**

9.35.1. Não se aplica.

9.36. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

9.37. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

9.37.1. Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

9.37.2. Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

10. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

10.1. A execução contratual ocorrerá sob o regime de fornecimento continuado de serviço de subscrição de softwares, na modalidade Software como Serviço (SaaS) ou equivalente, com disponibilização remota das licenças contratadas para utilização pelas unidades do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, pelo período de vigência definido no contrato.

10.2. A CONTRATADA deverá observar as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos, bem como eventuais informações complementares fornecidas pelo DER-DF, de modo a assegurar a correta disponibilização e operação das soluções contratadas.

10.3. A CONTRATADA deverá assegurar suporte técnico adequado durante o processo inicial de disponibilização das soluções, de forma a garantir o pleno funcionamento das licenças e a continuidade das atividades institucionais do DER-DF.

10.4. **ATIVAÇÃO DAS LICENÇAS**

10.4.1. As licenças serão disponibilizadas mediante ativação remota, vinculadas às contas institucionais do DER-DF ou aos usuários previamente autorizados pela Administração.

10.4.2. A ativação deverá ocorrer em ambiente controlado e auditável, permitindo à Administração acompanhar e verificar a quantidade de licenças ativas, usuários habilitados e demais informações relevantes por meio de painel administrativo ou mecanismo equivalente de gestão, quando disponível.

10.4.3. Quando aplicável, a CONTRATADA deverá viabilizar a renovação ou migração das licenças atualmente existentes para o novo contrato, preservando, sempre que tecnicamente possível:

- I - contas institucionais existentes;
- II - histórico de dados e conteúdos armazenados;
- III - permissões e configurações administrativas previamente definidas.

10.5. **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.6. A prestação dos serviços ocorrerá conforme as especificações técnicas descritas no item DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC deste Termo de Referência, compreendendo o fornecimento das licenças de software, sua disponibilização para uso institucional e o suporte técnico necessário à sua adequada utilização durante a vigência contratual.

10.7. **MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

10.7.1. São mecanismos formais de comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE:

- I - **E-mails:** forma rápida de comunicação para tratar de informações pouco críticas;

- II - **Ofícios:** Comunicação para tratar de assuntos gerais;
- III - **OS - Ordem de Serviço:** elaborada, por demanda, pela CONTRATANTE e encaminhada à CONTRATADA;
- IV - **Portal para abertura de chamados:** Comunicação por meio de plataforma voltada para o gerenciamento de incidentes/problemas de Tecnologia da Informação.
- 10.7.2. Toda a comunicação entre a Administração Pública e a CONTRATADA deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A gestão do contrato será realizada em conformidade com o disposto nos arts. 117 a 120 da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto Distrital nº 44.330/2023, mediante a designação formal de servidores públicos competentes, por meio de ato próprio da autoridade competente do DER-DF, para atuarem como:

- a) **Gestor do contrato** – responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual, comunicação com a contratada, recebimento dos produtos/serviços, aplicação de sanções e adoção de medidas corretivas;
- b) **Fiscal técnico** – responsável pelo acompanhamento da entrega e desempenho da solução contratada, especialmente quanto ao funcionamento adequado das licenças ativadas, disponibilidade dos recursos ofertados, cumprimento do SLA e suporte técnico;
- c) **Fiscal administrativo** – responsável pela verificação dos aspectos administrativos, como controle de prazos, documentação contratual, emissão de notas fiscais, controle de pagamentos, prorrogações e aditivos.

11.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução, quando aplicável, será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.5. A CONTRATANTE designará formalmente Gestor do Contrato e Fiscais Técnico e Administrativo, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, observando-se também as diretrizes da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#).

11.6. RESPONSABILIDADES DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

11.6.1. Compete à equipe de fiscalização do contrato:

- I - acompanhar a execução do objeto contratual durante toda a vigência do contrato, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
- II - verificar a conformidade dos bens fornecidos ou dos serviços prestados com as especificações estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência;
- III - monitorar o desempenho da execução contratual, observando prazos, padrões de qualidade e demais condições pactuadas;
- IV - registrar ocorrências relacionadas à execução do contrato e solicitar à contratada as providências necessárias para correção de eventuais irregularidades;
- V - avaliar a adequação da execução do objeto às condições estabelecidas nos instrumentos contratuais e normativos aplicáveis;
- VI - emitir e acompanhar ordens de fornecimento, ordens de serviço ou instrumentos equivalentes, quando aplicável;
- VII - validar a execução das demandas formalizadas e registrar o respectivo aceite ou encerramento, conforme os procedimentos estabelecidos pela Administração;
- VIII - subsidiar o Gestor do Contrato com informações técnicas e administrativas necessárias ao acompanhamento da execução contratual e à adoção de eventuais medidas administrativas.

12. LIQUIDAÇÃO (MEDIÇÃO E PAGAMENTO)

12.1. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

12.1.1. Em atendimento ao artigo 145 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, não será permitida, no âmbito desta contratação, a antecipação de pagamento.

12.2. MEDIÇÃO

12.2.1. A medição será realizada com base na comprovação da disponibilização das licenças contratadas e do início da vigência da subscrição.

12.2.2. Serão considerados para fins de medição:

- I - disponibilização das licenças contratadas;
- II - ativação das contas ou ambientes institucionais;
- III - funcionamento regular das soluções.

12.3. PAGAMENTO

12.3.1. O pagamento será realizado em parcela única por software contratado, correspondente ao período de subscrição previsto no contrato, após a disponibilização e ativação das respectivas licenças e o aceite formal pela Administração, em conformidade com o modelo de licenciamento adotado pelos fabricantes e com as práticas usuais da Administração Pública para contratação de subscrições de software.

- 12.4. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada em relação aos serviços/equipamento.
- 12.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 12.7. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa STI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 12.8. Não produziu os resultados acordados;
- 12.9. Deixou de executar as atividades contratadas;
- 12.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 12.11. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.
- 12.15. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 12.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.17. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na LC.
- 12.18. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta do SICAF.
- 12.19. **Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:**
- I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;
- II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- III – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em plena validade;
- IV – a empresa sediada, domiciliada ou com filial no Distrito Federal, deverá apresentar, também, prova de quitação com a Fazenda do Distrito Federal (Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal);
- V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei 12.440/2011, em plena validade.

13. CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO LOTE.
- 13.2. O DER-DF quer assegurar qualidade por meio de uma descrição detalhada do objeto, bem como pela exigência de certos requisitos de qualificação técnica, como condição de habilitação dos licitantes. Em se tratando de licitações do tipo menor preço, é comum que se saiam vencedores os participantes que, embora formalmente preencham todos os requisitos de habilitação técnica, e/ou não conseguem executar o contrato de modo eficiente, o que provoca graves prejuízos à administração.
- 13.3. **JULGAMENTO DA PROPOSTA**
- 13.3.1. A proposta da licitante deverá conter a especificação técnica clara e detalhada do objeto do presente certame para que a CONTRATANTE possa realizar análise ponto a ponto, sem conter alternativas de preços, ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, podendo ser utilizado o modelo de proposta contido no anexo deste instrumento.
- 13.3.2. A proposta que apresentar o menor preço se consagrará vencedora, desde que atenda a todos os requisitos descritos neste documento e edital.
- 13.4. **HABILITAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL**
- 13.4.1. Considerando a relevância que os serviços objeto desta contratação têm para a CONTRATANTE, para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar comprovação de aptidão, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o fornecimento similar ao objeto deste documento, com grau de complexidade tecnológica e operacional compatível ou superior ao objeto desta contratação.

13.4.2. O objeto consiste na subscrição corporativa de licenças de softwares de prateleira (COTS – Commercial Off-The-Shelf), em modelo Software como Serviço (SaaS), não há execução de obra, instalação física, desenvolvimento sob medida ou necessidade de responsável técnico especializado. Entretanto, trata-se de contratação:

- I - Com vigência de 36 meses;
- II - Com aproximadamente 141 licenças distribuídas entre diferentes plataformas;
- III - Com valor estimado relevante (\approx R\$ 700.000,00);
- IV - Com impacto transversal em diversas unidades do DER-DF;
- V - Cujas eventual suspensão pode comprometer atividades institucionais estratégicas.

13.4.3. Dessa forma, embora o objeto não possua complexidade técnica de engenharia, possui relevante complexidade administrativa e risco de descontinuidade operacional, o que justifica a exigência de qualificação técnica mínima da pessoa jurídica licitante.

13.4.4. QUANTITATIVO MÍNIMO A SER COMPROVADO

13.4.4.1. Serão aceitos apenas Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado e apresentado(s), em papel timbrado do emitente, contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações completas do seu emissor: nome do órgão ou entidade emitente, endereço de execução do serviço, descrição detalhada das atividades desempenhadas, bem como a identificação e assinatura do declarante, incluindo nome completo, número de telefone, matrícula e/ou RG e CPF. Fica reservado ao Pregoeiro o direito de realizar diligências com o objetivo de verificar a autenticidade dos atestados apresentados. Caso os documentos submetidos à diligência sejam invalidados por ausência de comprovação da execução dos serviços declarados, a empresa responsável por sua apresentação será imediatamente desclassificada do presente certame, podendo ainda sofrer a aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, nos termos da legislação vigente.

13.4.4.2. Poderá ser admitida a soma de diferentes atestados para comprovação do quantitativo mínimo exigido por lote, desde que os documentos permitam aferir de forma clara o quantitativo efetivamente fornecido.

13.4.4.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

13.4.4.4. Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, a especificação do fornecimento executado de forma detalhada, contendo o nome, cargo e assinatura do declarante.

13.4.4.5. O atestado de capacidade técnica submetido à diligência, quando invalidado pela falta de comprovação da execução dos serviços nele contidos, ensejará à empresa que o apresentou, a imediata desclassificação do presente processo licitatório, além de possível aplicação das penalidades administrativas, cíveis e penais previstas em lei.

13.4.4.6. Antes da habilitação do Licitante vencedor, a CONTRATANTE poderá realizar diligência, a fim de se comprovar a autenticidade e veracidade do (s) Atestado (s) de Capacidade Técnica apresentado (s) pela LICITANTE vencedora do certame, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no (s) atestado(s) foi(ram) prestado(s).

13.4.4.7. Os documentos e certificações exigidos para habilitação, salvo aqueles emitidos pela licitante, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia própria, autenticados, seja por tabelião de notas ou pelo Pregoeiro, ou ainda por publicação em órgão da imprensa oficial, reservado ao Pregoeiro, direito de exigir a apresentação dos originais, a seu critério, assim como proceder às diligências sobre a autenticidade dos mesmos.

13.4.4.8. Documentos não legíveis, em duplicidade e, ainda, a inclusão de material supérfluo ou dispensável não serão considerados.

13.4.4.9. Não serão considerados atestados de capacidade técnica oriundos de contratos firmados com outras empresas que pertençam ao mesmo grupo financeiro ou cujo contrato social possua sócio(s) que seja(m) de mesma titularidade do licitante.

13.4.4.10. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do fornecimento, a apresentação de diferentes atestados de fornecimentos executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, a uma única contratação.

13.4.4.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital.

13.4.4.12. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão comprovar a aptidão e a experiência da licitante na execução de fornecimento de subscrição/licenciamento de software em modelo Software como Serviço (SaaS) ou equivalente, em quantitativo equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do objeto pertinente e compatível com o lote pretendido, conforme previsto neste Edital e seus Anexos, resultando nos quantitativos mínimos estabelecidos na tabela a seguir.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA	QTD MÍNIMA A COMPROVAR (20% do lote)
1	1	Canva – Subscrição SaaS	30 licenças	6 licenças
2	1	Flickr PRO – Subscrição SaaS	1 licença	1 licença ¹
3	1	ChatGPT – Subscrição SaaS	75 licenças	15 licenças
4	1	CapCut – Subscrição SaaS	5 licenças	1 licenças
5	1	Adobe Acrobat Pro – Subscrição SaaS	30 licenças	6 licenças

(¹) Para lotes cujo quantitativo estimado seja igual ou inferior ao percentual calculado, exige-se comprovação mínima de 1 (uma) licença, como forma de demonstrar experiência prévia no fornecimento da solução.

13.4.5. **JUSTIFICATIVA TÉCNICA DO PERCENTUAL**

13.4.5.1. A exigência de 20%:

- I - Observa a proporcionalidade prevista no art. 67 da Lei nº 14.133/2021;
- II - Está alinhada à Súmula nº 263 do TCU;
- III - Não exige equivalência total ao objeto licitado;
- IV - Demonstra experiência prévia relevante na gestão de subscrições corporativas;
- V - Mitiga risco de descontinuidade contratual;
- VI - É compatível com a dimensão e relevância da contratação.

13.4.6. **AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA TÉCNICO-OPERACIONAL OU TÉCNICO-PROFISSIONAL**

13.4.6.1. Para a presente contratação não será exigida qualificação técnico-profissional nem técnico-operacional complexa, tampouco comprovação de responsável técnico, registro em conselho profissional ou demonstração de estrutura técnica especializada, uma vez que o objeto consiste exclusivamente na subscrição/licenciamento de softwares de prateleira (COTS), em modelo Software como Serviço (SaaS), não envolvendo instalação, customização, desenvolvimento sob medida ou execução de serviços técnicos especializados. Assim, a exigência de habilitação técnica limitar-se-á à comprovação de experiência prévia da pessoa jurídica em fornecimento similar, nos termos estabelecidos neste documento.

13.4.7. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA EXIGÊNCIA**

13.4.7.1. Nos termos do Art. 67, caput, combinado com o §1º e §2º, da Lei nº 14.133/2021, poderá ser exigida dos licitantes comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

13.4.7.2. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União admite a exigência de quantitativos mínimos, desde que:

- I - Sejam proporcionais;
- II - Guardem pertinência com o objeto;
- III - Não restrinjam indevidamente a competitividade.

13.4.7.3. Nesse sentido:

“As exigências de qualificação técnica devem guardar proporcionalidade com a dimensão e complexidade do objeto.”
(Acórdão 1842/2013 – Plenário – TCU)

“É legal a exigência de quantitativos mínimos desde que limitados às parcelas de maior relevância do objeto.”
(Súmula 263 – TCU)

13.4.8. **JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO TÉCNICA e PRIMAZIA DO INTERESSE PÚBLICO**

13.4.9. Considerando a relevância estratégica do objeto desta contratação para o DER-DF, especialmente no que se refere à padronização de ferramentas institucionais, continuidade operacional e suporte às atividades administrativas e finalísticas, a exigência de habilitação técnica revela-se medida necessária, adequada e proporcional para assegurar que a futura contratada detenha experiência prévia compatível com o fornecimento de subscrição/licenciamento de softwares em modelo Software como Serviço (SaaS) ou equivalente.

13.4.10. Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a qualificação técnica constitui requisito legítimo para demonstrar a aptidão do licitante à execução satisfatória do objeto contratual. Embora o objeto envolva softwares padronizados, a contratação demanda gestão corporativa de múltiplas licenças, controle de vigência e renovação, interlocução com fabricantes internacionais e garantia de regularidade das subscrições, de modo que eventuais falhas administrativas ou inadimplemento contratual podem ocasionar suspensão de contas institucionais, perda de acesso a conteúdos e interrupção de atividades administrativas e técnicas da Autarquia. Assim, o risco associado ao objeto é predominantemente operacional e administrativo, o que justifica a exigência de comprovação de experiência prévia na gestão de subscrições corporativas de software.

13.4.11. A exigência de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado tem por finalidade mitigar riscos de inadimplemento, assegurar a regularidade no fornecimento das licenças durante toda a vigência contratual e proteger a Administração contra fornecedores sem experiência comprovada em contratos de natureza semelhante. Tal providência está alinhada ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), que não se restringe ao critério econômico, mas abrange a efetiva capacidade do contratado de cumprir integralmente as obrigações assumidas.

13.4.12. É importante ressaltar que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) estabelece que a exigência de qualificação técnica deve guardar pertinência e proporcionalidade com o objeto licitado, de modo que se evite a imposição de restrições excessivas à competitividade, sem, contudo, comprometer a qualidade e a confiabilidade da contratação. Nesse sentido:

"Para comprovar a capacidade técnico-operacional das licitantes, guardada a proporção com a dimensão e a complexidade do objeto da licitação, podem-se exigir, desde que devidamente justificados, atestados de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços similares, limitados, contudo, às parcelas de maior relevância e valor significativo."

(Acórdão 1842/2013 – Plenário)

https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/*?KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-21939/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue

13.4.13. A condução de processos licitatórios pela Administração Pública deve observar os princípios constitucionais e administrativos consagrados no art. 5º, inciso V, e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, em especial os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, legalidade, isonomia, vinculação ao edital e busca pela proposta mais vantajosa.

13.4.14. Entretanto, a aplicação desses princípios não deve ser feita de modo estanque ou dissociada de sua finalidade maior, que é assegurar o atendimento do interesse público. É nesse contexto que se insere a necessidade de afastar o formalismo exacerbado, principalmente quando tal postura comprometeria a competitividade, a economicidade ou a legitimidade do resultado do certame.

13.4.15. Dessa forma, a Administração deve pautar-se em um equilíbrio entre a necessidade de assegurar a capacidade técnica do contratado e o respeito à ampla competitividade, promovendo a isonomia entre os licitantes e garantindo a eficiência na contratação pública, podendo considerar, à primazia do interesse público e da proposta mais vantajosa, a aceitação de atestados que comprovem serviços

similares, especialmente quando executados com grau de sofisticação superior ao exigido, desde que tecnicamente pertinentes, com base nos seguintes precedentes do Tribunal de Contas da União (TCU):

- **Acórdão 298/2024 – Plenário (TCU):** “As exigências de qualificação técnica devem admitir a experiência anterior do licitante em obras ou serviços com características semelhantes ou de complexidade superior.”
- **Acórdão 2898/2012 – Plenário:** “É possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.”
- **Súmula nº 263 do TCU:** “É legal a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, desde que limitadas às parcelas de maior relevância do objeto da licitação.”

13.4.16. A presente exigência observa os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, evitando restrições excessivas à competitividade, ao mesmo tempo em que preserva o interesse público primário. O percentual estabelecido foi fixado de modo moderado, compatível com a natureza do objeto e suficiente para demonstrar capacidade gerencial mínima na administração de contratos de subscrição de licenças corporativas.

13.4.17. Assim, a exigência de habilitação técnica ora prevista não configura barreira indevida à competição, mas instrumento legítimo de mitigação de riscos e de proteção à continuidade dos serviços institucionais, atendendo aos princípios da eficiência, da segurança jurídica, da economicidade e da supremacia do interesse público.

13.4.18. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

13.4.19. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.4.20. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4.21. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

13.4.22. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade

13.4.23. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

13.4.23.1. **Habilitação Jurídica**

- a) A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:
- b) Cédula de identidade;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- g) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- h) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei nº 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

13.4.23.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- a) Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440 de 2011.
- c) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2014;
- f) Para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela receita da fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br, de acordo com art. 173, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF);
- g) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- h) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

14. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Em conformidade com o disposto no Art. 90 do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), e nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021](#), o valor estimado da contratação, para o período de 36 (trinta e seis) meses, é de **R\$ 668.294,50**

(seiscentos e sessenta e oito mil duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

14.2. O referido valor corresponde à mediana dos preços válidos identificados na pesquisa de mercado, metodologia que apresentou maior vantajosidade e aderência às práticas de contratação pública, tendo sido apurada em conformidade com a [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como com as Deliberações e Decisões n.ºs 1.844/2023, 17/2023, 2.847/2022, 4.809/2021 e 1.751/2017, do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

14.3. Para a formação da estimativa de preços foram consideradas referências de preços públicos vigentes obtidas em bases oficiais de contratações públicas, por meio de relatórios de cotação rápida emitidos para cada solução pretendida (Canva Pro – Business, Flickr Pro, ChatGPT Business, CapCut Pro e Adobe Acrobat Pro), os quais se encontram juntados aos autos do processo administrativo (SEI/GDF N.º 196784310, 196784403, 196784577, 196784482 e 196784668), conforme detalhado no **ANEXO IV - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS** deste Termo de Referência.

14.4. Informamos que a data do orçamento estimado é **02/03/2026**.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Informação a ser prestada pela Superintendência Administrativa e Financeira – SUAFIN, quando da manifestação acerca da disponibilidade orçamentária.

15.2. As despesas decorrentes da presente contratação encontram-se compatíveis com o planejamento orçamentário do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, devendo ser custeadas por meio das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício correspondente.

15.3. Considerando que a solução tecnológica objeto desta contratação beneficiará diversas unidades administrativas, técnicas e operacionais do DER-DF, algumas diretamente relacionadas à gestão do trânsito, engenharia viária, fiscalização, sinalização rodoviária e educação para o trânsito, admite-se a utilização combinada de recursos oriundos do Tesouro e da Fonte de Multas de Trânsito, observadas as disposições do art. 320 do [Código de Trânsito Brasileiro \(Lei nº 9.503/1997\)](#) e da [Resolução nº 875/2021 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN](#).

15.4. Dessa forma, a despesa total estimada para a contratação poderá ser financiada conforme a seguinte estimativa de rateio entre fontes de recursos:

Fontes de Multas (%)	Fontes do Tesouro (%)	Total (%)
59,57%	40,43%	100%

15.5. MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.5.1. A definição do percentual de utilização de recursos provenientes da Fonte de Multas de Trânsito e da Fonte do Tesouro foi realizada com base nos seguintes critérios técnicos e institucionais:

I - distribuição das licenças entre as unidades organizacionais do DER-DF;

II - competências regimentais de cada unidade, conforme o [Regimento Interno do DER-DF](#) aprovado pelo Decreto nº 48.239, de 04 de fevereiro de 2026;

III - compatibilidade das atividades desempenhadas pelas unidades com as hipóteses de aplicação dos recursos oriundos de multas de trânsito previstas no [Código de Trânsito Brasileiro \(Lei nº 9.503/1997\)](#) e na [Resolução nº 875/2021 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN](#);

IV - identificação das áreas cujas atribuições estão diretamente relacionadas às atividades de engenharia de tráfego, fiscalização, sinalização, educação e segurança no trânsito.

15.5.2. Com base nesses parâmetros, foi atribuída a cada unidade organizacional uma classificação quanto à possibilidade de financiamento por recursos de multas de trânsito, aplicando-se o seguinte critério:

I - Unidades com competências diretamente vinculadas às atividades previstas no CTB e na Resolução CONTRAN nº 875/2021: financiamento integral por recursos de multas de trânsito (100% multas).

II - Unidades com competências predominantemente administrativas ou de apoio institucional: financiamento integral por recursos do Tesouro (100% Tesouro).

III - A ponderação foi realizada considerando o quantitativo de licenças destinado a cada unidade organizacional, conforme demonstrado na tabela abaixo.

SETOR	QUANTIDADE DE LICENÇAS	PONDERAÇÃO (%)			RESULTADO	
		PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL (%)	MULTAS (%)	TESOURO (%)	RESULTADO MULTAS	RESULTADO TESOURO
PRESIDÊNCIA	14	9,93%	0%	100%	0,00%	9,93%
SUAFIN	11	7,80%	0%	100%	0,00%	7,80%
SUTRAN	22	15,60%	100%	0%	15,60%	0,00%
SUTEC	22	15,60%	100%	0%	15,60%	0,00%
SUOPER	14	9,93%	100%	0%	9,93%	0,00%
SUOBRA	18	12,77%	100%	0%	12,77%	0,00%
CTINF	13	9,22%	0%	100%	0,00%	9,22%
COPLAN	9	6,38%	0%	100%	0,00%	6,38%
ASCOM	8	5,67%	100%	0%	5,67%	0,00%
PROJUR	6	4,26%	0%	100%	0,00%	4,26%
CORREG	4	2,84%	0%	100%	0,00%	2,84%

TOTAL	141	100%			59,57%	40,43%
--------------	------------	-------------	--	--	---------------	---------------

15.6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DE MULTAS DE TRÂNSITO

15.6.1. A utilização parcial de recursos oriundos da Fonte de Multas de Trânsito para custeio da presente contratação encontra respaldo no art. 320 do [Código de Trânsito Brasileiro \(Lei nº 9.503/1997\)](#), bem como nas diretrizes estabelecidas pela [Resolução nº 875/2021 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN](#), que regulamenta as formas de aplicação da receita arrecadada com multas de trânsito.

15.6.2. Nos termos do referido dispositivo legal, os recursos provenientes de multas devem ser aplicados exclusivamente em ações e serviços relacionados a:

- I - sinalização viária;
- II - engenharia de tráfego e engenharia de campo;
- III - fiscalização e policiamento de trânsito;
- IV - educação para o trânsito;
- V - controle, operação e segurança do sistema viário.

15.6.3. No âmbito do DER-DF, diversas unidades organizacionais executam atividades diretamente relacionadas a essas áreas, notadamente as Superintendências de Trânsito, Técnica, de Operações e de Obras, bem como a Assessoria de Comunicação Social, responsável por campanhas educativas e ações institucionais voltadas à conscientização da população quanto à segurança viária.

15.6.4. A solução tecnológica objeto desta contratação — composta por ferramentas corporativas de criação gráfica, produção audiovisual, gestão de imagens institucionais, análise de dados e elaboração de documentos técnicos — constitui infraestrutura digital de suporte às atividades finalísticas relacionadas à segurança e gestão do trânsito, sendo utilizada, entre outras finalidades, para:

- I - elaboração de projetos e estudos técnicos de engenharia viária;
- II - produção de materiais técnicos e institucionais relacionados à sinalização rodoviária;
- III - geração de relatórios técnicos e análises de dados de trânsito;
- IV - produção de campanhas educativas de segurança viária;
- V - organização e gestão de acervos digitais de imagens e registros técnicos utilizados em atividades de fiscalização, planejamento e engenharia de tráfego.

15.6.5. Nesse contexto, os recursos objeto dessa contratação configuram ferramentas instrumentais essenciais à execução das atividades finalísticas previstas no art. 320 do CTB, não se caracterizando como mera despesa administrativa genérica, mas como infraestrutura tecnológica de apoio às funções de engenharia de tráfego, fiscalização, sinalização e educação para o trânsito.

15.6.6. Com base nessa análise normativa e institucional, apresenta-se, a seguir, quadro demonstrativo contendo a identificação das unidades organizacionais contempladas na presente contratação, o respectivo percentual de utilização de recursos oriundos da Fonte de Multas de Trânsito e a correlação entre suas competências regimentais e as hipóteses legais de aplicação desses recursos previstas no [Código de Trânsito Brasileiro \(Lei nº 9.503/1997\)](#) e na [Resolução nº 875/2021 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN](#).

SETOR	PERCENTUAL ¹ DEFINIDO PARA UTILIZAÇÃO DE FONTES DE MULTAS	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO SETOR DE ACORDO COM O REGIMENTO INTERNO DO DER-DF	COMPETÊNCIAS COMPATÍVEIS COM CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503/1997) E NA RESOLUÇÃO Nº 875/2021 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN	ATIVIDADES EXECUTADAS PELO SETOR ENQUADRÁVEIS NA RESOLUÇÃO Nº 875/2021 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN RESOLUÇÃO Nº 875/2021 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN	RELAÇÃO ENTRE AS COMPETÊNCIAS DO SETOR E AS SOLUÇÕES ADQUIRIDAS
-------	--	---	--	--	---

SUTRAN	15,60%	<p>SEÇÃO IX DA SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO</p> <p>Art. 90. À Superintendência de Trânsito, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas de trânsito, no âmbito de sua competência;</p> <p>II – definir diretrizes técnicas para o planejamento, regulamentação e operação do trânsito de veículos, pedestres, ciclistas e animais nas rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>III – estabelecer políticas e diretrizes para o policiamento ostensivo e a fiscalização de trânsito em conjunto com órgãos de policiamento e fiscalização;</p> <p>IV – coordenar a implementação, no âmbito de sua competência, as medidas previstas no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans, na Política Nacional de Transporte e de Trânsito – PNT e na Política de Mobilidade Urbana estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal – GDF;</p> <p>V – aprovar os estudos de impacto de polos geradores de tráfego;</p> <p>VI – conceder Autorização Especial de Trânsito – AET e Autorização para Eventos em Rodovias – AER;</p> <p>VII – interagir com outros órgãos na elaboração de políticas públicas de transporte, mobilidade, planejamento urbano e segurança pública;</p> <p>VIII – estabelecer diretrizes técnicas para os sistemas de informações e de gerenciamento de tráfego, de mobilidade, e para o programa de redução de sinistros;</p> <p>IX – propor, programar, coordenar e implementar planos, programas e projetos relacionados à educação e à segurança no trânsito;</p> <p>X – coordenar as atividades relacionadas ao tratamento das infrações e penalidades de trânsito; e</p> <p>XI – desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas na sua área de atuação.</p>	<p>Art. 90. À Superintendência de Trânsito, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas de trânsito, no âmbito de sua competência;</p> <p>III – estabelecer políticas e diretrizes para o policiamento ostensivo e a fiscalização de trânsito em conjunto com órgãos de policiamento e fiscalização;</p> <p>V – aprovar os estudos de impacto de polos geradores de tráfego;</p> <p>VI – conceder Autorização Especial de Trânsito – AET e Autorização para Eventos em Rodovias – AER;</p> <p>VIII – estabelecer diretrizes técnicas para os sistemas de informações e de gerenciamento de tráfego, de mobilidade, e para o programa de redução de sinistros;</p> <p>IX – propor, programar, coordenar e implementar planos, programas e projetos relacionados à educação e à segurança no trânsito;</p> <p>X – coordenar as atividades relacionadas ao tratamento das infrações e penalidades de trânsito;</p>	<p>Art. 9º – “O policiamento e a fiscalização são os atos de prevenção e repressão que visam a controlar o cumprimento da legislação de trânsito, por meio do poder de polícia administrativa.”</p> <p>Art. 10 – “São considerados elementos de despesas com policiamento e fiscalização:”</p> <p>Art. 10, XII – “emissão, expedição e publicação de notificações de autuação, de penalidade (...)”</p> <p>Art. 10, XXI – “implementação, informatização e manutenção de sistemas informatizados para processamento de multas de trânsito e demais procedimentos relativos;”</p> <p>Art. 5º, III – “identificação, estudo e análise de novos polos geradores de trânsito;”</p> <p>Art. 6º, XVII – “avaliação e definição de medidas para reduzir possíveis impactos negativos de polos geradores de viagens;”</p> <p>Art. 6º, IV – “estudos de autorização especial de tráfego;”</p> <p>Art. 6º, VII – “controle e gerenciamento de tráfego;”</p> <p>Art. 11 – “A educação de trânsito é a atividade direcionada à formação do cidadão como usuário das vias e rodovias (...)”</p> <p>Art. 11, II – “campanhas educativas;”</p>	<p>Os softwares apoiam a SUTRAN na conversão das atividades de regulação, fiscalização, instrução processual e educação para o trânsito em produtos técnicos, administrativos e informativos mais bem estruturados. O ChatGPT auxilia na elaboração de notas técnicas, manifestações, minutas, respostas, orientações internas e textos de apoio relacionados a fiscalização, análise de medidas de segurança, polos geradores, notificações, recursos e gerenciamento de tráfego. O Canva contribui na tradução dessas diretrizes e informações em materiais visuais de apoio a campanhas, ações educativas, apresentações e comunicação operacional. O Adobe Acrobat reforça a gestão documental que sustenta essas rotinas, especialmente na organização, consolidação, revisão, restrição de acesso, tramitação e formalização de documentos vinculados a autuações, notificações, recursos e atendimento ao público, inclusive quando houver tratamento de documentos com dados pessoais, o que amplia a segurança e a conformidade no fluxo documental da unidade.</p>
--------	--------	---	--	---	---

SUTEC	15,60%	<p>SEÇÃO VII DA SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA Art. 50. À Superintendência Técnica, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – coordenar o desenvolvimento de atividades relacionadas ao planejamento físico urbano, tais como estudos, anteprojetos e projetos rodoviários, e pesquisas de caráter técnico científico, orientadas para as áreas de arquitetura e engenharia civil, compreendendo edificações, estruturas rodoviárias, paisagismo e conservação do meio ambiente;</p> <p>II – controlar a elaboração de especificações técnicas para serviços e obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>III – coordenar o desenvolvimento das atividades voltadas ao controle de qualidade dos materiais e serviços aplicados às obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>IV – promover a gestão das informações relacionadas aos projetos técnicos do DER-DF e à elaboração de tabelas de preços para serviços e obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>V – controlar o desenvolvimento de estudos técnicos relativos a geotecnia e pavimentação;</p> <p>VI – emitir atestados de execução de estudos e projetos de engenharia, para prestadores de serviços, referentes à área de sua competência;</p> <p>VII – promover a elaboração de orçamentos e cronogramas físico-financeiros para projetos, serviços e obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>VIII – promover, junto aos conselhos de classe no âmbito do Distrito Federal, o registro de estudos e projetos elaborados pela Superintendência Técnica;</p> <p>IX – promover a assistência técnica às ações de fiscalização sobre os serviços contratados relacionados a obras de engenharia e a projetos de estruturas, edificações e obras rodoviárias nas rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>X – responder a questionamentos advindos de órgãos de controle, órgãos ambientais e empresas contratadas, em temas relacionados às áreas de arquitetura e engenharia civil, compreendendo edificações, estruturas rodoviárias, paisagismo e conservação do meio ambiente; e</p> <p>XI – desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas na sua área de atuação.</p>	<p>Art. 50. À Superintendência Técnica, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – coordenar o desenvolvimento de atividades relacionadas ao planejamento físico urbano, tais como estudos, anteprojetos e projetos rodoviários, e pesquisas de caráter técnico científico, orientadas para as áreas de arquitetura e engenharia civil, compreendendo edificações, estruturas rodoviárias, paisagismo e conservação do meio ambiente;</p> <p>II – controlar a elaboração de especificações técnicas para serviços e obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>III – coordenar o desenvolvimento das atividades voltadas ao controle de qualidade dos materiais e serviços aplicados às obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>IV – promover a gestão das informações relacionadas aos projetos técnicos do DER-DF e à elaboração de tabelas de preços para serviços e obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>V – controlar o desenvolvimento de estudos técnicos relativos a geotecnia e pavimentação;</p> <p>VII – promover a elaboração de orçamentos e cronogramas físico-financeiros para projetos, serviços e obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>VIII – promover, junto aos conselhos de classe no âmbito do Distrito Federal, o registro de estudos e projetos elaborados pela Superintendência Técnica;</p>	<p>Da Engenharia de Tráfego e de Campo Art. 5º A engenharia de tráfego, ramo da engenharia de transporte, é o conjunto de atividades relacionadas com o estudo, a definição e o planejamento do desenho geométrico, da segurança e das operações de trânsito nas vias e rodovias, suas redes e terrenos adjacentes, inclusive a integração de todos os modos e tipos de transportes, voltadas a ampliar as condições de fluidez e de segurança no trânsito, visando à movimentação segura, eficiente e conveniente de pessoas e mercadorias, a saber:</p> <p>VI - atualização e manutenção do cadastro de projetos do sistema viário;</p> <p>VII - estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental de adequação e melhorias do sistema viário;</p> <p>VIII – estudos e projetos necessários a adequações e melhorias no sistema viário;</p>	<p>Na SUTEC, os softwares apoiam a transformação de diagnósticos, levantamentos e análises em soluções de engenharia formalmente estruturadas. O ChatGPT auxilia na consolidação de estudos, comparativos, justificativas e análises técnicas em relatórios, memoriais, pareceres, especificações e textos de apoio à decisão. O Canva facilita a apresentação visual de alternativas de intervenção, diagnósticos, esquemas e sínteses técnicas, favorecendo a comunicação entre áreas e a compreensão das propostas. O Adobe Acrobat apoia a revisão, compatibilização, consolidação e organização dos documentos técnicos que embasam projetos, adequações e melhorias do sistema viário, contribuindo para maior controle formal do acervo técnico produzido pela unidade.</p>
-------	--------	---	--	---	---

SUOPER	9,93%	<p>SEÇÃO X DA SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES</p> <p>Art. 135. À Superintendência de Operações, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – dirigir e supervisionar as atividades de produção industrial, sinalização viária, endereçamento, faixas de domínio, equipamentos, manutenção e logística de transporte;</p> <p>II – coordenar as atividades relativas à fabricação de placas rodoviárias das rodovias sob administração do DER-DF e todos os serviços relativos ao endereçamento no âmbito do Distrito Federal;</p> <p>III – coordenar os serviços de sinalização horizontal no âmbito das rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>IV – coordenar a fabricação da massa asfáltica e seus componentes;</p> <p>V – coordenar os serviços relacionados à carpintaria, marcenaria e manutenção em bens móveis e prediais;</p> <p>VI – aprovar o plano de ocupação das faixas de domínio das rodovias sob administração do DER-DF para trailers, quiosques, engenhos publicitários, acessos e estacionamentos;</p> <p>VII – dirigir, coordenar e autorizar a ocupação e a utilização das faixas de domínio das rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>VIII – solicitar o lançamento em dívida ativa de valores devidos ao DER-DF referentes às inadimplências na ocupação e/ou utilização da faixa de domínio;</p> <p>IX – planejar e coordenar os serviços de transportes e de manutenção preventiva ou corretiva de veículos e equipamentos;</p> <p>X – aprovar a utilização dos veículos e seu abastecimento;</p> <p>XI – coordenar o levantamento das necessidades e aquisição de equipamentos e veículos;</p> <p>XII – desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas na sua área de atuação.</p>	<p>Art. 135. À Superintendência de Operações, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – dirigir e supervisionar as atividades de produção industrial, sinalização viária, endereçamento, faixas de domínio, equipamentos, manutenção e logística de transporte;</p> <p>II – coordenar as atividades relativas à fabricação de placas rodoviárias das rodovias sob administração do DER-DF e todos os serviços relativos ao endereçamento no âmbito do Distrito Federal;</p> <p>III – coordenar os serviços de sinalização horizontal no âmbito das rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>VI – aprovar o plano de ocupação das faixas de domínio das rodovias sob administração do DER-DF para trailers, quiosques, engenhos publicitários, acessos e estacionamentos;</p> <p>VII – dirigir, coordenar e autorizar a ocupação e a utilização das faixas de domínio das rodovias sob administração do DER-DF;</p>	<p>Art. 3º – “A sinalização é o conjunto de sinais de trânsito e dispositivos de segurança colocados na via pública com o objetivo de garantir sua adequada utilização, compreendendo especificamente as sinalizações vertical, horizontal e semafórica e os seguintes dispositivos auxiliares: (...)”</p> <p>Art. 4º – São considerados elementos de despesas com sinalização:</p> <p>V - placas de trânsito</p> <p>X – “projeto, execução e implantação de sinalização viária horizontal e vertical;”</p> <p>Art. 5º - A engenharia de tráfego, ramo da engenharia de transporte, é o conjunto de atividades relacionadas com o estudo, a definição e o planejamento do desenho geométrico, da segurança e das operações de trânsito nas vias e rodovias, suas redes e terrenos adjacentes, inclusive a integração de todos os modos e tipos de transportes, voltadas a ampliar as condições de fluidez e de segurança no trânsito, visando à movimentação segura, eficiente e conveniente de pessoas e mercadorias, a saber:</p> <p>V – “estudos e análises da utilização das faixas de domínio do sistema viário;”</p> <p>Art. 6º São considerados elementos de despesas com engenharia de tráfego:</p> <p>XI - estudos, apropriação e manutenção do cadastro dos acessos às faixas de domínio do sistema viário;</p>	<p>Na SUOPER, a utilidade do pacote está ligada ao suporte documental e visual das atividades que materializam a operação viária, sobretudo sinalização e gestão da faixa de domínio. O ChatGPT auxilia na padronização de instruções, justificativas, registros e comunicações operacionais, inclusive em processos relacionados à implantação e manutenção da sinalização e a análise de ocupações de faixa de domínio. O Canva apoia a representação visual de esquemas de sinalização, intervenções e fluxos operacionais, facilitando a apresentação e o entendimento das soluções adotadas. O Adobe Acrobat fortalece o controle documental dos processos de ocupação de faixa de domínio, inclusive no atendimento ao público, ao apoiar a organização, formalização, tramitação, restrição de acesso e tratamento seguro dos documentos apresentados pelos interessados, o que é especialmente relevante quando houver dados pessoais ou documentação sensível nos requerimentos e instruções processuais.</p>
SUOBRA	12,77%	<p>SEÇÃO VIII DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS</p> <p>Art. 80. À Superintendência de Obras, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – planejar, organizar, coordenar, acompanhar, controlar e avaliar a execução de obras e serviços de engenharia, conservação, manutenção e melhoramento das rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>II – supervisionar e atestar as medições de obras e serviços;</p> <p>III – coordenar e orientar as atividades relacionadas ao controle físico e financeiro e à fiscalização da execução das obras contratadas;</p> <p>IV – emitir atestados de capacidade técnica de contratos geridos no âmbito da sua área de atuação;</p> <p>V – programar, coordenar e distribuir equipamentos e insumos para o desenvolvimento de suas atividades operacionais;</p> <p>VI – promover estudos de aperfeiçoamento e padronização de técnicas de construção e conservação de rodovias;</p> <p>VII – colaborar com a fiscalização da implantação da sinalização rodoviária, conferindo a adequação da sinalização ao projeto específico;</p> <p>VIII – colaborar com os estudos e projetos voltados à implantação, melhoria, atualização e adequação das rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>IX – planejar as atividades de levantamento, inventário e monitoramento dos elementos geradores de conservação; e</p> <p>X – desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas na sua área de atuação.</p>	<p>Art. 80. À Superintendência de Obras, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – planejar, organizar, coordenar, acompanhar, controlar e avaliar a execução de obras e serviços de engenharia, conservação, manutenção e melhoramento das rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>VI – promover estudos de aperfeiçoamento e padronização de técnicas de construção e conservação de rodovias;</p> <p>VII – colaborar com a fiscalização da implantação da sinalização rodoviária, conferindo a adequação da sinalização ao projeto específico;</p> <p>VIII – colaborar com os estudos e projetos voltados à implantação, melhoria, atualização e adequação das rodovias sob administração do DER-DF;</p>	<p>Art. 7º – “A engenharia de campo, ramo da engenharia de transporte, é o conjunto de atividades relacionadas com a execução de serviços e obras nas vias e rodovias (...)”</p> <p>Art. 8º, II – “manutenção e conservação, rotineira e técnica;”</p> <p>Art. 4º, X – “projeto, execução e implantação de sinalização viária horizontal e vertical;”</p>	<p>Na SUOBRA, os softwares apoiam o controle técnico e documental da execução de obras, serviços de engenharia, conservação e implantação de sinalização. O ChatGPT ajuda a transformar informações de campo, medições, fiscalizações e ocorrências de obra em relatórios, registros técnicos, justificativas e comunicações de acompanhamento. O Canva apoia a visualização de cronogramas, etapas executivas, frentes de serviço e soluções de implantação, favorecendo a comunicação gerencial e técnica. O Adobe Acrobat dá suporte à consolidação, revisão, anotação, assinatura e organização de medições, pareceres, projetos, relatórios e demais documentos que sustentam a fiscalização e o acompanhamento formal da execução contratual.</p>

ASCOM	5,67%	<p>Subseção III Da Assessoria de Comunicação Social Art. 12. À Assessoria de Comunicação Social, unidade orgânica de assessoramento, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – elaborar e supervisionar a execução do plano de comunicação social do DER-DF;</p> <p>II – articular-se diariamente com os meios de comunicação e outras demandas de imprensa, para divulgação das iniciativas, ações, operações e campanhas do DER-DF, realizando o agendamento das fontes;</p> <p>III – assessorar a Presidência, bem como os membros das Superintendências, Coordenações, Corregedoria e Procuradoria Jurídica do DER-DF, no atendimento aos veículos de comunicação e na realização de entrevistas;</p> <p>IV – planejar, analisar, executar e acompanhar a elaboração de campanhas publicitárias, peças gráficas, convites, cartazes, cartões comemorativos e material de divulgação interno/externo, diretamente ou em conjunto com agências de publicidade contratadas;</p> <p>V – analisar, coordenar e aprovar peças e campanhas publicitárias institucionais e de educação para o trânsito elaboradas por outras unidades do DER-DF;</p> <p>VI – articular-se com as demais unidades do DER-DF para estruturar, desenvolver e coordenar ações de comunicação interna/externa;</p> <p>VII – coordenar as atividades de cerimonial em solenidades demandadas pela Presidência;</p> <p>VIII – realizar a interlocução do DER-DF com veículos de comunicação, demais órgãos públicos, Secretaria de Comunicação do Governo do Distrito Federal – SECOM, empresas privadas e entidades;</p> <p>IX – organizar, dar suporte e divulgar a realização de eventos patrocinados pelo DER-DF, com anuência da Presidência;</p> <p>X – desenvolver, diretamente ou em conjunto com empresa contratada, a identidade visual do DER-DF e zelar pela sua correta utilização;</p> <p>XI – encaminhar sugestões, questionamentos, críticas e elogios recebidos por meio das redes sociais às unidades responsáveis;</p> <p>XII – direcionar e supervisionar os Assessores de Comunicação no cumprimento de suas atividades organizacionais; e</p> <p>XIII – desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas na sua área de atuação.</p>	<p>II – articular-se diariamente com os meios de comunicação e outras demandas de imprensa, para divulgação das iniciativas, ações, operações e campanhas do DER-DF, realizando o agendamento das fontes;</p> <p>IV – planejar, analisar, executar e acompanhar a elaboração de campanhas publicitárias, peças gráficas, convites, cartazes, cartões comemorativos e material de divulgação interno/externo, diretamente ou em conjunto com agências de publicidade contratadas;</p> <p>V – analisar, coordenar e aprovar peças e campanhas publicitárias institucionais e de educação para o trânsito elaboradas por outras unidades do DER-DF;</p>	<p>Art. 11. A educação de trânsito é a atividade direcionada à formação do cidadão como usuário das vias e rodovias, por meio do aprendizado de normas e condutas de respeito à vida e ao meio ambiente, visando sempre ao trânsito seguro, a saber:</p> <p>Art. 11, I – “publicidade institucional;”</p> <p>Art. 11, II – “campanhas educativas;”</p> <p>Art. 12 - Art. 12. São considerados elementos de despesas com educação de trânsito:</p> <p>VIII – “campanhas publicitárias e educativas de trânsito;”</p>	<p>Na ASCOM, o pacote atua diretamente na produção, organização e difusão da comunicação institucional e educativa. O ChatGPT apoia a redação de textos, roteiros, chamadas, conteúdos informativos e materiais de campanha. O Canva viabiliza a criação de peças gráficas e materiais visuais destinados à divulgação institucional e às ações educativas de trânsito. O Flickr organiza o acervo fotográfico institucional utilizado na cobertura e divulgação de ações, eventos e campanhas, facilitando a recuperação e reutilização das imagens pela unidade. O Adobe Acrobat auxilia no fechamento, revisão, consolidação e circulação dos materiais institucionais em PDF, apoiando o fluxo de aprovação e distribuição das peças produzidas.</p>
TOTAL	59,57%				

(*) A definição do percentual de custeio por fonte de multas adotou critério finalístico e conservador, vinculando a Fonte de Multas apenas às unidades cujas competências regimentais se relacionam diretamente a sinalização, engenharia de tráfego/campo, fiscalização/policamento e educação para o trânsito, nos termos do art. 320 do CTB e da Resolução CONTRAN nº 875/2021. Para as unidades de natureza predominantemente administrativa, jurídica, correccional, planejamento e governança de TIC, adotou-se custeio integral por Fonte do Tesouro, sem prejuízo de que os benefícios da solução sejam transversais.

15.6.7. Observa-se, portanto, que as unidades cujas competências regimentais possuem relação direta com atividades de engenharia de tráfego, sinalização viária, fiscalização de trânsito ou educação para o trânsito apresentam aderência às hipóteses legais de aplicação da receita arrecadada com multas de trânsito, nos termos do art. 320 do [Código de Trânsito Brasileiro \(Lei nº 9.503/1997\)](#) e da [Resolução nº 875/2021 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN](#). As demais unidades, cujas atribuições possuem natureza predominantemente administrativa ou de suporte institucional, tiveram suas parcelas financiadas exclusivamente com recursos da Fonte do Tesouro, em observância ao princípio da vinculação legal da despesa pública.

15.6.8. Esse procedimento assegura aderência ao princípio da legalidade orçamentária, bem como aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e vinculação da despesa à finalidade legal, mitigando riscos de utilização indevida de recursos oriundos de multas de trânsito.

15.6.9. Adicionalmente, destaca-se que a utilização das soluções tecnológicas objeto desta contratação contribui diretamente para o fortalecimento das políticas públicas de mobilidade e segurança viária no Distrito Federal, ao ampliar a capacidade institucional do DER-DF de planejar, executar, comunicar e monitorar ações relacionadas ao trânsito, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans.

16. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA (REAJUSTE)

16.1. Em consonância com o disposto no art. 24 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#), que determina a obrigatoriedade da adoção do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, nas contratações de serviços de Tecnologia da Informação com previsão de reajuste por índice de correção monetária, informa-se que, para a presente contratação, será adotado o referido ICTI como índice oficial para fins de reajuste de preços,

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);

17.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas na alíneas “b”, “c” e “d”, do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);

17.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, do subitem acima, bem como na alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

17.2.4. **Multa contratual:**

17.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,17% (dezessete décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

17.2.4.2. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

17.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

17.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

17.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

17.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

17.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

17.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação,

17.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

17.2.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.2.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.2.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.2.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

17.2.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

17.2.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 17.2.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 17.2.11.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 17.2.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- 17.2.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 17.2.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.2.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 17.2.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 17.2.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 17.2.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.2.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.2.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

18. ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

18.1. A CONTRATADA deverá adequar a prestação dos serviços à **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD)**, observando, no mínimo:

18.2. CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

18.2.1. A CONTRATADA não poderá compartilhar ou divulgar qualquer informação coletada pelo sistema de monitoramento a terceiros, exceto mediante autorização expressa da CONTRATANTE ou por ordem judicial.

18.2.2. Acordos de não divulgação (NDA): Todos os funcionários da empresa da CONTRATADA que tiverem acesso à solução integrada devem assinar o termo de confidencialidade, conforme modelo constante no **ANEXO I – TERMO DE CONFIDENCIABILIDADE** deste documento, comprometendo-se a não divulgar as informações a que têm acesso.

18.3. TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS

18.3.1. A CONTRATADA deverá ofertar treinamento adequado aos seus funcionários para garantir que eles conheçam as melhores práticas de segurança de dados e saibam como lidar com informações sensíveis de acordo com a legislação.

18.3.2. Treinamentos contínuos: O treinamento deve ser atualizado periodicamente, principalmente em relação à LGPD e às novas ameaças cibernéticas.

18.4. MULTAS E PENALIDADES

18.4.1. A CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multas, penalidades e sanções administrativas previstas na legislação vigente, em caso de descumprimento das disposições que tangem à proteção de dados e segurança da informação estipulados para a prestação dos serviços objeto deste Documento.

18.5. DEMAIS OBSERVÂNCIAS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

18.5.1. A CONTRATADA deverá observar, na execução do serviço, leis, políticas, modelos ou padrões de governo e as boas práticas no tema gestão e governança de dados.

18.5.2. A CONTRATADA deverá observar também os seguintes ornamentos jurídicos e/ou suas atualizações:

18.5.2.1. [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD](#), Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

18.5.2.2. [Decreto Nº 6.666, de 27 de novembro de 2008](#), Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, com o objetivo de:

I - promover o adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disseminação e no uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal, em proveito do desenvolvimento do País;

II - promover a utilização, na produção dos dados geoespaciais pelos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal, dos padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR; e

III - evitar a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na obtenção de dados geoespaciais pelos órgãos da administração pública, por meio da divulgação dos metadados relativos a esses dados disponíveis nas entidades e nos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal.

18.5.2.3. [Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

18.5.2.4. [Decreto Nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

18.5.2.5. [Decreto Nº 8.777, de 11 de maio de 2016](#), institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

18.5.2.6. [Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019](#), dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da

administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

18.5.2.7. Instrução Normativa Nº 4, 12 de abril de 2012, institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA.

18.5.2.8. Lei Nº 12.682, de 9 de julho de 2012, dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

18.5.2.9. Instrução Normativa Nº 1, da SGD/ME, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal.

19. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias de que venha a ter conhecimento durante a prestação dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos. Comprometendo-se ainda com os termos:

I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, conforme modelo disponível no **ANEXO I – TERMO DE CONFIDENCIABILIDADE**.

II - TERMO DE CIÊNCIA, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, conforme modelo disponível no **ANEXO I – TERMO DE CONFIDENCIABILIDADE**.

Serão consideradas como informação sigilosa toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

20. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO)

20.1. A presente contratação visa proporcionar benefícios diretos e mensuráveis à comunicação institucional e à eficiência administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER-DF, com reflexos positivos na produtividade, na padronização e na agilidade dos serviços internos. Os resultados pretendidos com a adoção das soluções Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT Business, e Adobe Acrobat Pro incluem:

20.1.1. Aprimoramento da comunicação institucional:

20.1.1.1. Produção de conteúdos gráficos mais profissionais, alinhados à identidade visual do DER-DF, com maior rapidez e padronização;

20.1.1.2. Fortalecimento da imagem institucional por meio de peças visuais mais impactantes e estrategicamente elaboradas;

20.1.1.3. Criação textual mais fluida, precisa e adaptada a diferentes públicos, com apoio da inteligência artificial generativa.

20.1.2. Eficiência e colaboração:

20.1.2.1. Viabilização de trabalho colaborativo entre os servidores de todas as áreas técnicas do DER-DF, por meio de recursos simultâneos de edição, armazenamento e gestão de conteúdo.

20.1.2.2. Melhoria no fluxo de trabalho com uso de plataformas integradas ao cotidiano da equipe, reduzindo o tempo necessário para elaboração e revisão de materiais.

20.1.3. Organização e preservação do acervo institucional:

20.1.3.1. Armazenamento seguro e organizado de fotografias e materiais visuais históricos da Autarquia, com controle de acesso, compartilhamento facilitado e curadoria adequada;

20.1.3.2. Criação de um repositório centralizado e acessível para uso em campanhas, relatórios e publicações institucionais.

20.1.4. Fomento à inovação e à transformação digital:

20.1.4.1. Incorporação de ferramentas modernas que impulsionam a transformação digital no ambiente público, alinhadas aos princípios da administração pública eficiente e transparente;

20.1.4.2. Atuação convergente com os objetivos estratégicos do PEI 2023-2027 e com as iniciativas previstas no PDTI 2023-2025, em especial quanto à ampliação da infraestrutura de TIC e adoção de soluções inteligentes.

20.1.5. Impacto positivo na produtividade e na qualidade dos serviços:

20.1.5.1. Otimização do tempo dos servidores por meio da automação de tarefas, sugestões inteligentes e uso de modelos predefinidos;

20.1.5.2. Redução da dependência de recursos externos para a produção de conteúdo, ampliando a autonomia da equipe e a capacidade de resposta da Autarquia.

20.1.6. Alinhamento institucional e continuidade operacional:

20.1.6.1. Garantia de continuidade das atividades de comunicação com ferramentas já em uso, evitando interrupções nos fluxos de trabalho e perdas de produtividade;

20.1.6.2. Adequação às diretrizes de padronização tecnológica e às boas práticas de governança de TIC no âmbito do Governo do Distrito Federal.

20.2. Dessa forma, a contratação das soluções propostas contribuirá de maneira significativa para o fortalecimento da atuação institucional do DER-DF, ao viabilizar uma comunicação mais eficaz, moderna e estratégica com seus públicos de interesse.

21. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

21.1. Demonstrar a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável, em consonância com o Art. 18, inciso XII, da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

21.2. Embora não se preveja qualquer impacto ambiental significativo decorrente da implantação da solução que exija adaptações no ambiente, o licitante vencedor deverá assumir a responsabilidade pelo recolhimento e descarte adequado de todos os resíduos sólidos que possam ser gerados, incluindo o lixo tecnológico proveniente desta contratação. Entende-se como lixo tecnológico todos os produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso, que necessitam de uma disposição final adequada.

21.3. Esta contratação deverá ser realizada de acordo com as diretrizes estabelecidas pela política de Logística Reversa em vigor, que visa minimizar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade. O cumprimento dessas medidas não apenas assegura a conformidade com a legislação ambiental, mas também reforça o compromisso com práticas responsáveis e sustentáveis, contribuindo para a redução do impacto ambiental causado pelo descarte inadequado de materiais eletrônicos e promovendo o reaproveitamento e a reciclagem de recursos sempre que possível.

22. ANEXOS

22.1. ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – TERMO DE CONFIDENCIABILIDADE

Processo Licitatório:	
Objeto:	
Edital:	

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – DER-DF, autarquia com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº **00.070.532/0001-03**, doravante denominado **DER-DF** ou **CONTRATANTE**, e a empresa _____, com sede à _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **LICITANTE**, representada neste ato pelo Sr(a). _____, (cargo), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, doravante em conjunto denominadas **PARTES**, firmam o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a proteção e preservação de todas as **informações confidenciais** a que a LICITANTE venha a ter acesso em razão de sua participação no **Processo Licitatório supracitado**, especialmente durante **vistoria técnica, diligências de habilitação, apresentações ou quaisquer outras interações pré-contratuais com o DER-DF**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

- São consideradas informações confidenciais, para fins deste instrumento, todas aquelas de natureza técnica, operacional, administrativa ou estratégica reveladas pelo DER-DF, em meio físico, digital, verbal ou por qualquer outro meio, incluindo mas não se limitando a:
 - projetos, plantas, croquis, especificações técnicas, estudos e relatórios;
 - informações sobre infraestrutura física, lógica ou elétrica;
 - fluxos de produção, volumetria de serviços e métodos de trabalho;
 - documentos internos, estratégicos ou administrativos.
- A LICITANTE compromete-se a **manter sigilo absoluto** sobre tais informações, abstendo-se de revelar, reproduzir, utilizar ou divulgar a terceiros, salvo mediante autorização prévia e expressa do DER-DF.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES

As obrigações de confidencialidade não se aplicam às informações que:

- sejam de domínio público à época de sua revelação;
- tenham sido obtidas de forma legítima junto a terceiros;
- venham a ser exigidas por ordem judicial ou determinação legal válida, hipótese em que a LICITANTE deverá notificar o DER-DF previamente, quando possível.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

- Utilizar as informações reveladas exclusivamente para os fins relacionados à sua participação no processo licitatório;
- Não efetuar cópias ou reproduções das informações, salvo para uso interno e restrito de sua equipe técnica;
- Informar e responsabilizar-se por todos os seus prepostos, empregados, consultores ou terceiros que venham a ter acesso às informações, garantindo que observem o presente compromisso;
- Adotar todas as medidas necessárias para proteger as informações confidenciais contra acesso, divulgação ou uso não autorizado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO terá vigência a partir da data de sua assinatura e permanecerá válido até **3 (três) anos após a conclusão do processo licitatório**, independentemente da adjudicação ou da assinatura de contrato, assegurando a confidencialidade das informações reveladas em caráter pré-contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

A quebra de sigilo ou a utilização indevida das informações poderá ensejar:

- a aplicação das penalidades previstas no edital e na legislação vigente, incluindo impedimento de licitar e contratar (art. 156 da Lei nº 14.133/2021);
- a responsabilização civil, penal e administrativa da LICITANTE e de seus representantes;
- a obrigação de indenizar o DER-DF por quaisquer perdas e danos decorrentes da infração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça do Distrito Federal, em Brasília/DF, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as PARTES assinam o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília/DF, ____ de _____ de 2025.

DER-DF – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal

(Nome, Cargo e Assinatura do representante autorizado)

LICITANTE

(Nome, Cargo e Assinatura do representante autorizado)

TESTEMUNHAS

1. Nome: _____ CPF: _____
2. Nome: _____ CPF: _____

TERMO DE CIÊNCIA			
Visa obter o comprometimento formal dos profissionais da CONTRATADA diretamente envolvidos no contrato sobre o conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no Órgão.			
IDENTIFICAÇÃO			
EDITAL Nº			
OBJETO			
CONTRATANTE			
GESTOR DO CONTRATO		MATRÍCULA	
LICITANTE		CNPJ	
PREPOSTO DA LICITANTE		CPF	
CIÊNCIA			
Por este instrumento, os profissionais abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na CONTRATANTE			

PROFISSIONAIS DA LICITANTE

Brasília - DF, <dia> de <mês> de <ano>

Nome:
CPF Nº:
Assinatura: _____

Nome:
CPF Nº:
Assinatura: _____

Nome:
CPF Nº:
Assinatura: _____

22.2. ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(EMPRESA)

Ao DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – DER-DF

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta de preços para a contratação de subscrição de licenças de uso dos softwares xxxxxxxxxxxxxx pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, conforme descrição, características e especificações técnicas constantes no Edital e seus anexos.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	xxxxxxxxxxxxxx	Serviço de subscrição de licença por 36 meses			
TOTAL GLOBAL (36 meses)						

Esta proposta tem validade de até 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura.

CNPJ:

Nome Fantasia:

Razão social:

Endereço completo:

Brasília, de 20xx.

Representante Legal da Empresa

ORDEM DE SERVIÇO						
INTRODUÇÃO						
Por intermédio da Ordem de Serviço será solicitado formalmente à Contratada os serviços relativos ao objeto do contrato.						
1 – IDENTIFICAÇÃO						
Ordem de Serviço N°						
Contrato N°						
Contratada						
CNPJ N°						
Data de Emissão						
Gestor do Contrato						
Fiscal Técnico do Contrato						
Fiscal Administrativo do Contrato						
E-mail						
Telefone						
Setor						
2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	VALOR UNITÁRIO	UNIDADES DO DER-DF	QTD	VALOR TOTAL
1		Serviço de subscrição de licença por 36 meses				
TOTAL						
3 – INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES						
4 – CRONOGRAMA						
Item referente ao Produto	Início Previsto	Fim Previsto	Prazo Máximo			
5 – ARTEFATOS						
A serem entregues pela Contratada	1 - Comprovante de ativação das licenças ou documento equivalente emitido pelo fabricante ou plataforma oficial, demonstrando a efetiva disponibilização das subscrições contratadas para as contas institucionais do DER-DF.					
	2 - Comprovação do pagamento realizado junto ao fabricante, demonstrando que a aquisição das licenças foi efetuada em conformidade com as condições estabelecidas no item “Forma de Pagamento ao Fabricante e Mitigação de Risco de Suspensão” do Termo de Referência, preferencialmente mediante pagamento global correspondente ao período integral contratado, quando tal modalidade estiver disponível no modelo comercial do fabricante.					

	<p>3 - Documentação que permita identificar, de forma inequívoca:</p> <ul style="list-style-type: none">o fabricante da solução;o plano/licença contratada;o período de vigência da subscrição;o quantitativo de licenças adquiridas;a data de ativação das licenças.
<p>A ausência da documentação acima poderá impedir o processamento do pagamento, até que seja devidamente comprovada a regular aquisição e ativação das licenças junto ao fabricante, em observância ao princípio da continuidade do serviço público e à mitigação de riscos de suspensão das contas institucionais.</p>	
6 – CIÊNCIA	
CONTRATANTE	
Gestor do Contrato / Cargo	Designação
CONTRATADA	
Representante da Empresa / Cargo	

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS					FONTE DOS VALORES OBTIDOS	VALORES ESTIMADOS	
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTD ESTIMADA	PREÇOS PÚBLICOS VIGENTES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Canva Pro – Subscrição de licença de uso do software Canva Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, atualizações automáticas, suporte técnico do fabricante e acesso às funcionalidades contratadas, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	30	Cotação Rápida nº 3395 (12 meses – 1 usuário) (SEI/GDF Nº 196784310)	R\$ 2.014,62*	R\$ 60.438,60
2	1	Flickr Pro – Subscrição de licença de uso do software Flickr PRO, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano profissional e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	1	Cotação Rápida nº 3396 (12 meses – 1 usuário) (SEI/GDF Nº 196784403)	R\$ 2.566,35*	R\$ 2.566,35
3	1	ChatGPT Business – Subscrição de licença de uso da plataforma ChatGPT Business, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fornecedor, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	75	Cotação Rápida nº 3398 (12 meses – 1 usuário) (SEI/GDF Nº 196784482)	R\$ 6.324,75*	R\$ 474.356,25
4	1	CapCut Pro – Subscrição de licença de uso do software CapCut Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	5	Cotação Rápida nº 3397 (36 meses – 1 usuário) (SEI/GDF Nº 196784577)	R\$ 1.127,84	R\$ 5.639,20
5	1	Adobe Acrobat Pro – Subscrição de licença de uso do software Adobe Acrobat Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades completas do plano profissional, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	30	Cotação Rápida nº 3399 (36 meses – 1 usuário) (SEI/GDF Nº 196784668)	R\$ 4.176,47	R\$ 125.294,10
VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO							R\$ 18.563,74
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO (36 MESES)							R\$ 668.294,50

(*) LEGENDA – AJUSTE DE VIGÊNCIA

Para os softwares cuja cotação foi obtida com vigência de 12 (doze) meses (Canva, Flickr Pro e ChatGPT), o valor unitário foi multiplicado por 3 (três), a fim de torná-lo equivalente ao período de 36 (trinta e seis) meses previsto para a contratação.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Com ajuste (12 → 36 meses):

Canva: Média dos Preços Obtidos = R\$ 671,54

→ 36 meses = R\$ 671,54 × 3 = R\$ 2.014,62

Flickr: Média dos Preços Obtidos = R\$ 855,45

→ 36 meses = R\$ 855,45 × 3 = R\$ 2.566,35

ChatGPT: Média dos Preços Obtidos = R\$ 2.108,25

→ 36 meses = R\$ 2.108,25 × 3 = R\$ 6.324,75

Sem ajuste (já em 36 meses):

CapCut: Média dos Preços Obtidos = R\$ 1.127,84

Adobe Acrobat Pro: Média dos Preços Obtidos = R\$ 4.176,47

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - DER-DF/PRESI/CTINF/EGGTI

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS E DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ETP

1.1. O Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), regulamentada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal por meio do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), amparando-se na [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#), Art. 11, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal, e no Parecer Referencial SEI-GDF n.º 45/2024 - PGDF/PGCONS da [Procuradoria-Geral do Distrito Federal](#), é o “documento constitutivo da segunda etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”.

1.2. Deste modo, o objetivo deste documento é identificar e analisar a viabilidade técnica para a contratação de serviços de subscrição de licenças de uso dos softwares Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro, conforme especificações e quantitativos descritos neste documento, para atender as necessidades do Departamento de Estradas de rodagem do Distrito Federal - DER-DF, com o objetivo de assegurar a continuidade operacional das atividades institucionais que dependem dessas ferramentas, promover a padronização tecnológica no âmbito da Autarquia, mitigar riscos associados aos uso de soluções institucionalizadas ou contas individuais e atender às necessidades identificadas no Censo Tecnológico institucional, bem como às demandas operacionais das diversas unidades administrativas.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE

GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – GITIN			
PROJETO:	Contratação de serviço de subscrição de licenças de uso dos softwares Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro, para atender as necessidades do DER-DF.		
Nome:	Lucas Cardoso	Matrícula:	0256887-x
E-mail:	lucas.cardos@der.df.gov.br	Telefone:	3111-5553
Cargo:	Gerente de infraestrutura de Tecnologia da Informação - Substituto	Lotação:	PRESI/CTINF/GESTI

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL

3.1.1. O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER-DF é uma Autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, nos termos do art. 41A do [Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019](#), e Art. 2º, inciso IV do [Decreto 41.383 de 23 de outubro de 2020](#), alterados pelo [Decreto nº 46.173 de 22 de agosto de 2024](#), regido pelas demais normas baixadas pelo Governo do Distrito Federal e pela legislação federal pertinente, dotado de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira. O DER-DF, criado pelo [Decreto nº 6, de 09 de junho de 1960](#), publicado no DOU de 20 de junho de 1960 e nos termos do Art. 16 da [Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964](#), é uma entidade autárquica de administração superior e integrante da estrutura administrativa do Distrito Federal, do Sistema Rodoviário Nacional (SRN) e do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), como órgão executivo rodoviário de trânsito do Distrito Federal.

3.1.2. O Planejamento Estratégico Institucional – PEI 2023–2027 estabelece como missão do DER-DF assegurar a gestão eficiente do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF, com foco no planejamento, construção, conservação, operação e fiscalização das vias, visando aprimorar a mobilidade e garantir a segurança viária. A visão institucional projeta o DER-DF como referência em mobilidade, excelência operacional e qualidade dos serviços prestados à sociedade.

3.1.3. Nesse contexto, a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC constitui elemento estruturante para o cumprimento das competências legais da Autarquia, estando a presente demanda sob responsabilidade da Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF, em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2026–2028 e com as diretrizes de governança institucional.

3.1.4. O DER-DF possui estrutura descentralizada, composta por Edifício Sede, Parque Rodoviário, cinco Distritos Rodoviários e Postos Policiais Rodoviários distribuídos ao longo do território do Distrito Federal, o que impõe elevada necessidade de integração tecnológica, padronização de ferramentas e compartilhamento seguro de informações:

- 3.4.9. Aumento da produtividade das equipes e maior segurança na gestão das informações institucionais.
- 3.5. O ambiente tecnológico resultante da contratação sustentará a eficiência operacional, a conformidade com normativos vigentes, a integridade das informações e a modernização administrativa do DER-DF, consolidando estrutura padronizada, segura e alinhada às diretrizes estratégicas institucionais.
- 3.6. Dessa forma, a contratação proposta caracteriza-se como medida necessária, estratégica e alinhada ao planejamento institucional e às diretrizes de governança de TIC da Autarquia.
- 3.7. **JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**
- 3.8. A contratação do pacote de softwares composto pelas soluções Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro, por meio de subscrição e, quando aplicável, renovação de subscrição de licenças em ambiente corporativo, visa disponibilizar conjunto integrado de ferramentas tecnológicas corporativas destinadas à produção e edição de conteúdos gráficos e audiovisuais institucionais, à modelagem, mapeamento e automação de processos organizacionais, ao apoio à elaboração e revisão de textos técnicos e administrativos, à gestão e tratamento de documentos digitais em formato PDF e à organização estruturada de ativos digitais institucionais, atividades estas de natureza transversal e essenciais ao funcionamento regular das áreas finalísticas e administrativas da Autarquia.
- 3.9. A demanda encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI 2023–2025 e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2023–2025, especialmente no que se refere às diretrizes de modernização administrativa, fortalecimento da governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, padronização de soluções corporativas e racionalização do parque tecnológico. Observa, ainda, os princípios da eficiência, economicidade, publicidade e transparência que regem a Administração Pública, bem como as diretrizes estabelecidas na IN SGD/ME nº 94/2022 e no Decreto Distrital nº 45.011/2023, que impõem planejamento prévio, gestão centralizada e controle adequado das soluções de TIC no âmbito da Administração Pública.
- 3.10. Conforme evidenciado no Censo Tecnológico do DER-DF (SEI/GDF Nº 195664617), foi identificada a necessidade de disponibilização institucional de ferramentas corporativas voltadas à criação de conteúdos institucionais, gestão documental, automação e modelagem de processos e apoio à produção técnica. O cenário atual revela utilização dispersa de soluções não padronizadas, uso de contas individuais desvinculadas de gestão corporativa, ausência de controle centralizado de licenças e fragmentação tecnológica entre unidades, circunstâncias que comprometem a uniformidade da identidade institucional, a governança de TIC, a colaboração entre equipes, a rastreabilidade de informações e a eficiência dos fluxos administrativos.
- 3.11. A inexistência de contratação institucional consolidada, estruturada em modelo contínuo e padronizado de subscrição e renovação de licenças, com gestão centralizada e planejamento plurianual, expõe o DER-DF a riscos operacionais relevantes, tais como descontinuidade de atividades, retrabalho, inconsistências documentais e visuais, perda de produtividade, dificuldades de auditoria e controle, além de potenciais vulnerabilidades relacionadas à segurança da informação e à proteção de dados pessoais, em desconformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Ademais, a ausência de padronização tecnológica dificulta a consolidação de ambiente digital integrado, reduz a eficiência administrativa e pode comprometer a qualidade das entregas institucionais.
- 3.12. Dessa forma, a contratação das referidas soluções, contemplando a subscrição de novas licenças e a renovação das subscrições atualmente vigentes, quando aplicável, mostra-se necessária e adequada para assegurar a continuidade das atividades institucionais, promover a padronização tecnológica, racionalizar recursos, elevar a qualidade técnica das entregas, fortalecer a governança digital e consolidar ambiente tecnológico seguro, eficiente e alinhado às diretrizes estratégicas do DER-DF, com reflexos diretos na melhoria dos serviços prestados à sociedade.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho, se faz necessária em atendimento às previsões do Art. 60, inciso II, do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).
- 4.2. Ressalta-se que os requisitos estabelecidos neste tópico possuem caráter transversal e comum a todos os lotes que compõem a presente contratação, aplicando-se, como regra, indistintamente às soluções de software previstas (Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro). Tais exigências fixam parâmetros mínimos de qualidade, desempenho, segurança, conformidade normativa, sustentabilidade e governança, assegurando uniformidade técnica e padronização institucional no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF.
- 4.3. Eventual impossibilidade de atendimento de requisito específico por característica técnica própria da solução ou por limitação inerente ao modelo de fornecimento do fabricante deverá ser formalmente justificada pela licitante, cabendo à Administração avaliar, de forma motivada e fundamentada nos autos, a admissibilidade da excepcionalidade, desde que não haja comprometimento da finalidade pública, da segurança da informação, da conformidade normativa ou do desempenho esperado da solução contratada.
- 4.4. **REQUISITOS LEGAIS**
- 4.4.1. A contratação está fundamentada na [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), regulamentada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal por meio do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), e na [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#), Art. 11, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal, e no Parecer Referencial SEI-GDF nº 45/2024 - PGDF/PGCONS da [Procuradoria-Geral do Distrito Federal](#), é o “documento constitutivo da segunda etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”.
- 4.4.2. Deverá ser considerada, ainda, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – Lei nº.13.709, de 14 de agosto de 2018 – dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- 4.4.3. A CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade, conforme modelo disponível no Termo de Referência desta contratação.
- 4.4.4. A CONTRATADA deverá observar, na execução do serviço, leis, políticas, modelos ou padrões de governo e as boas práticas

no tema gestão e governança de dados.

4.5. **DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

4.5.1. O objeto enquadra-se como solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, consistente na subscrição/licenciamento de softwares de prateleira, disponibilizados no mercado em modelo padronizado, sem desenvolvimento sob demanda.

4.5.2. Trata-se de solução comum de TIC, com características objetivamente definidas por especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, e art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e da IN SGD/ME nº 94/2022.

4.5.3. A contratação abrange cinco lotes distintos, correspondentes a soluções consolidadas de mercado, com fornecimento em modelo SaaS (Software as a Service) ou licenciamento corporativo equivalente.

4.6. **NECESSIDADES E REQUISITOS DE NEGÓCIO**

4.6.1. A contratação visa atender a uma necessidade institucional estratégica do DER-DF, diretamente vinculada à modernização, à confiabilidade e à governança dos ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação, em especial no que se refere às atividades administrativas, técnicas, de comunicação institucional e de gestão de processos organizacionais.

4.6.2. As unidades do DER-DF executam rotinas que demandam, de forma contínua, a produção de conteúdos gráficos e audiovisuais, a gestão e edição de documentos oficiais, a modelagem e automação de processos, o apoio à análise e à comunicação técnica, bem com a organização e o compartilhamento de ativos digitais institucionais. Essas atividades dão suporte direto às ações finalísticas e administrativas da Autarquia, incluindo planejamento, engenharia, fiscalização, gestão operacional e prestação de serviços ao cidadão.

4.6.3. Nesse contexto, a ausência de um pacote padronizado de softwares como Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro, com licença regular, suporte adequado e alinhamento às diretrizes de governança de TIC, impõe riscos relevantes, tais como: fragmentação de ferramentas, retrabalho, perda de produtividade, inconsistências na identidade visual e documental, além de potenciais fragilidades relacionadas à segurança da informação e à conformidade normativa.

4.6.4. A contratação do pacote de softwares em referência apresenta-se como solução adequada para uniformizar, racionalizar e modernizar o uso de ferramentas digitais no âmbito do DER-DF, assegurando maior eficiência operacional, padronização institucional e previsibilidade na execução das atividades.

4.6.5. Dessa forma, os requisitos de negócio da presente contratação consistem em:

4.6.5.1. Aprimorar a governança e a padronização das ferramentas digitais institucionais;

4.6.5.2. Aumentar a eficiência das atividades administrativas, técnicas e de comunicação institucional;

4.6.5.3. Assegurar a uniformidade da identidade visual, documental e comunicacional;

4.6.5.4. Apoiar a modelagem, automação e documentação de processos organizacionais;

4.6.5.5. Viabilizar a produção, edição, organização e compartilhamento seguro de conteúdos gráficos, audiovisuais e documentais;

4.6.5.6. Mitigar riscos operacionais e de descontinuidade das atividades;

4.6.5.7. Permitir a evolução tecnológica e a escalabilidade das soluções adotadas;

4.6.5.8. Contribuir para a melhoria dos serviços prestados ao cidadão;

4.7. **REQUISITOS FUNCIONAIS**

4.7.1. As soluções contratadas deverão, no mínimo:

4.7.1.1. Permitir utilização em ambiente web ou aplicação oficial do fabricante;

4.7.1.2. Disponibilizar recursos compatíveis com suas finalidades específicas (criação gráfica, edição audiovisual, modelagem de processos, assistência textual, gestão documental ou organização de ativos digitais);

4.7.1.3. Possibilitar controle de acesso por perfis e níveis de permissão;

4.7.1.4. Permitir trabalho colaborativo e rastreabilidade de alterações, quando aplicável;

4.7.1.5. Viabilizar exportação de arquivos em formatos usuais de mercado;

4.7.1.6. Garantir disponibilidade de atualizações durante a vigência contratual;

4.7.1.7. Permitir gestão centralizada das licenças pela Administração.

4.8. **REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS**

4.8.1. As soluções deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

4.8.1.1. Compatibilidade com os navegadores e sistemas operacionais amplamente utilizados pelo DER-DF;

4.8.1.2. Interface intuitiva e de fácil utilização;

4.8.1.3. Desempenho e estabilidade adequados ao uso institucional;

4.8.1.4. Disponibilidade compatível com soluções corporativas de mercado;

4.8.1.5. Disponibilização de documentação técnica oficial;

4.8.1.6. Idioma português ou inglês;

4.8.1.7. Escalabilidade conforme crescimento da demanda institucional.

4.9. **REQUISITOS DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

4.9.1. As especificações técnicas dos recursos a serem contratados encontram-se detalhadas no item **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** deste documento, o qual apresenta os parâmetros técnicos e funcionais mínimos que deverão ser observados para a adequada instrução do processo de contratação.

4.10. **REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO**

4.10.1. Considerando que se trata de softwares de prateleira, disponibilizados em modelo SaaS ou licenciamento corporativo equivalente, a contratação deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos de implantação, suporte e manutenção:

4.10.2. A disponibilização das licenças de uso deverá ocorrer em conformidade com o modelo oficial de licenciamento do fabricante, incluindo ativação remota, vinculação à conta institucional do DER-DF e possibilidade de gestão centralizada pelo(s) administrador(es) designado(s) pela Administração.

4.10.3. A implantação compreenderá a configuração inicial das contas institucionais, a vinculação das licenças aos usuários indicados pelo DER-DF e a garantia de pleno funcionamento das funcionalidades contratadas, sem necessidade de customização ou desenvolvimento adicional.

4.10.4. Durante toda a vigência contratual, deverá ser assegurado suporte técnico, no mínimo em horário comercial, destinado à resolução de incidentes, falhas operacionais, indisponibilidades e esclarecimento de dúvidas relacionadas ao uso da solução, observando prazos de atendimento compatíveis com a criticidade da ferramenta e com o impacto nas atividades institucionais.

4.10.5. Deverão estar incluídas, sem ônus adicional, todas as atualizações evolutivas, corretivas e de segurança disponibilizadas pelo fabricante, garantindo que o DER-DF utilize sempre a versão estável e suportada da solução.

4.10.6. A contratada deverá disponibilizar canal formal de atendimento (sistema eletrônico, e-mail corporativo ou portal de suporte), que permita o registro, acompanhamento e histórico das solicitações, assegurando rastreabilidade e transparência no tratamento das demandas.

4.10.7. Não será exigida manutenção local ou mobilização técnica presencial, tendo em vista a natureza digital e remota da solução.

4.11. **REQUISITOS DE FORNECIMENTO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

4.11.1. O fornecimento ocorrerá mediante disponibilização de licenças de uso da ferramenta, conforme modelo do fabricante, incluindo acesso, ativação e documentação básica.

4.11.2. A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de serviço ou do recebimento da Nota de Empenho, mediante comprovação da disponibilização das licenças e do funcionamento da solução.

4.11.3. Durante a vigência contratual, deverão ser asseguradas atualizações, correções e suporte técnico, nos termos do licenciamento contratado.

4.11.4. O aceite ficará condicionado à verificação do atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência.

4.11.5. **FORMA DE PAGAMENTO AO FABRICANTE E MITIGAÇÃO DE RISCO DE SUSPENSÃO**

4.11.5.1. Considerando que determinadas soluções de software podem ser comercializadas pelos fabricantes sob modalidades de pagamento mensal, anual ou parcelado, estabelece-se que, sempre que tecnicamente viável e disponível no modelo comercial do fabricante, a contratada deverá realizar o pagamento das licenças junto ao fabricante em parcela única global correspondente ao período integral contratado.

4.11.5.2. Tal medida visa mitigar riscos de descontinuidade dos serviços decorrentes de eventual inadimplemento, falhas operacionais de meios de pagamento, bloqueios de cartão de crédito ou quaisquer intercorrências administrativas da contratada que possam resultar na suspensão automática das licenças pelo fabricante.

4.11.5.3. A contratada deverá assegurar que o modelo de aquisição adotado não exponha o DER-DF a risco de interrupção do serviço durante a vigência contratual, permanecendo integralmente responsável pela manutenção ativa e regular das licenças pelo período contratado.

4.12. **TREINAMENTO**

4.12.1. Não se identifica necessidade de contratação de treinamento formal para a utilização das soluções objeto desta contratação.

4.12.2. As licenças serão destinadas a servidores de unidades que já utilizam ou possuem familiaridade com as plataformas **Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro** em suas rotinas de trabalho, seja por meio de versões gratuitas, licenças anteriores ou experiências prévias em ambientes institucionais. Trata-se de ferramentas amplamente difundidas no mercado, com interfaces intuitivas, baseadas majoritariamente em navegação web ou aplicações consolidadas, cujo uso não exige conhecimentos técnicos avançados ou configurações complexas de sistemas locais.

4.12.3. Adicionalmente, os próprios fornecedores disponibilizam materiais de apoio e autoaprendizado, tais como tutoriais, vídeos, manuais, artigos e bases de conhecimento online, suficientes para sanar eventuais dúvidas operacionais e apoiar a plena utilização das funcionalidades ofertadas, o que reforça o caráter de facilidade de uso das soluções contratadas.

4.12.4. Dessa forma, não se identifica a necessidade de contratação de serviços adicionais de capacitação ou treinamento, sendo a habilitação dos usuários plenamente viável por meio dos recursos de suporte e documentação já disponibilizados pelas plataformas em referência.

4.13. **DA VIGÊNCIA**

4.13.1. A CONTRATADA deverá garantir a prestação dos serviços por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 106 da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

4.14. **REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE**

4.14.1. A contratada deverá adequar a prestação dos serviços à **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018 - LGPD)**.

4.14.2. A CONTRATADA e seus profissionais envolvidos no projeto deverão seguir os seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na prestação dos serviços:

4.14.3. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do DER-DF ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

4.14.4. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação do DER-DF;

4.14.5. Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do DER-DF;

4.14.6. Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão; e

4.14.7. Assinar Termo de Compromisso e Termo de Ciência.

4.15. **LGPD E USO DE DADOS**

4.15.1. Todos os serviços prestados pela CONTRATADA deverão ser adequados à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), seguindo normas de segurança e privacidade rigorosas para acesso às imagens e informações, de modo que atenda a requisitos para a coleta, armazenamento e tratamento de dados, especialmente quando envolver informações sensíveis ou que possam identificar indivíduos, conforme explanado no item **ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)** deste documento.

4.16. **DEMAIS OBSERVÂNCIAS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

I - A CONTRATADA deverá observar, na execução do serviço, leis, políticas, modelos ou padrões de governo e as boas práticas no tema gestão e governança de dados.

II - A CONTRATADA deverá observar também os seguintes ornamentos jurídicos e/ou suas atualizações:

4.16.0.1. Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

4.16.0.2. Decreto Nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, com o objetivo de:

a) I - promover o adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disseminação e no uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal, em proveito do desenvolvimento do País;

b) II - promover a utilização, na produção dos dados geoespaciais pelos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal, dos padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR; e

c) III - evitar a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na obtenção de dados geoespaciais pelos órgãos da administração pública, por meio da divulgação dos metadados relativos a esses dados disponíveis nas entidades e nos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal.

I - Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

II - Decreto Nº 7.724, de 16 de maio de 2012, regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

III - Decreto Nº 8.777, de 11 de maio de 2016, institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

IV - Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

V - Instrução Normativa Nº 4, 12 de abril de 2012, institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA.

VI - Lei Nº 12.682, de 9 de julho de 2012, dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

VII - Instrução Normativa Nº 1, da SGD/ME, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal.

4.17. **SUSTENTABILIDADE**

4.17.1. Deverão ser observadas, na fase preparatória e na execução da contratação, as dimensões da sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022, bem como os dispositivos pertinentes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 44.330/2023. A solução contratada, por se tratar de tecnologia em formato digital, não gera resíduos sólidos ou impacto ambiental relevante.

4.18. **LOGISTICA REVERSA**

4.18.1. A presente contratação refere-se à subscrição/licenciamento de pacote de softwares, sem fornecimento de bens permanentes, equipamentos, insumos ou quaisquer materiais físicos. Dessa forma, não há geração de resíduos sólidos ou descarte de produtos que ensejem a aplicação das regras de logística reversa previstas na Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.18.2. Assim, não se aplica à presente contratação a obrigatoriedade de implementação de sistema de logística reversa, considerando a natureza exclusivamente digital e intangível do objeto.

4.18.3. Ressalta-se, contudo, que a Administração observará, sempre que pertinente, as diretrizes de sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Distrital nº 44.330/2023, especialmente quanto à racionalização do uso de recursos tecnológicos, à priorização de soluções que adotem boas práticas ambientais em suas infraestruturas de data center e ao estímulo à eficiência energética, quando aplicável.

4.19. **REQUISITOS AMBIENTAIS**

4.19.1. Sempre que aplicável, a CONTRATADA deverá observar:

4.19.1.1. Os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), mesmo que a solução digital não gere resíduos físicos;

4.19.1.2. Os preceitos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), em especial quanto ao consumo consciente de recursos digitais e infraestrutura de data centers sustentáveis, se aplicável;

4.19.1.3. A observância das normas da ABNT, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, quando houver correlação com os serviços prestados;

4.19.1.4. A utilização, sempre que possível, de infraestrutura tecnológica localizada em território nacional ou com garantia de

conformidade à LGPD – Lei nº 13.709/2018.

4.20. **REQUISITOS CULTURAIS**

4.20.1. Não se aplica à esta contratação.

4.21. **REQUISITOS SOCIAIS**

4.21.1. Sempre que aplicável, a CONTRATADA deverá observar integralmente a legislação social, trabalhista e previdenciária vigente, bem como as normas relacionadas à saúde e segurança do trabalho, responsabilizando-se por sua fiel observância durante toda a execução contratual. Em especial, a CONTRATADA deverá:

4.21.2. **Cumprimento da Legislação Trabalhista e Previdenciária**

4.21.2.1. Assegurar o pleno cumprimento das obrigações legais decorrentes da contratação de mão de obra, observando as normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, bem como as demais legislações correlatas.

4.21.3. **Proibição de Práticas Irregulares**

4.21.4. Garantir que não haverá utilização, direta ou indireta, de mão de obra infantil ou em condições análogas à escravidão, em conformidade com o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e demais normas aplicáveis.

4.21.5. **Saúde e Segurança do Trabalho**

4.21.5.1. Adotar medidas preventivas que assegurem condições adequadas de trabalho aos seus colaboradores, atendendo às normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

4.21.6. **Emprego e Capacitação Local**

4.21.6.1. Não se aplica à presente contratação, em razão da natureza do objeto, que envolve fornecimento e instalação de equipamentos especializados.

4.21.7. **Acessibilidade**

4.21.7.1. A CONTRATADA deverá, quando possível, observar a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), assegurando que os produtos, serviços, manuais e materiais fornecidos estejam compatíveis com requisitos de acessibilidade, quando aplicável.

4.21.8. **Responsabilidade Social**

4.21.8.1. Em atendimento ao disposto no Art. 2º do Decreto Distrital nº 45.846/2024, que regulamenta a Lei nº 6.128/2018, a CONTRATADA deverá, caso se aplique, reservar o percentual mínimo de 2% (dois por cento) das vagas de trabalho destinadas à execução do objeto para pessoas em situação de rua, conforme definido na legislação.

§1º. Quando se tratar de empresa com menos de 100 (cem) empregados, será exigida a contratação de, ao menos, 1 (uma) pessoa em situação de rua, caso aplicável.

§2º. A aplicação desta exigência está condicionada à compatibilidade entre as funções a serem desempenhadas e o perfil de contratação previsto na norma, nos termos do §10 do Art. 2º do Decreto nº 45.846/2024. Caso reste demonstrada a inviabilidade de cumprimento da cota por inexistência de pessoas em situação de rua com perfil técnico adequado, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal, sujeita à análise e anuência da Administração.

§3º. Caso a exigência seja aplicável, a CONTRATADA deverá apresentar Termo de Compromisso e comprovar a contratação conforme os critérios e prazos estipulados no edital e no contrato.

4.22. **ESTRUTURA DE LOTES**

4.22.1. Conforme definido no item **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO** deste documento.

4.23. **INDICAÇÃO DE MARCAS E MODELOS**

4.23.1. Considerando a natureza técnica e especializada das soluções requeridas, bem como a necessidade de atendimento a requisitos avançados de produtividade, padronização, automação, confiabilidade e governança nos processos administrativos, técnicos, operacionais e de comunicação institucional, indicam-se como referência técnica as soluções **Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro**.

4.23.2. A escolha para as referidas soluções fundamenta-se na comprovada aderência funcional às demandas institucionais do órgão, atendendo de forma integral e satisfatória às necessidades técnicas identificadas neste documento. As ferramentas apresentam elevado grau de maturidade tecnológica, ampla aceitação no mercado, estabilidade operacional, desempenho, confiabilidade e precisão no tratamento das informações, além de disponibilizarem recursos específicos voltados à automação de rotinas, padronização de entregas, colaboração entre equipes, rastreabilidade de alterações e suporte à governança dos processos e documentos institucionais.

4.23.3. A adoção dessas soluções mostra-se estratégica para a evolução tecnológica institucional, ao promover maior eficiência operacional, padronização de métodos e produtos, automação de fluxos de trabalho, segurança da informação, controle do ciclo de vida documental e fortalecimento da comunicação institucional, alinhando o ambiente tecnológico da Administração às melhores práticas de mercado e às exigências contemporâneas de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

4.23.4. Ressalte-se que a indicação da marca e modelo não configura restrição à competitividade, tampouco implica vedação à participação de outras soluções equivalentes, desde que estas comprovem, por meio de documentação técnica idônea, a plena aderência às funcionalidades requeridas, bem como a compatibilidade com os objetivos técnicos e operacionais delineados neste ETP, nos termos do art. 46, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e do art. 12, §1º, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

4.24. **VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

4.24.1. Não se aplica, por se tratar de serviço intangível e digital com ativação remota em equipamentos previamente compatíveis.

4.25. **TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP**

4.25.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021, será assegurado tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando cabível, observando-se:

4.25.2. Possibilidade de participação por lote;

4.25.3. Aplicação dos benefícios de regularização fiscal tardia;

4.25.4. Critério de desempate ficto, quando aplicável.

4.25.5. Caso o valor estimado de determinado lote seja inferior aos limites legais, poderá ser avaliada a exclusividade para ME/EPP, desde que não haja restrição à competitividade.

4.26. **MARGEM DE PREFERÊNCIA**

4.26.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a aplicação de margem de preferência pressupõe regulamentação específica e compatibilidade com o objeto da contratação.

4.26.2. No caso da presente contratação, pacote de soluções de software em modelo SaaS (**Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro**), não há previsão legal ou regulamentar aplicável que autorize a concessão de margem de preferência, razão pela qual não será adotada margem de preferência nesta contratação.

4.27. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

4.28. O julgamento das propostas levará em consideração o **menor preço por lote**, considerando o valor global para o período contratual, devendo o preço proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes.

4.29. **HABILITAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL**

4.29.1. A habilitação técnica exigida para a presente contratação será definida e detalhada no item **CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR**, integrante deste documento.

4.30. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

4.30.1. Não haverá exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira por parte dos licitantes, em razão das seguintes justificativas:

4.30.1.1. A contratação em questão não apresenta complexidade técnica ou operacional elevada, tratando-se de subscrição de solução padronizada, sem necessidade de mobilização de grandes estruturas operacionais ou recursos materiais;

4.30.1.2. O objeto possui baixo risco de inadimplemento por parte da futura contratada, considerando que não se trata de execução física, entrega de bens permanentes, alocação de mão de obra dedicada ou prestação contínua com obrigações de presença local;

4.30.1.3. O valor estimado para cada lote da contratação, ainda que relevante, não configura vultuosidade suficiente para justificar, por si só, a exigência de demonstrações contábeis, capital mínimo ou garantias adicionais no processo licitatório;

4.30.1.4. A solução é entregue mediante ativação remota, com licenciamento diretamente vinculado ao número de equipamentos previamente adquiridos, e os serviços são prestados em ambiente controlado, rastreável e verificável via painel de gestão, o que mitiga o risco contratual;

4.30.1.5. Assim, conforme previsto no art. 67, inciso III, da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), a Administração entende que não há justificativa técnica ou legal para a exigência da qualificação econômico-financeira, sendo tal medida coerente com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia.

4.31. **SUBCONTRATAÇÃO**

4.31.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do art. 122, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza técnica e especializada da solução.

4.32. **EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

4.32.1. Este documento descreverá o a melhor forma de contratação da solução desejada, não havendo desta forma necessidade de exigir carta de solidariedade à CONTRATADA.

4.33. **EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

4.33.1. Não se aplica à esta contratação.

4.34. **VISTORIA OU NÃO VISTORIA**

4.34.1. Não se aplica, por se tratar de serviço prestado em ambiente digital com ativação remota.

4.35. **UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, TECNOLOGIAS E MATÉRIAS-PRIMAS EXISTENTES NO LOCAL DA EXECUÇÃO**

4.35.1. Não se aplica.

4.36. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.37. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.37.1. Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

4.37.2. Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO E DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS**

5.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Conforme disposto no inciso II, alínea "a", do art. 11 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#), o levantamento de soluções tem como objetivo identificar as alternativas disponíveis no mercado para atender à presente demanda.

5.2. Considerando a necessidade de modernização, padronização e fortalecimento do ambiente digital do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, foi realizado levantamento de mercado com foco nas soluções de software destinadas à produção gráfica e audiovisual, modelagem e automação de processos, apoio à elaboração de textos técnicos, gestão documental em formato PDF e organização de ativos digitais institucionais. A análise buscou compreender o grau de maturidade das plataformas disponíveis, seus modelos de licenciamento, práticas adotadas por outros órgãos públicos e as tendências tecnológicas aplicáveis ao contexto institucional.

5.3. A Equipe de Planejamento realizou pesquisas em fontes públicas, análise de portais oficiais de fabricantes, consulta a fornecedores autorizados e verificação de contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública. Foram considerados critérios como eficiência operacional, custo-benefício, estabilidade da solução, modelo de suporte técnico, conformidade com requisitos de segurança da informação e possibilidade de gestão centralizada das licenças.

5.4. A partir dessas análises, o levantamento será apresentado de forma estruturada, contemplando a avaliação individualizada quanto à modalidade de contratação, quanto à tecnologia empregada, quanto às alternativas possíveis de atendimento à demanda e, por fim, a conclusão técnica da análise realizada, com a indicação da solução considerada mais adequada ao interesse público.

5.5. **QUANTO AO MODELO DE CONTRATAÇÃO**

5.5.1. A contratação dos recursos objeto deste documento pode ser realizada por meio de diversas modalidades, conforme será detalhado abaixo. Em resumo, esses conceitos trazem abordagens que os personificam a aspectos conjunturais de forma que a análise de viabilidade sempre dependerá de avaliações peculiares a cada órgão, pois as vantagens ou desvantagens obtidas em uma instituição da Administração Pública não necessariamente possuirão suas respectivas correspondências em relação a outra e vice-versa.

5.5.2. De qualquer modo, apesar dessa singularidade, usualmente os referidos conceitos destacam-se pelas seguintes características:

MODALIDADE	DESCRIÇÃO	ANÁLISE			CONCLUSÃO
		VANTAGENS	DESVANTAGENS	QUANDO USAR	
Modalidade 1 - Pregão Eletrônico	Modalidade de licitação para contratação de serviços comuns, incluindo TIC.	Processo rápido, transparente e competitivo, resultando em melhores preços e condições contratuais.	Pode ser um processo demorado e complexo, exigindo documentação detalhada e acompanhamento rigoroso.	Para garantir uma contratação eficiente e competitiva de serviços de telefonia e PABX em nuvem.	Esta opção pode se aplicar e atender às necessidades do DER-DF.
Modalidade 2 - Contratação por Registro de Preços (SRP)	Permite a contratação de serviços de forma ágil, registrando preços e condições de diversos fornecedores em uma ata.	Flexibilidade e economia em contratações de longo prazo, permitindo aquisição conforme a demanda.	Necessidade de um planejamento cuidadoso para garantir a efetividade das compras e evitar custos desnecessários.	Quando se prevê a necessidade de ajustes ou expansões nos serviços ao longo do tempo.	Esta opção pode se aplicar e atender às necessidades do DER-DF.
Modalidade 3 - Inexigibilidade de Licitação	Aplicável quando há inviabilidade de competição, como fornecimento exclusivo de soluções.	Contratação direta de fornecedores com tecnologia patenteada ou proprietária.	Limitação na concorrência pode levar a custos mais altos e falta de transparência.	Para soluções altamente especializadas em PABX em nuvem, onde não há concorrência direta.	Opção não se aplica e/ou não atende a todas as necessidades do DER-DF, considerando os serviços que se pretende contratar não se enquadram em inexigibilidade de Licitação.
Modalidade 4 - Dispensa de Licitação para Pequenos Valores	Permite contratações diretas sem licitação em casos de baixo valor.	Simplificação e aceleração do processo de contratação.	Pode ser vista como falta de rigor no processo, aumentando o risco de irregularidades.	Para contratações pontuais ou expansões temporárias de serviços de telefonia de menor valor.	Opção não se aplica e/ou não atende a todas as necessidades do DER-DF, considerando que o valor estimado da contratação ultrapassa os limites estipulados pela legislação vigente.
Modalidade 5 - Adesão a Ata de Registro de Preços (Carona)	Adesão a ata de registro de preços de outra instituição pública para contratação.	Economiza tempo e recursos, aproveitando processos licitatórios já concluídos.	Dependência de outros órgãos para a elaboração da ata, o que pode limitar a personalização dos serviços.	Quando há urgência na contratação e as soluções atendem aos requisitos de qualidade.	Opção não se aplica e/ou não atende integralmente às necessidades do DER-DF, considerando que não foram identificadas atas de registro de preços vigentes que contemplem a especificidade do objeto desta contratação, especialmente no que se refere às soluções Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro.

5.6. **QUANTO À TECNOLOGIA**

5.6.1. Para a contratação de solução consistente na subscrição de licenças de softwares especializados, voltados ao apoio às

atividades institucionais de comunicação visual, produção e edição de conteúdos, gestão e automação de processos, criação e tratamento de documentos digitais, bem como suporte à análise, redação e organização de informações, foi realizado levantamento de mercado com vistas à identificação das tecnologias disponíveis e aderentes às necessidades do DER-DF.

5.6.2. A definição das tecnologias mais adequadas considerou critérios objetivos, tais como: aderência técnica às demandas das unidades administrativas e finalísticas; maturidade e consolidação da solução no mercado; usabilidade e curva de aprendizagem; capacidade de automação e ganho de produtividade; requisitos de segurança da informação e proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 – LGPD; compatibilidade com o ambiente tecnológico institucional; modelo de licenciamento; e custo-benefício.

5.6.3. A escolha tecnológica impacta diretamente a eficiência operacional, a padronização de fluxos de trabalho, a qualidade dos produtos institucionais e a racionalização de recursos públicos, sendo elemento essencial para assegurar a continuidade e o aprimoramento das atividades desempenhadas pelas unidades do DER-DF.

5.6.4. A seguir, apresentam-se os cenários tecnológicos identificados e avaliados, com destaque para suas principais características, vantagens e limitações, para fins de fundamentação da solução mais vantajosa à Administração.

CENÁRIOS TECNOLÓGICOS IDENTIFICADOS	TECNOLOGIA	ANÁLISE			CONCLUSÃO
		DESCRIÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS	
Cenário Tecnológico 1 - Ferramentas Gratuitas ou Versões Básicas (Free / Freemium)	Plataformas gratuitas ou com funcionalidades limitadas (SaaS)	Soluções disponibilizadas sem custo direto ou com restrições de recursos, armazenamento, suporte e segurança, geralmente voltadas a uso individual.	Ausência de custo inicial; rápida adoção; facilidade de acesso; úteis para demandas pontuais.	Limitações funcionais; ausência de SLA; suporte não garantido; riscos quanto à segurança da informação; restrições de uso corporativo; ausência de garantias contratuais; possível desconformidade com LGPD.	Esta opção não se mostra adequada para atendimento institucional estruturado do DER-DF, considerando as limitações técnicas, a ausência de garantias contratuais, riscos à segurança da informação e inviabilidade de governança e controle de acesso em ambiente corporativo.
Cenário Tecnológico 2 -Ferramentas de Prateleira (COTS – Commercial Off-The-Shelf)	Soluções comerciais consolidadas no mercado, exemplificativamente: Canva (design gráfico), Flickr (banco de imagens), CapCut (edição de vídeo), ChatGPT (IA generativa) (BPM) e Adobe Acrobat Pro (gestão de documentos PDF)	Softwares amplamente utilizados no mercado, com funcionalidades padronizadas, atualizações contínuas, suporte técnico formal e escalabilidade.	Implantação rápida; previsibilidade de custos; suporte técnico conforme políticas do fabricante; conformidade com padrões internacionais de segurança; escalabilidade; suporte técnico especializado; integração com outros sistemas; recursos baseados em IA.	Menor nível de customização profunda; dependência do fornecedor; variação cambial em contratos internacionais.	Esta opção atende às necessidades do DER-DF e apresenta-se como a alternativa mais vantajosa, considerando a maturidade tecnológica, segurança da informação, governança contratual, escalabilidade e relação custo-benefício. O modelo de subscrição corporativa garante continuidade do serviço, atualização tecnológica e conformidade normativa, sendo a solução mais adequada ao objeto da contratação.
Cenário Tecnológico 3 -Soluções Customizadas ou Desenvolvimento Sob Medida	Desenvolvimento específico ou customização avançada de software	Soluções desenvolvidas exclusivamente para a Administração, com elevado grau de personalização e adaptação às necessidades internas.	Alto grau de aderência funcional; personalização completa; possibilidade de integração profunda com sistemas internos.	Alto custo inicial; maior prazo de implantação; dependência tecnológica do fornecedor; risco de obsolescência; maior complexidade contratual e de manutenção.	Esta opção não se apresenta como economicamente vantajosa para o DER-DF, considerando que o mercado já dispõe de soluções consolidadas que atendem plenamente ao objeto pretendido. O desenvolvimento sob medida implicaria maior custo, maior risco contratual e maior tempo de implementação, sem ganho proporcional de eficiência.

5.6.5. QUANTO À ANÁLISE DAS VERSÕES COMERCIAIS DISPONÍVEIS

5.6.5.1. Considerando que o **Cenário Tecnológico 2 – Soluções de Prateleira (COTS)** demonstrou-se o mais vantajoso sob os aspectos técnico, operacional e econômico, passou-se à análise das diferentes versões/licenciamentos comercializados por cada fabricante, com o objetivo de identificar aquela que melhor atende às necessidades institucionais do DER-DF.

5.6.5.2. A seguir, apresenta-se quadro comparativo consolidado das versões analisadas.

ITEM	SOFTWARE	VERSÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA	ANÁLISE¹			CONCLUSÃO
				ATENDE USO INSTITUCIONAL?	VANTAGENS	LIMITAÇÕES	

1	Canva	Free	Plano gratuito, recursos limitados	Não	Sem custo	Limites funcionais e de governança	Não se mostra adequada, sob os aspectos de segurança, governança e custo-benefício, para atendimento às necessidades institucionais do DER-DF.
		Pro	Plano individual com recursos premium	Parcial	Recursos avançados	Foco em uso individual; governança limitada para equipe	Atende parcialmente, mas não é o mais vantajoso para uso corporativo do DER-DF.
		Business	Plano para equipes/negócios, com gestão de times	Sim	Governança de equipe; recursos corporativos	Custo recorrente; depende do modelo SaaS	Atende integralmente às necessidades institucionais do DER-DF, apresentando-se como a versão mais adequada e vantajosa sob os aspectos de funcionalidade, segurança, governança e custo-benefício.
		Enterprise	Plano corporativo com controles e segurança ampliados	Sim	Controles avançados (ex.: governança/SSO conforme oferta)	Custo mais elevado	Não se mostra adequada, sob os aspectos de governança e custo-benefício, para atendimento às necessidades institucionais do DER-DF.
		Teams (legado)	Plano “Teams” não disponível para novas adesões/upgrade (legado)	—	—	Não aplicável para contratação nova	Não aplicável como referência de contratação nova do DER-DF (plano legatário).
2	Flickr	Free	Conta gratuita com limitações	Parcial	Sem custo	Limites para uso institucional contínuo	Não se mostra adequada, sob os aspectos de governança e custo-benefício, para atendimento às necessidades institucionais do DER-DF.
		Flickr Pro	Plano pago “Flickr Pro”	Sim	Recursos Pro; melhor aderência para gestão de acervo/uso contínuo	Dependência SaaS; custo recorrente	Atende integralmente às necessidades institucionais do DER-DF, apresentando-se como a versão mais adequada e vantajosa sob os aspectos de funcionalidade, segurança, governança e custo-benefício.
		Free	Versão gratuita de edição	Parcial	Sem custo; atende demandas simples	Restrições de recursos/exportação conforme plano	Atende apenas pontualmente, não sustentando produção institucional contínua.
		Standard	Plano intermediário (“Standard”)	Parcial	Amplia recursos em relação ao Free	Pode manter limitações vs Pro	Não se mostra adequada, sob os aspectos de governança e custo-benefício, para atendimento às necessidades institucionais do DER-DF.

3	CapCut	Pro	Plano avançado (“Pro”)	Sim	Recursos avançados e maior aderência à produção institucional	Custo superior	Atende integralmente às necessidades institucionais do DER-DF, apresentando-se como a versão mais adequada e vantajosa sob os aspectos de funcionalidade, segurança, governança e custo-benefício.
4	ChatGPT	Free	Plano gratuito	Não	Sem custo	Limites; sem governança corporativa	Não recomendado para uso institucional estruturado do DER-DF.
		Go	Plano pago de entrada (“Go”)	Parcial	Melhor que o Free	Ainda orientado a uso individual	Não se mostra adequada, sob os aspectos de governança e custo-benefício, para atendimento às necessidades institucionais do DER-DF.
		Plus	Plano individual (“Plus”)	Parcial	Recursos ampliados	Não é plano corporativo	Não se mostra adequada, sob os aspectos de governança e custo-benefício, para atendimento às necessidades institucionais do DER-DF.
		Pro	Plano individual avançado (“Pro”)	Parcial	Maior capacidade/recursos	Ainda não é governança corporativa	Pode ser útil em casos específicos, mas não é o padrão mais vantajoso para o DER-DF.
		Business	Plano corporativo (“Business”)	Sim	Governança e controles para organizações	Custo recorrente por usuário	Atende integralmente às necessidades institucionais do DER-DF, apresentando-se como a versão mais adequada e vantajosa sob os aspectos de funcionalidade, segurança, governança e custo-benefício.
		Enterprise	Plano corporativo avançado (“Enterprise”)	Sim	Controles e suporte em escala	Custo mais elevado	Não se mostra adequada, sob os aspectos de governança e custo-benefício, para atendimento às necessidades institucionais do DER-DF.
		Acrobat Reader	Leitor gratuito	Não	Visualização	Não atende edição/gestão do PDF	Não atende ao objeto (edição/gestão avançada).
		Acrobat Standard	Plano intermediário	Parcial	Recursos de edição básicos e e-sign	Limitações vs Pro/Studio	Não se mostra adequada, sob os aspectos de governança e custo-benefício, para atendimento às necessidades institucionais do DER-DF.

5	Adobe Acrobat	Acrobat Pro	Plano avançado	Sim	Conjunto completo de recursos (ex.: OCR, comparação, redação etc.)	Custo superior	Atende integralmente às necessidades institucionais do DER-DF, apresentando-se como a versão mais adequada e vantajosa sob os aspectos de funcionalidade, segurança, governança e custo-benefício.
		Acrobat Studio	Plano superior com “PDF Spaces” + “AI Assistant” + “Adobe Express Premium”	Sim (condicionado)	Potencial ganho de produtividade e recursos adicionais	Custo e necessidade de avaliar aderência real	Não se mostra adequada, sob os aspectos de governança e custo-benefício, para atendimento às necessidades institucionais do DER-DF.

(*) **Nota Explicativa:** As versões e respectivas funcionalidades descritas na presente análise foram comparadas com base em informações públicas disponibilizadas nos sites eletrônicos oficiais dos fabricantes, bem como em documentações técnicas acessíveis na data do levantamento de mercado. Ressalta-se que as nomenclaturas comerciais, planos de licenciamento, funcionalidades, limites operacionais e políticas de uso podem ser alterados unilateralmente pelos fabricantes, a qualquer tempo e sem aviso prévio, conforme suas estratégias comerciais e atualizações de portfólio. Dessa forma, eventuais alterações posteriores não descaracterizam a metodologia adotada nesta análise, que considerou o cenário vigente à época da pesquisa. Levantamento realizado em: 25 de fevereiro de 2026, entre 15hs e 18hs30min.

5.6.6. CONCLUSÃO DA ANÁLISE TECNOLÓGICA E DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

5.6.6.1. A análise comparativa dos cenários tecnológicos identificados demonstrou que as soluções gratuitas ou em versões básicas (Free/Freemium) não atendem de forma satisfatória às necessidades institucionais do DER-DF, especialmente quanto à governança corporativa, controle de acesso, segurança da informação, suporte técnico formal e garantias contratuais de disponibilidade. Embora apresentem ausência de custo inicial, tais soluções não oferecem nível de confiabilidade, previsibilidade operacional e conformidade normativa compatível com o uso institucional estruturado.

5.6.6.2. Por sua vez, a alternativa de desenvolvimento sob medida ou customização avançada revelou-se tecnicamente possível, porém economicamente desvantajosa e operacionalmente mais complexa, considerando o elevado custo inicial, maior prazo de implantação, necessidade de equipe técnica especializada, riscos de obsolescência tecnológica e maior dependência contratual. Ademais, o mercado já dispõe de soluções consolidadas que atendem integralmente às funcionalidades requeridas, não se justificando a adoção de modelo mais oneroso e de maior risco.

5.6.6.3. O cenário tecnológico consistente na contratação de softwares de prateleira (COTS – Commercial Off-The-Shelf), em modelo de subscrição corporativa (SaaS ou licenciamento equivalente), demonstrou-se o mais vantajoso sob os aspectos técnico, operacional e econômico. As soluções analisadas apresentam maturidade tecnológica, ampla aceitação de mercado, atualizações contínuas, suporte técnico formal, escalabilidade e aderência às exigências de segurança da informação e proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – LGPD.

5.6.6.4. No que se refere às versões comerciais analisadas para cada fabricante, concluiu-se que as versões corporativas ou profissionais específicas — notadamente **Canva Business, Flickr Pro, CapCut Pro, ChatGPT Business e Adobe Acrobat Pro** — apresentam melhor relação entre funcionalidade, governança, segurança e custo-benefício, atendendo integralmente às necessidades institucionais do DER-DF. As versões gratuitas ou voltadas exclusivamente ao uso individual não se mostraram adequadas para ambiente corporativo estruturado, enquanto versões superiores com recursos adicionais não essenciais apresentaram custo elevado sem ganho proporcional de eficiência institucional.

5.6.6.5. Dessa forma, conclui-se que a adoção de soluções de prateleira consolidadas, em suas versões corporativas adequadas ao uso institucional, constitui a alternativa tecnológica mais vantajosa para a Administração, assegurando continuidade dos serviços, padronização de ferramentas, governança contratual, mitigação de riscos operacionais e adequada aplicação dos recursos públicos, nos termos dos princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.7. QUANTO À ALTERNATIVA DE CONTRATAÇÃO

5.7.1. Considerando a necessidade institucional de disponibilização de pacote de softwares corporativos para apoio às atividades administrativas, técnicas, de comunicação institucional, gestão documental e automação de processos no âmbito do DER-DF, foram analisadas as principais alternativas de contratação disponíveis no mercado para atendimento da demanda.

ALTERNATIVA	DESCRIÇÃO	ANÁLISE		CONCLUSÃO
		VANTAGENS	DESVANTAGENS	

Alternativa 1 – Utilização de ferramentas gratuitas ou versões básicas (Free/Freemium)	Utilização de versões gratuitas ou básicas disponibilizadas pelos fabricantes, sem contratação formal de licenças corporativas institucionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de custo direto de licenciamento; • Acesso imediato às plataformas; • Adequado para uso individual pontual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionalidades limitadas; • Restrições de uso corporativo; • Ausência de SLA e suporte formal; • Inexistência de governança centralizada; • Riscos à segurança da informação e à LGPD; • Fragmentação tecnológica; • Risco de descontinuidade do serviço. 	Inviável. Não atende aos requisitos de governança, segurança, padronização institucional e continuidade operacional exigidos para uso corporativo estruturado no DER-DF.
Alternativa 2 – Desenvolvimento interno ou solução sob medida	Desenvolvimento próprio ou contratação de empresa para criação de solução customizada que substitua funcionalidades dos softwares pretendidos.	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado grau de personalização; • Possibilidade de integração profunda com sistemas internos; • Controle sobre evolução funcional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alto custo de desenvolvimento e manutenção; • Longo prazo de implantação; • Maior complexidade contratual; • Risco de obsolescência tecnológica; • Mercado já dispõe de soluções maduras equivalentes; • Necessidade de equipe técnica especializada permanente. 	Não recomendada. Alternativa economicamente desvantajosa e de maior risco, considerando a existência de soluções consolidadas no mercado que atendem plenamente à demanda, conforme art. 20, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
Alternativa 3 – Contratação de softwares de prateleira (COTS) em modelo de subscrição corporativa	Contratação institucional das versões corporativas dos softwares pretendidos, mediante subscrição e, quando aplicável, renovação de subscrição em modelo SaaS ou licenciamento equivalente, com gestão centralizada, suporte técnico do fabricante, preservação de ambientes corporativos já configurados (workspaces), continuidade de acesso e atualizações contínuas.	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação imediata; • Preservação de ambientes institucionais previamente configurados e manutenção do histórico de dados e ativos digitais; • Maturidade tecnológica; • suporte técnico conforme políticas do fabricante; • Atualizações contínuas; • Governança centralizada; • Escalabilidade; • Conformidade com requisitos de segurança e LGPD; • Previsibilidade orçamentária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência tecnológica do fornecedor; • Custo recorrente. 	Mais vantajosa. Alternativa que melhor atende às necessidades técnicas, operacionais e econômicas do DER-DF, assegurando padronização institucional, continuidade do serviço por meio da subscrição e renovação das licenças existentes, governança contratual e adequada aplicação dos recursos públicos.

5.8. EXISTÊNCIA DE SOFTWARES LIVRES DISPONÍVEIS

5.8.1. Nos termos do §3º do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá realizar consultas e diligências com vistas à obtenção de subsídios adicionais para o aprimoramento da contratação, inclusive para identificar eventuais soluções livres ou públicas que possam atender, total ou parcialmente, às necessidades institucionais, reduzindo custos e ampliando a independência tecnológica quando isso for tecnicamente viável.

5.8.2. No contexto desta contratação, voltada à subscrição/licenciamento de softwares de prateleira para criação de conteúdos gráficos, organização de ativos digitais, edição audiovisual, modelagem/automação de processos, apoio à produção textual e tratamento/gestão avançada de documentos em PDF, foram adotadas providências preliminares para verificar a existência de alternativas livres, incluindo consulta(*) ao Catálogo de Software Público Brasileiro (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/plataformas-e-servicos-digitais/software-publico>) no qual consta expressamente que se trata de um catálogo de soluções disponibilizadas até o ano de 2019.

5.8.3. Paralelamente, foi realizada pesquisa(*) exploratória para identificação de softwares livres/código aberto com finalidades similares, constatando-se a existência de alternativas relevantes em alguns eixos, tais como: ferramenta de design/prototipação (ex.: Penpot), organização/galeria de imagens (ex.: Piwigo), edição de vídeo (ex.: OpenShot e Shotcut), gestão de PDFs em operações específicas (ex.: PDFsam Basic) e soluções de BPM/workflow com edições abertas ou “source-available” (ex.: ProcessMaker Open Source e referência de licenciamento no ecossistema Camunda).

(*) Acesso realizado em 26 de fevereiro de 2026, às 16h14min.

5.8.4. Entretanto, a análise técnica preliminar indica que, para o uso corporativo padronizado pretendido pelo DER-DF, essas alternativas tendem a exigir implantação, hospedagem, hardening de segurança, operação contínua, atualização e suporte, além de integrações (ex.: SSO/gestão centralizada), o que desloca a necessidade para um modelo de serviço gerenciado e sustentação — alterando substancialmente o escopo, os riscos e o custo total de propriedade, em comparação com subscrições corporativas consolidadas de mercado.

QUADRO COMPARATIVO SINTÉTICO DE ALTERNATIVAS LIVRES/CÓDIGO ABERTO (POR FINALIDADE)

Eixo de necessidade (lote)	Alternativas livres/código aberto identificadas	Observações técnicas relevantes	Conclusão preliminar
Design/identidade visual (Canva)	Penpot (web, alternativa aberta) (XDA Developers)	Pode apoiar design/prototipação; exige governança/operacionalização quando auto-hospedado; não é substituição direta “1:1” do ecossistema de templates/ativos e fluxos típicos de ferramenta comercial.	Parcial; não substitui integralmente a solução pretendida, sem custos/riscos adicionais.
Acervo de imagens/ativos (Flickr)	Piwigo (galeria/gestão de fotos, open source) (piwigo.org)	Atende gestão/organização de acervo; demanda infraestrutura, operação e políticas internas; não replica necessariamente rede/serviços do modelo SaaS do Flickr.	Parcial, condicionado a viabilidade de operação interna/serviço gerenciado.
Edição de vídeo (CapCut)	OpenShot / Shotcut (open source) (OpenShot Video Editor)	Bons editores desktop; não equivalem a fluxos mobile/cloud do CapCut; demandam padronização e suporte interno (helpdesk) para uso amplo.	Parcial; atende casos, mas não cobre integralmente o modelo pretendido.
Apoio à redação/análise (ChatGPT)	Existem front-ends e modelos abertos/locais no mercado, porém variam licenças e exigem infraestrutura e governança próprias; não são equivalentes ao modelo corporativo gerenciado pretendido. (Conclusão fundamentada por necessidade de governança e operação; sem equivalência direta e estável em “SaaS corporativo” no escopo deste ETP.)	Para equivaler, normalmente demanda ambiente de IA gerenciado, controle de dados, observância LGPD, monitoramento e suporte — alterando escopo.	Em regra, não substitui de forma equivalente no formato pretendido.
PDF avançado (Adobe Acrobat Pro)	PDFsam Basic (operações de split/merge/extract etc.) (pdfsam.org); LibreOffice (edições limitadas/importação) (GeeksforGeeks)	PDFsam atende tarefas específicas, mas não substitui suíte avançada (fluxos corporativos, recursos completos de edição/gestão/recursos avançados); LibreOffice permite edição limitada e depende do tipo de PDF.	Parcial e restrito; não substitui integralmente.

5.8.5. Dessa forma, embora existam alternativas livres/código aberto com funcionalidades parcialmente aderentes em alguns eixos (design, acervo, edição de vídeo e operações pontuais com PDF), **conclui-se que não foi identificada uma solução livre/pública** única (ou conjunto) que substitua, de forma equivalente e com governança corporativa pronta, o pacote de softwares de prateleira pretendido, sobretudo quando considerados requisitos típicos de uso institucional (gestão centralizada, suporte, previsibilidade, continuidade operacional e padronização).

5.9. CONCLUSÃO DAS ANÁLISES

5.9.1. Após a realização do levantamento de mercado, da análise quanto à modalidade de contratação, da avaliação tecnológica das soluções disponíveis, do exame das alternativas possíveis e da verificação quanto à existência de softwares livres ou públicos aptos a atender à demanda, conclui-se que a solução mais adequada para atender às necessidades do DER-DF consiste na contratação de softwares de prateleira (COTS – Commercial Off-The-Shelf), em modelo de subscrição corporativa e, quando aplicável, renovação de subscrições vigentes, com gestão centralizada de licenças, preservação de ambientes institucionais previamente configurados, suporte técnico formal e atualizações contínuas.

5.9.2. A análise tecnológica demonstrou que as versões gratuitas ou voltadas exclusivamente ao uso individual não atendem aos requisitos institucionais de governança, segurança da informação, controle de acesso, conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – LGPD e continuidade operacional. Do mesmo modo, a alternativa de desenvolvimento sob medida revelou-se economicamente desvantajosa e tecnicamente desnecessária, considerando a existência de soluções consolidadas e amplamente difundidas no mercado que atendem integralmente às funcionalidades requeridas.

5.9.3. No que se refere à avaliação de softwares livres ou de código aberto, verificou-se que, embora existam ferramentas com funcionalidades parcialmente similares, nenhuma delas, isoladamente ou em conjunto, atende de forma plena e integrada aos requisitos institucionais de governança corporativa, suporte técnico formal, atualização contínua, segurança da informação, escalabilidade e gestão centralizada exigidos para o ambiente institucional do DER-DF, sem implicar ampliação significativa de escopo, necessidade de infraestrutura própria adicional ou aumento do custo total de propriedade (TCO).

5.9.4. No tocante às alternativas de contratação, verificou-se que a subscrição institucional e, quando aplicável, a renovação das versões corporativas mais aderentes — notadamente Canva Business, Flickr Pro, CapCut Pro, ChatGPT Business e Adobe Acrobat Pro — apresenta a melhor relação entre custo, funcionalidade, segurança, escalabilidade e governança, assegurando previsibilidade orçamentária e mitigação de riscos de descontinuidade dos serviços.

5.9.5. Dessa forma, a contratação deverá contemplar, de maneira integrada, a subscrição de novas licenças e a renovação das subscrições atualmente vigentes, quando aplicável, assegurando a continuidade dos ambientes corporativos já estruturados, bem como os seguintes eixos tecnológicos essenciais ao funcionamento institucional:

I - criação e padronização de conteúdos gráficos e audiovisuais;

- II - modelagem e automação de processos organizacionais;
- III - apoio à produção e análise de textos técnicos;
- IV - gestão e tratamento avançado de documentos digitais em formato PDF; e
- V - organização estruturada de ativos digitais institucionais.

5.9.6. A solução proposta, contemplando subscrição e renovação das licenças corporativas, mostra-se compatível com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e governança previstos nos arts. 5º e 20, §2º, da Lei nº 14.133/2021, bem como com as diretrizes da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, apresentando-se como a alternativa mais vantajosa ao interesse público.

6. COTAÇÕES PRELIMINARES

6.1. As cotações preliminares são essenciais para subsidiar a análise da viabilidade econômica da solução proposta e fundamentar a escolha mais vantajosa para a Administração, nos termos dos arts. 23 e 24 da Lei nº 14.133/2021. Essa etapa tem por objetivo identificar valores praticados no mercado para soluções equivalentes, permitindo a elaboração de orçamento estimativo consistente, transparente e tecnicamente fundamentado.

6.2. Considerando que o objeto da presente contratação consiste na subscrição/licenciamento de softwares de prateleira (COTS – Commercial Off-The-Shelf), amplamente comercializados em modelo SaaS ou licenciamento corporativo padronizado, e que existem diversas contratações públicas similares vigentes no âmbito da Administração Pública, a pesquisa de preços será realizada com base em fontes oficiais e contratos públicos disponíveis, dispensando-se o envio de solicitações diretas a fornecedores.

6.3. Para subsidiar a presente contratação, a Equipe de Planejamento realizou pesquisa(*) de preços por meio das seguintes metodologias:

a) **Consulta ao Portal Banco de Preços** (<http://www.bancodeprecos.com.br>) e ao **Portal Nacional de Contratações Públicas** (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>): Foram identificadas contratações públicas recentes envolvendo a subscrição/licenciamento de soluções equivalentes às pretendidas neste documento, abrangendo softwares destinados à criação gráfica (Canva), organização de ativos digitais (Flickr), edição audiovisual (CapCut), inteligência artificial generativa (ChatGPT) e gestão de documentos em formato PDF (Adobe Acrobat Pro).

As consultas permitiram identificar contratos administrativos vigentes e atas de registro de preços celebradas por órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, contemplando modelos de licenciamento por usuário, planos corporativos e vigências de 12 (doze) ou 36 (trinta e seis) meses, conforme o caso.

Registra-se, contudo, que tais contratações foram analisadas apenas para fins de identificação de práticas de mercado e verificação da existência de contratações similares na Administração Pública, não tendo sido utilizadas como referência direta para a formação de preços.

Isso se deve ao fato de que os instrumentos identificados apresentam diferenças relevantes quanto à modalidade de contratação, quantitativos contratados, escala institucional e versões/licenças das soluções, as quais não refletem integralmente o cenário pretendido pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, já amplamente justificado no presente documento.

b) **Relatórios de Cotação Rápida obtidos em base oficial de preços públicos:**

Foram emitidos relatórios específicos para cada software pretendido (Canva Pro – Business; Flickr Pro; CapCut Pro; ChatGPT Business; Adobe Acrobat Pro), contendo referenciais de preços praticados no mercado público, com detalhamento de fornecedor, modalidade, vigência e valores unitários.

Tais relatórios, anexados aos autos (SEI/GDF Nº 196784310, 196784403, 196784577, 196784482 e 196784668), foram utilizados como parâmetro técnico para aferição de compatibilidade dos preços e consolidação da estimativa preliminar da contratação.

Ressalta-se que os dados coletados permitiram identificar a faixa de valores praticados pela Administração Pública em contratações similares, considerando variáveis como quantitativo de usuários, período contratual, modelo de subscrição e escopo de serviços incluídos (suporte e atualizações).

Os valores obtidos a partir dessas fontes serão consolidados mediante aplicação de critérios estatísticos adequados (média, mediana ou menor valor válido, conforme o caso), assegurando fundamentação técnica, transparência e conformidade com os princípios da economicidade e da vantajosidade, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

(*) Acesso realizado entre os dias 26 de fevereiro de 2026 e 03 de março de 2026 em horário comercial (08:00 - 18:00).

6.4. Os valores e condições identificados a partir dessas fontes serão considerados para a consolidação do orçamento estimativo da contratação, permitindo análise preliminar de viabilidade econômica das alternativas estudadas, à luz das necessidades institucionais do DER-DF.

6.5. A seguir, serão apresentados os resultados das cotações preliminares obtidas, com a respectiva análise comparativa e consolidação do valor estimado da contratação.

COTAÇÃO PRELIMINAR					FONTE DOS VALORES OBTIDOS	VALORES ESTIMADOS	
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTD ESTIMADA	PREÇOS PÚBLICOS VIGENTES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	1	Canva Pro – Subscrição de licença de uso do software Canva Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, atualizações automáticas, suporte técnico do fabricante e acesso às funcionalidades contratadas, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	30	Cotação Rápida nº 3395 (12 meses – 1 usuário) (SEI/GDF Nº 196784310)	R\$ 2.014,62*	R\$ 60.438,60
2	1	Flickr Pro – Subscrição de licença de uso do software Flickr PRO, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano profissional e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	1	Cotação Rápida nº 3396 (12 meses – 1 usuário) (SEI/GDF Nº 196784403)	R\$ 2.566,35*	R\$ 2.566,35
3	1	ChatGPT Business – Subscrição de licença de uso da plataforma ChatGPT Business, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fornecedor, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	75	Cotação Rápida nº 3398 (12 meses – 1 usuário) (SEI/GDF Nº 196784482)	R\$ 6.324,75*	R\$ 474.356,25
4	1	CapCut Pro – Subscrição de licença de uso do software CapCut Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	5	Cotação Rápida nº 3397 (36 meses – 1 usuário) (SEI/GDF Nº 196784577)	R\$ 1.127,84	R\$ 5.639,20
5	1	Adobe Acrobat Pro – Subscrição de licença de uso do software Adobe Acrobat Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades completas do plano profissional, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	30	Cotação Rápida nº 3399 (36 meses – 1 usuário) (SEI/GDF Nº 196784668)	R\$ 4.176,47	R\$ 125.294,10
VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO							R\$ 18.563,74
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO (36 MESES)							R\$ 668.294,50

(*) LEGENDA – AJUSTE DE VIGÊNCIA

Para os softwares cuja cotação foi obtida com vigência de 12 (doze) meses (Canva, Flickr Pro e ChatGPT), o valor unitário foi multiplicado por 3 (três), a fim de torná-lo equivalente ao período de 36 (trinta e seis) meses previsto para a contratação.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Com ajuste (12 → 36 meses):

Canva: Média dos Preços Obtidos = R\$ 671,54

→ 36 meses = R\$ 671,54 × 3 = R\$ 2.014,62

Flickr: Média dos Preços Obtidos = R\$ 855,45

→ 36 meses = R\$ 855,45 × 3 = R\$ 2.566,35

ChatGPT: Média dos Preços Obtidos = R\$ 2.108,25

→ 36 meses = R\$ 2.108,25 × 3 = R\$ 6.324,75

Sem ajuste (já em 36 meses):

CapCut: Média dos Preços Obtidos = R\$ 1.127,84

Adobe Acrobat Pro: Média dos Preços Obtidos = R\$ 4.176,47

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Informação a ser prestada pela Superintendência Administrativa e Financeira – SUAFIN, quando da manifestação acerca da disponibilidade orçamentária.

7.2. As despesas decorrentes da presente contratação encontram-se compatíveis com o planejamento orçamentário do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, devendo ser custeadas por meio das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício correspondente.

7.3. Considerando que a solução tecnológica objeto desta contratação beneficiará diversas unidades administrativas, técnicas e operacionais do DER-DF, algumas diretamente relacionadas à gestão do trânsito, engenharia viária, fiscalização, sinalização rodoviária e educação para o trânsito, admite-se a utilização combinada de recursos oriundos do Tesouro e da Fonte de Multas de Trânsito, observadas as disposições do art. 320 do [Código de Trânsito Brasileiro \(Lei nº 9.503/1997\)](#) e da [Resolução nº 875/2021 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN](#).

7.4. Dessa forma, a despesa total estimada para a contratação poderá ser financiada conforme a seguinte estimativa de rateio entre fontes de recursos:

Fontes de Multas (%)	Fontes do Tesouro (%)	Total (%)
59,57%	40,43%	100%

7.5. MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.5.1. A definição do percentual de utilização de recursos provenientes da Fonte de Multas de Trânsito e da Fonte do Tesouro foi realizada com base nos seguintes critérios técnicos e institucionais:

I - distribuição das licenças entre as unidades organizacionais do DER-DF;

II - competências regimentais de cada unidade, conforme o [Regimento Interno do DER-DF](#) aprovado pelo Decreto nº 48.239, de 04 de fevereiro de 2026;

III - compatibilidade das atividades desempenhadas pelas unidades com as hipóteses de aplicação dos recursos oriundos de multas de trânsito previstas no [Código de Trânsito Brasileiro \(Lei nº 9.503/1997\)](#) e na [Resolução nº 875/2021 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN](#);

IV - identificação das áreas cujas atribuições estão diretamente relacionadas às atividades de engenharia de tráfego, fiscalização, sinalização, educação e segurança no trânsito.

7.5.2. Com base nesses parâmetros, foi atribuída a cada unidade organizacional uma classificação quanto à possibilidade de financiamento por recursos de multas de trânsito, aplicando-se o seguinte critério:

I - Unidades com competências diretamente vinculadas às atividades previstas no CTB e na Resolução CONTRAN nº 875/2021: financiamento integral por recursos de multas de trânsito (100% multas).

II - Unidades com competências predominantemente administrativas ou de apoio institucional: financiamento integral por recursos do Tesouro (100% Tesouro).

III - A ponderação foi realizada considerando o quantitativo de licenças destinado a cada unidade organizacional, conforme demonstrado na tabela abaixo.

SETOR	QUANTIDADE DE LICENÇAS	PONDERAÇÃO (%)			RESULTADO	
		PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL (%)	MULTAS (%)	TESOURO (%)	RESULTADO MULTAS	RESULTADO TESOURO
PRESIDÊNCIA	14	9,93%	0%	100%	0,00%	9,93%
SUAFIN	11	7,80%	0%	100%	0,00%	7,80%
SUTRAN	22	15,60%	100%	0%	15,60%	0,00%
SUTEC	22	15,60%	100%	0%	15,60%	0,00%
SUPER	14	9,93%	100%	0%	9,93%	0,00%
SUOBRA	18	12,77%	100%	0%	12,77%	0,00%
CTINF	13	9,22%	0%	100%	0,00%	9,22%
COPLAN	9	6,38%	0%	100%	0,00%	6,38%
ASCOM	8	5,67%	100%	0%	5,67%	0,00%
PROJUR	6	4,26%	0%	100%	0,00%	4,26%
CORREG	4	2,84%	0%	100%	0,00%	2,84%
TOTAL	141	100%			59,57%	40,43%

7.6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DE MULTAS DE TRÂNSITO

7.6.1. A utilização parcial de recursos oriundos da Fonte de Multas de Trânsito para custeio da presente contratação encontra respaldo no art. 320 do [Código de Trânsito Brasileiro \(Lei nº 9.503/1997\)](#), bem como nas diretrizes estabelecidas pela [Resolução nº 875/2021 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN](#), que regulamenta as formas de aplicação da receita arrecadada com multas de trânsito.

7.6.2. Nos termos do referido dispositivo legal, os recursos provenientes de multas devem ser aplicados exclusivamente em ações e serviços relacionados a:

I - sinalização viária;

II - engenharia de tráfego e engenharia de campo;

III - fiscalização e policiamento de trânsito;

IV - educação para o trânsito;

V - controle, operação e segurança do sistema viário.

7.6.3. No âmbito do DER-DF, diversas unidades organizacionais executam atividades diretamente relacionadas a essas áreas, notadamente as Superintendências de Trânsito, Técnica, de Operações e de Obras, bem como a Assessoria de Comunicação Social, responsável por campanhas educativas e ações institucionais voltadas à conscientização da população quanto à segurança viária.

7.6.4. A solução tecnológica objeto desta contratação — composta por ferramentas corporativas de criação gráfica, produção audiovisual, gestão de imagens institucionais, análise de dados e elaboração de documentos técnicos — constitui infraestrutura digital de suporte às atividades finalísticas relacionadas à segurança e gestão do trânsito, sendo utilizada, entre outras finalidades, para:

I - elaboração de projetos e estudos técnicos de engenharia viária;

II - produção de materiais técnicos e institucionais relacionados à sinalização rodoviária;

III - geração de relatórios técnicos e análises de dados de trânsito;

IV - produção de campanhas educativas de segurança viária;

V - organização e gestão de acervos digitais de imagens e registros técnicos utilizados em atividades de fiscalização, planejamento e engenharia de tráfego.

7.6.5. Nesse contexto, os recursos objeto dessa contratação configuram ferramentas instrumentais essenciais à execução das atividades finalísticas previstas no art. 320 do CTB, não se caracterizando como mera despesa administrativa genérica, mas como infraestrutura tecnológica de apoio às funções de engenharia de tráfego, fiscalização, sinalização e educação para o trânsito.

7.6.6. Com base nessa análise normativa e institucional, apresenta-se, a seguir, quadro demonstrativo contendo a identificação das unidades organizacionais contempladas na presente contratação, o respectivo percentual de utilização de recursos oriundos da Fonte de Multas de Trânsito e a correlação entre suas competências regimentais e as hipóteses legais de aplicação desses recursos previstas no [Código de Trânsito Brasileiro \(Lei nº 9.503/1997\)](#) e na [Resolução nº 875/2021 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN](#).

SETOR	PERCENTUAL DEFINIDO PARA UTILIZAÇÃO DE FONTES DE MULTAS	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO SETOR DE ACORDO COM O REGIMENTO INTERNO DO DER-DF	COMPETÊNCIAS COMPATÍVEIS COM CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503/1997) E NA RESOLUÇÃO Nº 875/2021 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN	ATIVIDADES EXECUTADAS PELO SETOR ENQUADRÁVEIS NA RESOLUÇÃO Nº 875/2021 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN
SUTRAN	15,60%	SEÇÃO IX DA SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO Art. 90. À Superintendência de Trânsito, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Presidência, compete: I – fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas de trânsito, no âmbito de sua competência; II – definir diretrizes técnicas para o planejamento, regulamentação e operação do trânsito de veículos, pedestres, ciclistas e animais nas rodovias sob administração do DER-DF; III – estabelecer políticas e diretrizes para o policiamento ostensivo e a fiscalização de trânsito em conjunto com órgãos de policiamento e fiscalização; IV – coordenar a implementação, no âmbito de sua competência, as medidas previstas no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans, na Política Nacional de Transporte e de Trânsito – PNT e na Política de Mobilidade Urbana estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal – GDF; V – aprovar os estudos de impacto de polos geradores de tráfego; VI – conceder Autorização Especial de Trânsito – AET e Autorização para Eventos em Rodovias – AER; VII – interagir com outros órgãos na elaboração de políticas públicas de transporte, mobilidade, planejamento urbano e segurança pública; VIII – estabelecer diretrizes técnicas para os sistemas de informações e de gerenciamento de tráfego, de mobilidade, e para o programa de redução de sinistros; IX – propor, programar, coordenar e implementar planos, programas e projetos relacionados à educação e à segurança no trânsito; X – coordenar as atividades relacionadas ao tratamento das infrações e penalidades de trânsito; e XI – desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas na sua área de atuação.	Art. 90. À Superintendência de Trânsito, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Presidência, compete: I – fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas de trânsito, no âmbito de sua competência; III – estabelecer políticas e diretrizes para o policiamento ostensivo e a fiscalização de trânsito em conjunto com órgãos de policiamento e fiscalização; V – aprovar os estudos de impacto de polos geradores de tráfego; VI – conceder Autorização Especial de Trânsito – AET e Autorização para Eventos em Rodovias – AER; VIII – estabelecer diretrizes técnicas para os sistemas de informações e de gerenciamento de tráfego, de mobilidade, e para o programa de redução de sinistros; IX – propor, programar, coordenar e implementar planos, programas e projetos relacionados à educação e à segurança no trânsito; X – coordenar as atividades relacionadas ao tratamento das infrações e penalidades de trânsito;	Art. 9º – “O policiamento e a fiscalização são os atos de prevenção e repressão que visam a controlar o cumprimento da legislação de trânsito, por meio do poder de polícia administrativa.” Art. 10 – “São considerados elementos de despesas com policiamento e fiscalização.” Art. 10, XII – “emissão, expedição e publicação de notificações de autuação, de penalidade (...)” Art. 10, XXI – “implementação, informatização e manutenção de sistemas informatizados para processamento de multas de trânsito e demais procedimentos relativos;” Art. 5º, III – “identificação, estudo e análise de novos polos geradores de trânsito;” Art. 6º, XVII – “avaliação e definição de medidas para reduzir possíveis impactos negativos de polos geradores de viagens;” Art. 6º, IV – “estudos de autorização especial de tráfego;” Art. 6º, VII – “controle e gerenciamento de tráfego;” Art. 11 – “A educação de trânsito é a atividade direcionada à formação do cidadão como usuário das vias e rodovias (...)” Art. 11, II – “campanhas educativas;”

SUTEC	15,60%	<p>SEÇÃO VII DA SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA Art. 50. À Superintendência Técnica, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – coordenar o desenvolvimento de atividades relacionadas ao planejamento físico urbano, tais como estudos, anteprojetos e projetos rodoviários, e pesquisas de caráter técnico científico, orientadas para as áreas de arquitetura e engenharia civil, compreendendo edificações, estruturas rodoviárias, paisagismo e conservação do meio ambiente;</p> <p>II – controlar a elaboração de especificações técnicas para serviços e obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>III – coordenar o desenvolvimento das atividades voltadas ao controle de qualidade dos materiais e serviços aplicados às obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>IV – promover a gestão das informações relacionadas aos projetos técnicos do DER-DF e à elaboração de tabelas de preços para serviços e obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>V – controlar o desenvolvimento de estudos técnicos relativos a geotecnia e pavimentação;</p> <p>VI – emitir atestados de execução de estudos e projetos de engenharia, para prestadores de serviços, referentes à área de sua competência;</p> <p>VII – promover a elaboração de orçamentos e cronogramas físico-financeiros para projetos, serviços e obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>VIII – promover, junto aos conselhos de classe no âmbito do Distrito Federal, o registro de estudos e projetos elaborados pela Superintendência Técnica;</p> <p>IX – promover a assistência técnica às ações de fiscalização sobre os serviços contratados relacionados a obras de engenharia e a projetos de estruturas, edificações e obras rodoviárias nas rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>X – responder a questionamentos advindos de órgãos de controle, órgãos ambientais e empresas contratadas, em temas relacionados às áreas de arquitetura e engenharia civil, compreendendo edificações, estruturas rodoviárias, paisagismo e conservação do meio ambiente; e</p> <p>XI – desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas na sua área de atuação.</p>	<p>Art. 50. À Superintendência Técnica, unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – coordenar o desenvolvimento de atividades relacionadas ao planejamento físico urbano, tais como estudos, anteprojetos e projetos rodoviários, e pesquisas de caráter técnico científico, orientadas para as áreas de arquitetura e engenharia civil, compreendendo edificações, estruturas rodoviárias, paisagismo e conservação do meio ambiente;</p> <p>II – controlar a elaboração de especificações técnicas para serviços e obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>III – coordenar o desenvolvimento das atividades voltadas ao controle de qualidade dos materiais e serviços aplicados às obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>IV – promover a gestão das informações relacionadas aos projetos técnicos do DER-DF e à elaboração de tabelas de preços para serviços e obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>V – controlar o desenvolvimento de estudos técnicos relativos a geotecnia e pavimentação;</p> <p>VII – promover a elaboração de orçamentos e cronogramas físico-financeiros para projetos, serviços e obras de engenharia rodoviária e edificações;</p> <p>VIII – promover, junto aos conselhos de classe no âmbito do Distrito Federal, o registro de estudos e projetos elaborados pela Superintendência Técnica;</p>	<p>Da Engenharia de Tráfego e de Campo Art. 5º A engenharia de tráfego, ramo da engenharia de transporte, é o conjunto de atividades relacionadas com o estudo, a definição e o planejamento do desenho geométrico, da segurança e das operações de trânsito nas vias e rodovias, suas redes e terrenos adjacentes, inclusive a integração de todos os modos e tipos de transportes, voltadas a ampliar as condições de fluidez e de segurança no trânsito, visando à movimentação segura, eficiente e conveniente de pessoas e mercadorias, a saber:</p> <p>VI - atualização e manutenção do cadastro de projetos do sistema viário;</p> <p>VII - estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental de adequação e melhorias do sistema viário;</p> <p>VIII - estudos e projetos necessários a adequações e melhorias no sistema viário;</p>
SUPER	9,93%	<p>SEÇÃO X DA SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES Art. 135. À Superintendência de Operações, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – dirigir e supervisionar as atividades de produção industrial, sinalização viária, endereçamento, faixas de domínio, equipamentos, manutenção e logística de transporte;</p> <p>II – coordenar as atividades relativas à fabricação de placas rodoviárias das rodovias sob administração do DER-DF e todos os serviços relativos ao endereçamento no âmbito do Distrito Federal;</p> <p>III – coordenar os serviços de sinalização horizontal no âmbito das rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>IV – coordenar a fabricação da massa asfáltica e seus componentes;</p> <p>V – coordenar os serviços relacionados à carpintaria, marcenaria e manutenção em bens móveis e prediais;</p> <p>VI – aprovar o plano de ocupação das faixas de domínio das rodovias sob administração do DER-DF para trailers, quiosques, engenhos publicitários, acessos e estacionamentos;</p> <p>VII – dirigir, coordenar e autorizar a ocupação e a utilização das faixas de domínio das rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>VIII – solicitar o lançamento em dívida ativa de valores devidos ao DER-DF referentes às inadimplências na ocupação e/ou utilização da faixa de domínio;</p> <p>IX – planejar e coordenar os serviços de transportes e de manutenção preventiva ou corretiva de veículos e equipamentos;</p> <p>X – aprovar a utilização dos veículos e seu abastecimento;</p> <p>XI – coordenar o levantamento das necessidades e aquisição de equipamentos e veículos;</p> <p>XII – desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas na sua área de atuação.</p>	<p>Art. 135. À Superintendência de Operações, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – dirigir e supervisionar as atividades de produção industrial, sinalização viária, endereçamento, faixas de domínio, equipamentos, manutenção e logística de transporte;</p> <p>II – coordenar as atividades relativas à fabricação de placas rodoviárias das rodovias sob administração do DER-DF e todos os serviços relativos ao endereçamento no âmbito do Distrito Federal;</p> <p>III – coordenar os serviços de sinalização horizontal no âmbito das rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>VI – aprovar o plano de ocupação das faixas de domínio das rodovias sob administração do DER-DF para trailers, quiosques, engenhos publicitários, acessos e estacionamentos;</p> <p>VII – dirigir, coordenar e autorizar a ocupação e a utilização das faixas de domínio das rodovias sob administração do DER-DF;</p>	<p>Art. 3º – “A sinalização é o conjunto de sinais de trânsito e dispositivos de segurança colocados na via pública com o objetivo de garantir sua adequada utilização, compreendendo especificamente as sinalizações vertical, horizontal e semafórica e os seguintes dispositivos auxiliares: (...)”</p> <p>Art. 4º - São considerados elementos de despesas com sinalização:</p> <p>V - placas de trânsito</p> <p>X – “projeto, execução e implantação de sinalização viária horizontal e vertical;”</p> <p>Art. 5º - A engenharia de tráfego, ramo da engenharia de transporte, é o conjunto de atividades relacionadas com o estudo, a definição e o planejamento do desenho geométrico, da segurança e das operações de trânsito nas vias e rodovias, suas redes e terrenos adjacentes, inclusive a integração de todos os modos e tipos de transportes, voltadas a ampliar as condições de fluidez e de segurança no trânsito, visando à movimentação segura, eficiente e conveniente de pessoas e mercadorias, a saber:</p> <p>V – “estudos e análises da utilização das faixas de domínio do sistema viário;”</p> <p>Art. 6º São considerados elementos de despesas com engenharia de tráfego:</p> <p>XI - estudos, apropriação e manutenção do cadastro dos acessos às faixas de domínio do sistema viário;</p>

SUOBRA	12,77%	<p>SEÇÃO VIII DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS</p> <p>Art. 80. À Superintendência de Obras, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – planejar, organizar, coordenar, acompanhar, controlar e avaliar a execução de obras e serviços de engenharia, conservação, manutenção e melhoramento das rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>II – supervisionar e atestar as medições de obras e serviços;</p> <p>III – coordenar e orientar as atividades relacionadas ao controle físico e financeiro e à fiscalização da execução das obras contratadas;</p> <p>IV – emitir atestados de capacidade técnica de contratos geridos no âmbito da sua área de atuação;</p> <p>V – programar, coordenar e distribuir equipamentos e insumos para o desenvolvimento de suas atividades operacionais;</p> <p>VI – promover estudos de aperfeiçoamento e padronização de técnicas de construção e conservação de rodovias;</p> <p>VII – colaborar com a fiscalização da implantação da sinalização rodoviária, conferindo a adequação da sinalização ao projeto específico;</p> <p>VIII – colaborar com os estudos e projetos voltados à implantação, melhoria, atualização e adequação das rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>IX – planejar as atividades de levantamento, inventário e monitoramento dos elementos geradores de conservação; e</p> <p>X – desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas na sua área de atuação.</p>	<p>Art. 80. À Superintendência de Obras, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – planejar, organizar, coordenar, acompanhar, controlar e avaliar a execução de obras e serviços de engenharia, conservação, manutenção e melhoramento das rodovias sob administração do DER-DF;</p> <p>VI – promover estudos de aperfeiçoamento e padronização de técnicas de construção e conservação de rodovias;</p> <p>VII – colaborar com a fiscalização da implantação da sinalização rodoviária, conferindo a adequação da sinalização ao projeto específico;</p> <p>VIII – colaborar com os estudos e projetos voltados à implantação, melhoria, atualização e adequação das rodovias sob administração do DER-DF;</p>	<p>Art. 7º – “A engenharia de campo, ramo da engenharia de transporte, é o conjunto de atividades relacionadas com a execução de serviços e obras nas vias e rodovias (...)”</p> <p>Art. 8º, II – “manutenção e conservação, rotineira e técnica;”</p> <p>Art. 4º, X – “projeto, execução e implantação de sinalização viária horizontal e vertical;”</p>
ASCOM	5,67%	<p>Subseção III Da Assessoria de Comunicação Social</p> <p>Art. 12. À Assessoria de Comunicação Social, unidade orgânica de assessoramento, diretamente subordinada à Presidência, compete:</p> <p>I – elaborar e supervisionar a execução do plano de comunicação social do DER-DF;</p> <p>II – articular-se diariamente com os meios de comunicação e outras demandas de imprensa, para divulgação das iniciativas, ações, operações e campanhas do DER-DF, realizando o agendamento das fontes;</p> <p>III – assessorar a Presidência, bem como os membros das Superintendências, Coordenações, Corregedoria e Procuradoria Jurídica do DER-DF, no atendimento aos veículos de comunicação e na realização de entrevistas;</p> <p>IV – planejar, analisar, executar e acompanhar a elaboração de campanhas publicitárias, peças gráficas, convites, cartazes, cartões comemorativos e material de divulgação interno/externo, diretamente ou em conjunto com agências de publicidade contratadas;</p> <p>V – analisar, coordenar e aprovar peças e campanhas publicitárias institucionais e de educação para o trânsito elaboradas por outras unidades do DER-DF;</p> <p>VI – articular-se com as demais unidades do DER-DF para estruturar, desenvolver e coordenar ações de comunicação interna/externa;</p> <p>VII – coordenar as atividades de cerimonial em solenidades demandadas pela Presidência;</p> <p>VIII – realizar a interlocução do DER-DF com veículos de comunicação, demais órgãos públicos, Secretaria de Comunicação do Governo do Distrito Federal – SECOM, empresas privadas e entidades;</p> <p>IX – organizar, dar suporte e divulgar a realização de eventos patrocinados pelo DER-DF, com anuência da Presidência;</p> <p>X – desenvolver, diretamente ou em conjunto com empresa contratada, a identidade visual do DER-DF e zelar pela sua correta utilização;</p> <p>XI – encaminhar sugestões, questionamentos, críticas e elogios recebidos por meio das redes sociais às unidades responsáveis;</p> <p>XII – direcionar e supervisionar os Assessores de Comunicação no cumprimento de suas atividades organizacionais; e</p> <p>XIII – desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas na sua área de atuação.</p>	<p>II – articular-se diariamente com os meios de comunicação e outras demandas de imprensa, para divulgação das iniciativas, ações, operações e campanhas do DER-DF, realizando o agendamento das fontes;</p> <p>IV – planejar, analisar, executar e acompanhar a elaboração de campanhas publicitárias, peças gráficas, convites, cartazes, cartões comemorativos e material de divulgação interno/externo, diretamente ou em conjunto com agências de publicidade contratadas;</p> <p>V – analisar, coordenar e aprovar peças e campanhas publicitárias institucionais e de educação para o trânsito elaboradas por outras unidades do DER-DF;</p>	<p>Art. 11. A educação de trânsito é a atividade direcionada à formação do cidadão como usuário das vias e rodovias, por meio do aprendizado de normas e condutas de respeito à vida e ao meio ambiente, visando sempre ao trânsito seguro, a saber:</p> <p>Art. 11, I – “publicidade institucional;”</p> <p>Art. 11, II – “campanhas educativas;”</p> <p>Art. 12 - Art. 12. São considerados elementos de despesas com educação de trânsito:</p> <p>VIII – “campanhas publicitárias e educativas de trânsito;”</p>
TOTAL	59,57%			

(*) A definição do percentual de custeio por fonte de multas adotou critério finalístico e conservador, vinculando a Fonte de Multas apenas às unidades cujas competências regimentais se relacionam diretamente a sinalização, engenharia de tráfego/campo, fiscalização/policiamento e educação para o trânsito, nos termos do art. 320 do CTB e da Resolução CONTRAN nº 875/2021. Para as unidades de natureza predominantemente administrativa, jurídica, correccional, planejamento e governança de TIC, adotou-se custeio integral por Fonte do Tesouro, sem prejuízo de que os benefícios da solução sejam transversais.

7.6.7. Observa-se, portanto, que as unidades cujas competências regimentais possuem relação direta com atividades de engenharia de tráfego, sinalização viária, fiscalização de trânsito ou educação para o trânsito apresentam aderência às hipóteses legais de aplicação da receita arrecadada com multas de trânsito, nos termos do art. 320 do [Código de Trânsito Brasileiro \(Lei nº 9.503/1997\)](#) e da [Resolução nº 875/2021 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN](#). As demais unidades, cujas atribuições possuem natureza predominantemente administrativa ou de suporte institucional, tiveram suas parcelas financiadas exclusivamente com recursos da Fonte do Tesouro, em observância ao princípio da vinculação legal da despesa pública.

7.6.8. Esse procedimento assegura aderência ao princípio da legalidade orçamentária, bem como aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e vinculação da despesa à finalidade legal, mitigando riscos de utilização indevida de recursos oriundos de multas de trânsito.

7.6.9. Adicionalmente, destaca-se que a utilização das soluções tecnológicas objeto desta contratação contribui diretamente para o

fortalecimento das políticas públicas de mobilidade e segurança viária no Distrito Federal, ao ampliar a capacidade institucional do DER-DF de planejar, executar, comunicar e monitorar ações relacionadas ao trânsito, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans.

8. ESCOLHA DA SOLUÇÃO

8.1. A escolha da solução deve ser fundamentada em uma análise criteriosa das necessidades específicas da unidade, aliada ao levantamento de mercado realizado e à avaliação técnico-econômica das alternativas disponíveis, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022. Essa decisão requer a consideração de fatores como eficiência operacional, custo total de propriedade - TCO, continuidade da prestação dos serviços, sustentabilidade e aderência normativa, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Distrital nº 44.330/2023. Foram considerados, entre outros, os seguintes fatores: aderência funcional, governança e gestão centralizada, continuidade operacional, segurança da informação, conformidade normativa, custo total de propriedade - TCO e previsibilidade orçamentária.

8.2. Conforme análises previamente registradas neste ETP, restou evidenciado que:

- I - versões gratuitas/freemium não atendem a requisitos corporativos (SLA, governança, segurança, padronização e continuidade);
- II - desenvolvimento interno/sob medida é alternativa de alto custo, maior risco e tecnicamente desnecessária, diante da existência de soluções consolidadas no mercado;
- III - a contratação de softwares de prateleira (COTS), em modelo SaaS, com licenciamento/subscrição corporativa e, quando aplicável, renovação de subscrições vinculadas a ambientes corporativos já configurados, é a alternativa mais vantajosa para o DER-DF.

8.3. SÍNTESE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

CRITÉRIO	OPÇÃO ESCOLHIDA	JUSTIFICATIVA
QUANTO AO MODELO DE CONTRATAÇÃO	Pregão Eletrônico	Atende integralmente aos requisitos de governança, continuidade e padronização, com suporte formal, atualizações contínuas, menor risco operacional e menor TCO frente às alternativas.
QUANTO À TECNOLOGIA	Cenário Tecnológico 2 - Ferramentas de Prateleira (COTS – Commercial Off-The-Shelf)	As soluções analisadas são disponibilizadas pelos fabricantes em ambiente de computação em nuvem, modelo amplamente consolidado no mercado de software corporativo. Essa arquitetura tecnológica proporciona alta disponibilidade, escalabilidade, atualizações contínuas, mecanismos avançados de segurança da informação e acesso multiplataforma. Além disso, dispensa a necessidade de instalação de infraestrutura local dedicada, reduzindo custos operacionais e simplificando a gestão tecnológica pela Administração.
QUANTO À ANÁLISE DAS VERSÕES COMERCIAIS DISPONÍVEIS	Adoção das versões profissionais/corporativas das plataformas (Canva Pro/Teams, Flickr Pro, ChatGPT Business, CapCut Pro e Adobe Acrobat Pro)	As versões profissionais ou corporativas das soluções apresentam funcionalidades avançadas essenciais ao ambiente institucional, tais como controle de usuários, colaboração em equipe, gestão de permissões, armazenamento ampliado, integração com fluxos digitais, suporte técnico especializado e ausência de limitações típicas de versões gratuitas ou de uso individual. As versões gratuitas ou básicas foram consideradas tecnicamente inadequadas por não oferecerem governança corporativa, suporte formal, segurança e disponibilidade compatíveis com o ambiente institucional.
QUANTO À ALTERNATIVA DE CONTRATAÇÃO	Alternativa 3 – Contratação de softwares de prateleira (COTS) em modelo de subscrição corporativa	<p>Contratação por licenças/subscrições corporativas, organizadas em lotes por solução, com vigência estimada de 36 meses.</p> <p>A contratação estruturada por lotes independentes para cada solução tecnológica amplia a competitividade do certame, evita dependência indevida entre plataformas distintas e possibilita maior flexibilidade de gestão contratual. O modelo de subscrição garante acesso contínuo às funcionalidades, atualizações automáticas e suporte do fabricante durante toda a vigência contratual. A definição de horizonte de 36 meses proporciona maior estabilidade operacional, previsibilidade orçamentária e redução de riscos de descontinuidade dos serviços utilizados pelas unidades do DER-DF.</p>

8.4. CONCLUSÃO

8.4.1. Diante das análises realizadas neste ETP, conclui-se que a combinação de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, contratação de softwares de prateleira (COTS) em modelo Software como Serviço – SaaS, adoção de versões profissionais/corporativas das plataformas e subscrição/licenciamento corporativo estruturado por lotes, com vigência estimada de 36 meses, apresenta a melhor aderência técnica e operacional para atendimento das necessidades do DER-DF.

8.4.2. A solução selecionada assegura governança institucional, padronização tecnológica, suporte técnico especializado,

atualizações contínuas e previsibilidade orçamentária, reduzindo riscos de fragmentação tecnológica e garantindo a continuidade das atividades institucionais apoiadas por TIC.

8.4.3. Dessa forma, a alternativa escolhida demonstra viabilidade técnica, eficiência operacional e vantajosidade econômica, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.5. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8.5.1. A solução selecionada fundamenta-se na necessidade de modernizar, padronizar e fortalecer o ambiente tecnológico corporativo do DER-DF, assegurando continuidade operacional, governança e segurança da informação para atividades transversais essenciais. O conjunto de soluções **Canva Pro**, **Flickr Pro**, **CapCut Pro**, **ChatGPT Business** e **Adobe Acrobat Pro** atende de forma complementar às demandas institucionais relacionadas à produção e gestão de conteúdos gráficos e audiovisuais, organização de ativos digitais, apoio à elaboração e revisão de textos e documentos técnicos e administrativos, além de gestão e tratamento avançado de documentos em formato PDF.

8.5.2. A adoção de softwares de prateleira (COTS), em modelo SaaS, com licenciamento corporativo e suporte formal, mostrou-se a alternativa mais vantajosa em comparação às opções analisadas, por viabilizar implantação imediata, atualizações contínuas, escalabilidade, previsibilidade de custos e governança centralizada. Além disso, reduz riscos associados à fragmentação tecnológica, uso de contas individuais não gerenciadas, ausência de SLA e exposição a falhas operacionais que possam comprometer o funcionamento regular das unidades.

8.5.3. Ressalta-se, ainda, que parte das soluções já se encontra em uso institucional e vinculada a ambientes corporativos previamente configurados; por essa razão, a contratação deverá contemplar, quando aplicável, a renovação de subscrições existentes, de modo a preservar dados, ativos digitais e configurações institucionais, evitando perda de histórico, interrupção de acessos e descontinuidade de atividades críticas.

8.5.4. Em síntese, a solução escolhida apresenta aderência técnica, viabilidade operacional e vantajosidade econômica, assegurando padronização, continuidade e governança das ferramentas corporativas do DER-DF, em alinhamento ao planejamento institucional e aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa previstos na legislação aplicável.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

9.1. QUANTITATIVO TOTAL ESTIMADO (SUBSCRIÇÃO E RENOVAÇÃO DE LICENÇAS)

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	1	Canva Pro+ Equipes – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso do software Canva, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, atualizações automáticas, suporte técnico do fabricante e acesso às funcionalidades contratadas, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	30
2	1	Flickr Pro – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso do software Flickr Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano profissional e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	1
3	1	ChatGPT Business – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso da plataforma ChatGPT, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fornecedor, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	75
4	1	CapCut Pro – Subscrição de licença de uso do software CapCut, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	5
5	1	Adobe Acrobat Pro – Subscrição de licença de uso do software Adobe Acrobat Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades completas do plano profissional, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	30

9.2. Deste modo, considerando o modelo de licenciamento adotado pelos fabricantes e a necessidade operacional identificada, conclui-se que o quantitativo de licenças deve ser equivalente ao número total de usuários que utilizarão a solução, não sendo tecnicamente viável a contratação de quantitativo inferior com compartilhamento simultâneo.

9.3. MEMÓRIA DE CÁLCULO DO QUANTITATIVO ESTIMADO

9.3.1. O quantitativo estimado para a presente contratação foi definido com base no Censo Tecnológico institucional, considerando-se o número de unidades organizacionais demandantes, os perfis funcionais dos usuários, a natureza das rotinas administrativas, técnicas e institucionais relacionadas à comunicação oficial, produção de conteúdo gráfico e audiovisual, modelagem e automação de processos, apoio à análise de informações e gestão documental, bem como a necessidade de padronização e centralização do uso das ferramentas.

9.3.2. A partir desse levantamento, apurou-se a necessidade de contratação dos quantitativos descritos abaixo. Os quantitativos foram dimensionados de acordo com a demanda efetiva identificada, a abrangência de utilização por múltiplas áreas do DER-DF e a necessidade de

assegurar disponibilidade adequada aos usuários que desempenham atividades diretamente relacionadas às funcionalidades de cada solução, conforme destinação funcional a seguir especificada.

QUANTITATIVO ESTIMADO					
SETOR	LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3	LOTE 4	LOTE 5
	Canva Pro+ Equipes	Flickr Pro	ChatGPT Busines	CapCut Pro	Adobe Acrobat Pro
PRESIDÊNCIA	3	0	7	1	3
SUAFIN	2	0	6	1	2
SUTRAN	5	0	12	0	5
SUTEC	5	0	12	0	5
SUOPER	3	0	8	0	3
SUOBRA	4	0	10	0	4
CTINF	2	0	8	1	2
COPLAN	2	0	4	1	2
ASCOM	2	1	2	1	2
PROJUR	1	0	4	0	1
CORREG	1	0	2	0	1
TOTAL	30	1	75	5	30

9.3.3. Dessa forma, a definição da quantidade de licenças está diretamente alinhada às necessidades técnicas e operacionais, bem como ao fluxo de trabalho das equipes que utilizam ferramentas digitais para suporte às atividades institucionais. A contratação dos quantitativos estimados, mediante subscrição e, quando aplicável, renovação das licenças corporativas, representa a solução mais adequada sob a ótica do custo-benefício, da mitigação de riscos operacionais e do atendimento às demandas estratégicas da instituição.

9.3.4. A utilização do pacote integrado de softwares é fundamental para assegurar governança, continuidade operacional, padronização dos processos e maior produtividade, reduzindo retrabalho, minimizando falhas manuais e fortalecendo a qualidade, a rastreabilidade e a eficiência das atividades desenvolvidas no âmbito institucional.

9.3.5. TABELA COMPARATIVA DE MODELO DE LICENCIAMENTO (*)

9.3.5.1. Nos termos das informações técnicas levantadas junto aos fabricantes e considerando o modelo de licenciamento adotado por cada solução (licenciamento por usuário/assento – *named user*), o quantitativo necessário deve corresponder exatamente ao número de usuários que utilizarão o sistema, não sendo admitido o compartilhamento simultâneo de uma única licença entre múltiplos usuários.

Solução	Modelo de Licenciamento	Uso simultâneo por múltiplos usuários com 1 licença	Nº de Usuários Pretendido	Nº de Licenças Necessárias	Evidência (Fonte Oficial)
Canva (Business/Teams)	Licenciamento por membro de equipe (per seat)	Não	30	30	Canva Help Center – Cobrança por cada membro do time (“You’ll be charged for each team member”)
Flickr PRO	Assinatura individual vinculada à conta	Não	1 (perfil institucional único)	1	Flickr Terms of Service – Conta individual vinculada a um usuário/ID específico
ChatGPT Business	Licenciamento por assento (per seat)	Não	75	75	OpenAI Help Center – Plano Business cobrado por assento (“billed per seat”, mínimo 2 usuários)
CapCut Pro	Assinatura individual (single-user license)	Não	5	5	CapCut Support / Community Admin – Licença projetada para uso individual

Adobe Acrobat Pro (Teams/Business)	Licença nominativa (Named User Licensing)	Não	30	30	Adobe HelpX – Cada licença deve ser atribuída a um usuário (“For each license, you assign one user”)
------------------------------------	---	-----	----	----	--

(*) Tabela elaborada com base em consulta às documentações e termos oficiais dos fabricantes, identificando o modelo de licenciamento adotado (per seat / named user), a vedação de uso simultâneo compartilhado e a correspondência direta entre o número de usuários previstos e o quantitativo de licenças estimado para contratação.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

10.1. Para fins desta contratação, esclarece-se que o termo “subscrição” abrange tanto a contratação de novas licenças quanto a renovação de subscrições corporativas já existentes, quando vinculadas a ambientes institucionais previamente configurados. Essa abordagem tem por finalidade assegurar a continuidade dos serviços e a preservação de dados, ativos digitais e configurações institucionais, não se caracterizando como prorrogação contratual, mas como nova contratação para período subsequente de utilização das soluções, conforme planejamento institucional.

10.2. A solução a ser contratada consiste na subscrição de licenças de softwares especializados em modelo Software como Serviço (SaaS), destinados ao suporte de atividades institucionais relacionadas à produção de conteúdos gráficos e audiovisuais, gestão de ativos digitais, apoio à elaboração de textos e documentos técnicos, bem como criação, edição, conversão, assinatura e gestão de documentos digitais.

10.3. As plataformas contratadas compõem um conjunto de ferramentas digitais especializadas, utilizadas de forma complementar no suporte às atividades institucionais do DER-DF.

10.4. Cada solução atende a etapas específicas dos fluxos de trabalho institucionais, contemplando funcionalidades relacionadas a:

- I - criação e edição de materiais gráficos e peças institucionais;
- II - armazenamento, organização e catalogação de imagens digitais;
- III - produção e edição de conteúdos audiovisuais;
- IV - apoio à elaboração, revisão e análise de textos e documentos técnicos;
- V - criação, edição, conversão, assinatura e gestão de documentos digitais em formato PDF.

10.5. As plataformas são disponibilizadas em modelo de subscrição, com acesso às funcionalidades correspondentes aos planos licenciados durante todo o período de vigência contratual.

10.6. O acesso às soluções ocorre por meio de ambientes digitais disponibilizados pelos fabricantes, normalmente em plataforma web e, quando aplicável, em aplicativos para dispositivos móveis ou aplicações desktop, permitindo sua utilização pelos usuários autorizados da Administração.

10.7. Durante a vigência da subscrição, os usuários terão acesso às funcionalidades das plataformas contratadas, às atualizações disponibilizadas pelos fabricantes e aos recursos associados ao plano licenciado, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste documento.

10.8. Nesse contexto, a solução compreende as seguintes plataformas:

10.8.1. Canva Pro+ Equipes

10.8.1.1. Plataforma de design gráfico baseada em nuvem, destinada à criação e edição de materiais visuais institucionais, tais como apresentações, relatórios, infográficos, peças informativas e conteúdos digitais.

10.8.1.2. Possui interface intuitiva, biblioteca de modelos padronizados, recursos de colaboração em equipe e controle de versões, favorecendo a padronização da comunicação institucional e a produtividade das equipes.

10.8.2. Flickr Pro

10.8.2.1. Solução destinada ao armazenamento, organização, catalogação e compartilhamento de imagens digitais em alta resolução.

10.8.2.2. Permite a gestão estruturada de acervos fotográficos institucionais, com suporte a metadados, categorização e controle de acesso, apoiando atividades de documentação institucional, comunicação pública e preservação de registros visuais.

10.8.3. CapCut Pro

10.8.3.1. Ferramenta de edição de vídeos voltada à produção de conteúdos audiovisuais institucionais, tais como vídeos informativos, educativos e de divulgação.

10.8.3.2. Dispõe de recursos avançados de edição, legendagem, ajustes visuais e exportação em múltiplos formatos, contribuindo para a modernização da comunicação institucional e ampliação do uso de mídias digitais.

10.8.4. ChatGPT Business

10.8.4.1. Plataforma baseada em inteligência artificial destinada ao apoio à elaboração, revisão e análise de textos técnicos, relatórios, documentos administrativos e comunicações institucionais.

10.8.4.2. A ferramenta contribui para ganhos de produtividade, padronização de linguagem, apoio à análise de informações e melhoria da qualidade textual de documentos institucionais, além de apoiar atividades de interpretação de dados e geração de conteúdo.

10.8.5. Adobe Acrobat Pro

10.8.5.1. Solução consolidada para criação, edição, conversão, assinatura digital, validação e gestão de documentos em formato PDF.

10.8.5.2. Permite padronização documental, controle de versões, proteção de informações e integração com fluxos digitais, sendo essencial para a gestão documental e para a tramitação de documentos administrativos e técnicos.

10.9. REGIME DE CONTRATAÇÃO

10.9.1. A contratação dar-se-á sob o regime de fornecimento de software por subscrição, incluindo direito de uso durante a vigência

contratual, suporte técnico e atualizações, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da IN SGD/ME nº 94/2022.

10.10. MODELO DE AQUISIÇÃO DAS SUBSCRIÇÕES JUNTO AOS FABRICANTES

10.10.1. As soluções objeto desta contratação são disponibilizadas em modelo de subscrição, no qual o acesso às funcionalidades das plataformas depende da manutenção ativa das licenças junto aos respectivos fabricantes durante todo o período contratado.

10.10.2. Considerando que determinados fabricantes adotam modelos comerciais que permitem cobrança mensal, anual ou parcelada, estabelece-se que, sempre que tecnicamente viável e compatível com o modelo comercial do fabricante, a contratada deverá realizar a aquisição das licenças junto ao fabricante em parcela única correspondente ao período integral da vigência contratual.

10.10.3. Essa abordagem tem por objetivo assegurar a estabilidade operacional da solução e reduzir o risco de suspensão automática das licenças, situação que poderia ocorrer em decorrência de falhas operacionais de pagamento, bloqueios de meios de pagamento, inadimplemento ou quaisquer intercorrências administrativas relacionadas à contratada.

10.10.4. Dessa forma, o modelo de provisionamento das licenças deverá garantir que as subscrições permaneçam ativas, válidas e disponíveis durante todo o período de vigência do contrato, evitando interrupções no acesso às plataformas utilizadas pelos usuários institucionais do DER-DF.

10.10.5. Assim, a solução deverá ser operacionalizada de modo a assegurar a manutenção contínua das licenças durante toda a vigência contratual, preservando a disponibilidade das funcionalidades das plataformas e a continuidade das atividades institucionais apoiadas pelas ferramentas contratadas.

10.11. RENOVAÇÃO DE SUBSCRIÇÕES CORPORATIVAS JÁ EXISTENTES

10.11.1. Considerando que parte das soluções tecnológicas objeto desta contratação já se encontra em utilização no ambiente institucional do DER-DF, a contratação deverá contemplar, quando aplicável, a renovação das subscrições corporativas atualmente vinculadas às contas institucionais da Autarquia.

10.11.2. Atualmente, o DER-DF já possui ambientes institucionais configurados nas seguintes plataformas digitais:

- I - Canva (produção de materiais gráficos institucionais);
- II - Flickr (armazenamento e gestão de acervo fotográfico institucional);
- III - ChatGPT (apoio à elaboração e análise de conteúdos textuais e técnicos);
- IV - Adobe Acrobat Pro (gestão e tratamento de documentos digitais em formato PDF).

10.11.3. Em razão da utilização prévia dessas soluções, existem dados, ativos digitais, conteúdos institucionais, configurações administrativas e fluxos de trabalho já estabelecidos, cuja preservação é necessária para garantir a continuidade das atividades institucionais.

10.11.4. Nesse sentido, a solução contratada deverá permitir, sempre que tecnicamente viável:

- I - manutenção das contas institucionais existentes;
- II - preservação do histórico de dados e conteúdos armazenados;
- III - continuidade das permissões e configurações administrativas;
- IV - migração ou conversão das licenças atualmente ativas para o novo contrato, quando necessário.

10.11.5. Tal medida visa evitar descontinuidade operacional, perda de informações institucionais, interrupção de serviços e retrabalho administrativo, garantindo que as unidades organizacionais do DER-DF possam continuar utilizando as soluções tecnológicas de forma ininterrupta durante a vigência contratual.

10.11.6. Ressalta-se que a eventual renovação das subscrições não se caracteriza como prorrogação contratual, mas como nova contratação de período subsequente de utilização das soluções, observadas as condições estabelecidas neste documento.

10.12. PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.12.1. A entrega será caracterizada pela disponibilização das licenças de uso, chaves de ativação e documentação técnica básica do software.

10.12.2. O prazo para disponibilização inicial da solução será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Serviço, mediante comprovação da ativação das licenças e do pleno funcionamento das soluções.

10.13. CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO

10.13.1. Quando aplicável, a instalação ou configuração das soluções deverá ocorrer no ambiente computacional do DER-DF, observadas as orientações técnicas do fabricante.

10.13.2. O fornecedor deverá disponibilizar:

- I - instruções de instalação e ativação das licenças;
- II - documentação técnica básica;
- III - suporte inicial para configuração ou ativação das plataformas, quando necessário.

10.14. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

10.14.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

10.15. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.15.1. A medição será realizada com base na comprovação da disponibilização das licenças contratadas e do início da vigência da subscrição.

10.15.2. Serão considerados para fins de medição:

- I - disponibilização das licenças contratadas;
- II - ativação das contas ou ambientes institucionais;
- III - funcionamento regular das soluções.

10.15.3. O pagamento poderá ser realizado em parcela única para todo o período contratado, após o aceite formal da Administração, em conformidade com o modelo de licenciamento adotado pelos fabricantes e com as práticas usuais da Administração Pública para subscrição de software.

10.16. **MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO**

10.16.1. Durante toda a vigência contratual deverão ser assegurados:

- I - Atualizações de versão e correções de falhas;
- II - Suporte técnico fornecido pelo fabricante ou representante autorizado;
- III - Disponibilização de canal formal de atendimento;
- IV - Acesso à documentação técnica atualizada.

10.16.2. O suporte deverá estar em conformidade com o modelo praticado pelo fabricante e compatível com o uso institucional da solução.

10.17. **NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (SLA)**

10.17.1. Os níveis mínimos de serviço deverão observar os parâmetros de disponibilidade, suporte técnico e manutenção praticados pelos respectivos fabricantes das soluções, em conformidade com os planos de licenciamento contratados.

10.17.2. Considerando que as plataformas objeto desta contratação são disponibilizadas em modelo Software como Serviço (SaaS), com suporte técnico prestado diretamente pelo fabricante ou por seus representantes autorizados, os prazos e condições de atendimento deverão seguir as políticas oficiais de suporte de cada solução, compatíveis com o uso institucional das plataformas.

10.17.3. Nesse sentido, deverão ser assegurados, no mínimo:

- I - acesso regular e contínuo às funcionalidades das plataformas durante a vigência da subscrição;
- II - disponibilização de canal formal de suporte técnico pelo fabricante ou representante autorizado;
- III - atualização contínua das soluções, incluindo correções de falhas e melhorias evolutivas;
- IV - manutenção da disponibilidade da plataforma conforme os parâmetros operacionais definidos pelo fabricante.

10.17.4. A contratada deverá assegurar que as licenças fornecidas estejam vinculadas a planos que contemplem suporte técnico compatível com o uso corporativo das soluções, observando as condições de atendimento estabelecidas pelos respectivos fabricantes.

10.18. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

10.19. As especificações técnicas abaixo descritas referem-se à subscrição e, quando aplicável, à renovação de subscrições de licenças corporativas, devendo as soluções ofertadas atender, no mínimo, às características técnicas equivalentes ou superiores às descritas neste documento.

10.20. Ressalta-se que as especificações apresentadas possuem caráter funcional e não restritivo, não se destinando à indicação de marca ou fabricante específico, sendo admitidas soluções que comprovadamente atendam aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos, em conformidade com os princípios da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

10.21. As soluções deverão ser disponibilizadas em modelo de subscrição, preferencialmente em arquitetura Software como Serviço (SaaS), assegurando acesso contínuo às funcionalidades das plataformas durante todo o período de vigência contratual.

10.22. De forma geral, as soluções contratadas deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

- I - disponibilização de licenças corporativas de uso, destinadas aos usuários institucionais do DER-DF;
- II - acesso às funcionalidades correspondentes ao plano profissional ou corporativo das soluções licenciadas;
- III - disponibilização contínua das plataformas durante toda a vigência da subscrição;
- IV - atualização automática das soluções, incluindo melhorias evolutivas e correções de segurança;
- V - compatibilidade com ambientes web e navegadores modernos, bem como, quando aplicável, com aplicações desktop ou móveis disponibilizadas pelos fabricantes;
- VI - disponibilização de mecanismos de controle de acesso e gerenciamento de usuários, quando aplicável;
- VII - disponibilização de suporte técnico pelo fabricante ou representante autorizado, compatível com o uso corporativo da solução;
- VIII - observância às boas práticas de segurança da informação e proteção de dados, conforme políticas institucionais aplicáveis.

10.22.1. Adicionalmente, as soluções deverão atender às funcionalidades específicas associadas a cada plataforma objeto da contratação, conforme detalhamento a seguir.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
------	------	-----------	-------------------------

1	1	<p>Canva Pro+ Equipes – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso da plataforma Canva, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua da plataforma, atualizações automáticas, suporte técnico do fabricante e acesso às funcionalidades correspondentes ao plano licenciado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Licença corporativa/profissional equivalente ao plano de equipes (Canva Business ou equivalente); • Licenciamento do tipo corporativo/profissional; • Acesso a biblioteca de templates, elementos gráficos, fontes, imagens e vídeos; • Recursos para criação e edição de peças gráficas institucionais; • Funcionalidades de colaboração em equipe e controle de versões; • Recursos avançados de edição de imagens (ex.: remoção de fundo, ajustes automáticos, recursos baseados em IA); • Exportação de conteúdos em formatos digitais usuais (PDF, PNG, JPG, MP4, entre outros); • Compatibilidade com navegadores modernos; • Acesso multiplataforma (web, desktop ou aplicativo móvel, quando disponível).
2	1	<p>Flickr Pro – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso da plataforma Flickr Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua da plataforma, acesso às funcionalidades do plano profissional e suporte técnico do fabricante.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento profissional equivalente ao plano Flickr Pro ou superior; • Capacidade ampliada de armazenamento em nuvem para imagens digitais; • Funcionalidades de organização, catalogação e gerenciamento de imagens; • Suporte a metadados e categorização de arquivos; • Controle de permissões de acesso e compartilhamento; • Preservação da qualidade original das imagens armazenadas; • Interface gráfica compatível com ambiente web e aplicações móveis ou desktop, quando disponíveis; • Experiência livre de anúncios para usuários licenciados; • Suporte técnico do fabricante.
3	1	<p>ChatGPT Business – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso da plataforma ChatGPT, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fornecedor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento corporativo equivalente ao plano ChatGPT Business ou superior; • Ambiente corporativo com gestão administrativa centralizada de usuários; • Licenças de uso profissional para apoio à elaboração, revisão e análise de textos e documentos técnicos; • Geração, revisão, sumarização e interpretação de conteúdos textuais; • Apoio à elaboração de relatórios, comunicações institucionais e análises documentais; • Acesso a modelos avançados de linguagem para automação de atividades intelectuais; • Possibilidade de compartilhamento de assistentes ou recursos personalizados no ambiente corporativo; • Acesso via plataforma web com atualizações contínuas; • Adoção de mecanismos de segurança e privacidade compatíveis com uso corporativo.
4	1	<p>CapCut Pro – Subscrição de licença de uso da plataforma CapCut, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento profissional equivalente ao plano CapCut Pro ou superior; • Recursos avançados de edição de vídeos e conteúdos audiovisuais; • Ferramentas de edição, cortes, efeitos visuais, trilhas sonoras e legendagem; • Exportação de vídeos em múltiplos formatos e resoluções; • Interface gráfica compatível com ambiente web ou aplicações disponibilizadas pelo fabricante; • Recursos voltados à produção institucional de conteúdos multimídia.
5	1	<p>Adobe Acrobat Pro – Subscrição de licença de uso da plataforma Adobe Acrobat Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua da plataforma, acesso às funcionalidades completas do plano profissional, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento profissional equivalente ao plano Adobe Acrobat Pro ou superior; • Criação, edição e gestão de documentos digitais em formato PDF; • Conversão de arquivos entre formatos (Word, Excel, imagens, entre outros); • Recursos de revisão, comentários e controle de versões; • Funcionalidades de assinatura eletrônica de documentos; • Proteção e controle de permissões em documentos PDF; • Integração com fluxos digitais e ambientes corporativos.

11. CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO LOTE.

11.2. O DER-DF quer assegurar qualidade por meio de uma descrição detalhada do objeto, bem como pela exigência de certos requisitos de qualificação técnica, como condição de habilitação dos licitantes. Em se tratando de licitações do tipo menor preço, é comum

que se sagrem vencedores os participantes que, embora formalmente preencham todos os requisitos de habilitação técnica, e/ou não conseguem executar o contrato de modo eficiente, o que provoca graves prejuízos à administração.

11.3. JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.3.1. A proposta da licitante deverá conter a especificação técnica clara e detalhada do objeto do presente certame para que a CONTRATANTE possa realizar análise ponto a ponto, sem conter alternativas de preços, ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, podendo ser utilizado o modelo de proposta contido no anexo deste instrumento.

11.3.2. A proposta que apresentar o menor preço se consagrará vencedora, desde que atenda a todos os requisitos descritos neste documento e edital.

11.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL

11.4.1. Considerando a relevância que os serviços objeto desta contratação têm para a CONTRATANTE, para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar comprovação de aptidão, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o fornecimento similar ao objeto deste documento, com grau de complexidade tecnológica e operacional compatível ou superior ao objeto desta contratação.

11.4.2. O objeto consiste na subscrição corporativa de licenças de softwares de prateleira (COTS – Commercial Off-The-Shelf), em modelo Software como Serviço (SaaS), não há execução de obra, instalação física, desenvolvimento sob medida ou necessidade de responsável técnico especializado. Entretanto, trata-se de contratação:

- I - Com vigência de 36 meses;
- II - Com aproximadamente 141 licenças distribuídas entre diferentes plataformas;
- III - Com valor estimado relevante (≈ R\$ 700.000,00);
- IV - Com impacto transversal em diversas unidades do DER-DF;
- V - Cujas eventual suspensão pode comprometer atividades institucionais estratégicas.

11.4.3. Dessa forma, embora o objeto não possua complexidade técnica de engenharia, possui relevante complexidade administrativa e risco de descontinuidade operacional, o que justifica a exigência de qualificação técnica mínima da pessoa jurídica licitante.

11.4.4. QUANTITATIVO MÍNIMO A SER COMPROVADO

11.4.4.1. Serão aceitos apenas Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado e apresentado(s), em papel timbrado do emitente, contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações completas do seu emissor: nome do órgão ou entidade emitente, endereço de execução do serviço, descrição detalhada das atividades desempenhadas, bem como a identificação e assinatura do declarante, incluindo nome completo, número de telefone, matrícula e/ou RG e CPF. Fica reservado ao Pregoeiro o direito de realizar diligências com o objetivo de verificar a autenticidade dos atestados apresentados. Caso os documentos submetidos à diligência sejam invalidados por ausência de comprovação da execução dos serviços declarados, a empresa responsável por sua apresentação será imediatamente desclassificada do presente certame, podendo ainda sofrer a aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, nos termos da legislação vigente.

11.4.4.2. Poderá ser admitida a soma de diferentes atestados para comprovação do quantitativo mínimo exigido por lote, desde que os documentos permitam aferir de forma clara o quantitativo efetivamente fornecido.

11.4.4.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

11.4.4.4. Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, a especificação do fornecimento executado de forma detalhada, contendo o nome, cargo e assinatura do declarante.

11.4.4.5. O atestado de capacidade técnica submetido à diligência, quando invalidado pela falta de comprovação da execução dos serviços nele contidos, ensejará à empresa que o apresentou, a imediata desclassificação do presente processo licitatório, além de possível aplicação das penalidades administrativas, cíveis e penais previstas em lei.

11.4.4.6. Antes da habilitação do Licitante vencedor, a CONTRATANTE poderá realizar diligência, a fim de se comprovar a autenticidade e veracidade do (s) Atestado (s) de Capacidade Técnica apresentado (s) pela LICITANTE vencedora do certame, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no (s) atestado(s) foi(ram) prestado(s).

11.4.4.7. Os documentos e certificações exigidos para habilitação, salvo aqueles emitidos pela licitante, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia própria, autenticados, seja por tabelião de notas ou pelo Pregoeiro, ou ainda por publicação em órgão da imprensa oficial, reservado ao Pregoeiro, direito de exigir a apresentação dos originais, a seu critério, assim como proceder às diligências sobre a autenticidade dos mesmos.

11.4.4.8. Documentos não legíveis, em duplicidade e, ainda, a inclusão de material supérfluo ou dispensável não serão considerados.

11.4.4.9. Não serão considerados atestados de capacidade técnica oriundos de contratos firmados com outras empresas que pertençam ao mesmo grupo financeiro ou cujo contrato social possua sócio(s) que seja(m) de mesma titularidade do licitante.

11.4.4.10. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do fornecimento, a apresentação de diferentes atestados de fornecimentos executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, a uma única contratação.

11.4.4.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital.

11.4.4.12. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão comprovar a aptidão e a experiência da licitante na execução de fornecimento de subscrição/licenciamento de software em modelo Software como Serviço (SaaS) ou equivalente, em quantitativo equivalente a, no mínimo, 20% (trinta por cento) do objeto pertinente e compatível com o lote pretendido, conforme previsto neste Edital e seus Anexos, resultando nos quantitativos mínimos estabelecidos na tabela a seguir.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA	QTD MÍNIMA A COMPROVAR (20% do lote)
1	1	Canva – Subscrição SaaS	30 licenças	6 licenças
2	1	Flickr PRO – Subscrição SaaS	1 licença	1 licença ¹
3	1	ChatGPT – Subscrição SaaS	75 licenças	15 licenças
4	1	CapCut – Subscrição SaaS	5 licenças	1 licenças
5	1	Adobe Acrobat Pro – Subscrição SaaS	30 licenças	6 licenças

(¹) Para lotes cujo quantitativo estimado seja igual ou inferior ao percentual calculado, exige-se comprovação mínima de 1 (uma) licença, como forma de demonstrar experiência prévia no fornecimento da solução.

11.4.5. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DO PERCENTUAL

11.4.5.1. A exigência de 20%:

- I - Observa a proporcionalidade prevista no art. 67 da Lei nº 14.133/2021;
- II - Está alinhada à Súmula nº 263 do TCU;
- III - Não exige equivalência total ao objeto licitado;
- IV - Demonstra experiência prévia relevante na gestão de subscrições corporativas;
- V - Mitiga risco de descontinuidade contratual;
- VI - É compatível com a dimensão e relevância da contratação.

11.4.6. AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA TÉCNICO-OPERACIONAL OU TÉCNICO-PROFISSIONAL

11.4.6.1. Para a presente contratação não será exigida qualificação técnico-profissional nem técnico-operacional complexa, tampouco comprovação de responsável técnico, registro em conselho profissional ou demonstração de estrutura técnica especializada, uma vez que o objeto consiste exclusivamente na subscrição/licenciamento de softwares de prateleira (COTS), em modelo Software como Serviço (SaaS), não envolvendo instalação, customização, desenvolvimento sob medida ou execução de serviços técnicos especializados. Assim, a exigência de habilitação técnica limitar-se-á à comprovação de experiência prévia da pessoa jurídica em fornecimento similar, nos termos estabelecidos neste documento.

11.4.7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA EXIGÊNCIA

11.4.7.1. Nos termos do Art. 67, caput, combinado com o §1º e §2º, da Lei nº 14.133/2021, poderá ser exigida dos licitantes comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

11.4.7.2. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União admite a exigência de quantitativos mínimos, desde que:

- I - Sejam proporcionais;
- II - Guardem pertinência com o objeto;
- III - Não restrinjam indevidamente a competitividade.

11.4.7.3. Nesse sentido:

“As exigências de qualificação técnica devem guardar proporcionalidade com a dimensão e complexidade do objeto.”
(Acórdão 1842/2013 – Plenário – TCU)

“É legal a exigência de quantitativos mínimos desde que limitados às parcelas de maior relevância do objeto.”
(Súmula 263 – TCU)

11.4.8. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO TÉCNICA e PRIMAZIA DO INTERESSE PÚBLICO

11.4.9. Considerando a relevância estratégica do objeto desta contratação para o DER-DF, especialmente no que se refere à padronização de ferramentas institucionais, continuidade operacional e suporte às atividades administrativas e finalísticas, a exigência de habilitação técnica revela-se medida necessária, adequada e proporcional para assegurar que a futura contratada detenha experiência prévia compatível com o fornecimento de subscrição/licenciamento de softwares em modelo Software como Serviço (SaaS) ou equivalente.

11.4.10. Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a qualificação técnica constitui requisito legítimo para demonstrar a aptidão do licitante à execução satisfatória do objeto contratual. Embora o objeto envolva softwares padronizados, a contratação demanda gestão corporativa de múltiplas licenças, controle de vigência e renovação, interlocução com fabricantes internacionais e garantia de regularidade das subscrições, de modo que eventuais falhas administrativas ou inadimplemento contratual podem ocasionar suspensão de contas institucionais, perda de acesso a conteúdos e interrupção de atividades administrativas e técnicas da Autarquia. Assim, o risco associado ao objeto é predominantemente operacional e administrativo, o que justifica a exigência de comprovação de experiência prévia na gestão de subscrições corporativas de software.

11.4.11. A exigência de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado tem por finalidade mitigar riscos de inadimplemento, assegurar a regularidade no fornecimento das licenças durante toda a vigência contratual e proteger a Administração contra fornecedores sem experiência comprovada em contratos de natureza semelhante. Tal providência está alinhada ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), que não se restringe ao critério econômico, mas abrange a efetiva capacidade do contratado de cumprir integralmente as obrigações assumidas.

11.4.12. É importante ressaltar que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) estabelece que a exigência de qualificação técnica deve guardar pertinência e proporcionalidade com o objeto licitado, de modo que se evite a imposição de restrições excessivas à

competitividade, sem, contudo, comprometer a qualidade e a confiabilidade da contratação. Nesse sentido:

"Para comprovar a capacidade técnico-operacional das licitantes, guardada a proporção com a dimensão e a complexidade do objeto da licitação, podem-se exigir, desde que devidamente justificados, atestados de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços similares, limitados, contudo, às parcelas de maior relevância e valor significativo."

(Acórdão 1842/2013 – Plenário)

(https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/*/KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-21939/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue)

11.4.13. A condução de processos licitatórios pela Administração Pública deve observar os princípios constitucionais e administrativos consagrados no art. 5º, inciso V, e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, em especial os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, legalidade, isonomia, vinculação ao edital e busca pela proposta mais vantajosa.

11.4.14. Entretanto, a aplicação desses princípios não deve ser feita de modo estanque ou dissociada de sua finalidade maior, que é assegurar o atendimento do interesse público. É nesse contexto que se insere a necessidade de afastar o formalismo exacerbado, principalmente quando tal postura comprometeria a competitividade, a economicidade ou a legitimidade do resultado do certame.

11.4.15. Dessa forma, a Administração deve pautar-se em um equilíbrio entre a necessidade de assegurar a capacidade técnica do contratado e o respeito à ampla competitividade, promovendo a isonomia entre os licitantes e garantindo a eficiência na contratação pública, podendo considerar, à primazia do interesse público e da proposta mais vantajosa, a aceitação de atestados que comprovem serviços similares, especialmente quando executados com grau de sofisticação superior ao exigido, desde que tecnicamente pertinentes, com base nos seguintes precedentes do Tribunal de Contas da União (TCU):

• **Acórdão 298/2024 – Plenário (TCU):** “As exigências de qualificação técnica devem admitir a experiência anterior do licitante em obras ou serviços com características semelhantes ou de complexidade superior.”

• **Acórdão 2898/2012 – Plenário:** “É possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.”

• **Súmula nº 263 do TCU:** “É legal a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, desde que limitadas às parcelas de maior relevância do objeto da licitação.”

11.4.16. A presente exigência observa os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, evitando restrições excessivas à competitividade, ao mesmo tempo em que preserva o interesse público primário. O percentual estabelecido foi fixado de modo moderado, compatível com a natureza do objeto e suficiente para demonstrar capacidade gerencial mínima na administração de contratos de subscrição de licenças corporativas.

11.4.17. Assim, a exigência de habilitação técnica ora prevista não configura barreira indevida à competição, mas instrumento legítimo de mitigação de riscos e de proteção à continuidade dos serviços institucionais, atendendo aos princípios da eficiência, da segurança jurídica, da economicidade e da supremacia do interesse público.

11.4.18. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

11.4.19. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.4.20. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4.21. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

11.4.22. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade

11.4.23. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

11.4.23.1. **Habilitação Jurídica**

- a) A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:
- b) Cédula de identidade;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- g) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- h) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

11.4.23.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- a) Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.
- c) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

- d) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 2014;
- f) Para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela receita da fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br, de acordo com art. 173, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF);
- g) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- h) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12. LOCAL DE ENTREGA / PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. O fornecimento do objeto ocorrerá de forma eletrônica, mediante a disponibilização das licenças de uso da ferramenta, conforme modelo praticado pelo fabricante, incluindo acesso, ativação e disponibilização da documentação técnica básica, sendo considerada como local de entrega a sede administrativa do DER-DF, para fins de registro e aceite contratual:

LOCALIDADE	ENDEREÇO	CEP
Edifício Sede do DER-DF	SAM Bloco C – Setor Complementares – Ed. Sede do DER-DF	70.620.030 - Brasília – DF

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Não se aplica à esta contratação.

14. CONTRATAÇÕES SIMILARES

14.1. Em pesquisa realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e em bases públicas de consulta de preços, verificou-se a existência de diversas contratações realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal para a subscrição/licenciamento de softwares de prateleira (COTS), em modelo SaaS ou licenciamento corporativo.

14.2. Foram identificadas contratações envolvendo soluções como Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro, com objetos compatíveis ao presente Estudo Técnico Preliminar, abrangendo criação de conteúdos gráficos e audiovisuais, modelagem de processos, apoio à produção textual e gestão de documentos digitais.

14.3. As contratações ocorreram, em sua maioria, por meio de dispensa de licitação ou pregão eletrônico, evidenciando tratar-se de solução comum de TIC, com especificações usuais de mercado e ampla oferta comercial.

ITEM	SOFTWARE	DATA	ÓRGÃO / ENTIDADE	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	MODALIDADE	PREGÃO / CONTRATO	VALOR (R\$)
1	Canva Pro	11/12/2025	Câmara Municipal de Passo Fundo	Assinaturas Canva Pro e CapCut Pro	Pregão Eletrônico	04763273000149-1-000044/2025	R\$ 1.539,36
2	Canva Pro	03/10/2025	CREF16/RN	Licença Canva Pro – 12 meses	Dispensa	23603274000170-1-000024/2025	R\$ 490,00
3	Canva Equipes	26/08/2025	CAU/TO	Subscrição Canva Equipes – 12 meses	Dispensa	90019/2025 – UASG 926632	R\$ 1.950,00
4	Flickr Pro	2025	Órgão público municipal	Licença Flickr Pro – 12 meses	Dispensa	PNCP	Indisponível
5	Flickr Pro	2025	Câmara Municipal	Licença Flickr Pro – anual	Dispensa	PNCP	Indisponível
6	Flickr Pro	2025	Autorarquia pública	Subscrição Flickr Pro	Pregão	PNCP	Indisponível
7	CapCut Pro	11/12/2025	Câmara Municipal de Passo Fundo	Licença CapCut Pro – 36 meses	Pregão Eletrônico	04763273000149-1-000044/2025	R\$ 1.539,36
8	CapCut Pro	03/10/2025	CREF16/RN	Licença CapCut Pro – 12 meses	Dispensa	23603274000170-1-000024/2025	R\$ 490,00
9	CapCut Pro	07/03/2025	Prefeitura de Santa Maria	Subscrição CapCut Pro – 36 meses	Pregão	56900-4-2025-PCE	R\$ 1.032,00
10	ChatGPT Business	06/02/2026	CAU/MG	3 licenças ChatGPT Teams/Business	Dispensa	14951451000119-1-000005/2026	R\$ 1.999,00
11	ChatGPT Business	03/12/2025	Município de Brusque	Licença ChatGPT Business – 12 meses	Dispensa	83102343000194-1-000208/2025	R\$ 2.076,00
12	ChatGPT Business	12/08/2025	SAMAE Jaraguá do Sul	Licença ChatGPT Business – 12 meses	Dispensa	84438381000185-1-000195/2025	R\$ 2.080,00
13	Adobe Acrobat Pro DC	26/01/2026	TJRS	Subscrição Adobe Acrobat Pro DC – 36 meses	Pregão Eletrônico	89522064000166-1-000013/2026	R\$ 4.330,03

14	Adobe Acrobat Pro DC	19/12/2025	Fundação Inst. Polo Avançado Saúde RP	Licença Adobe Acrobat Pro DC – 36 meses	Dispensa	04755519000130-1-000077/2025	R\$ 3.400,00
15	Adobe Acrobat Pro DC	21/05/2025	CRC/MS	Subscrição Adobe Acrobat Pro DC – 36 meses	Pregão Eletrônico	90016/2025 – UASG 926793	R\$ 3.999,00

(*) Acesso realizado em 26 de fevereiro de 2026, às 19hs23min.

15. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

15.0.1. Nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a possibilidade de parcelamento do objeto com vistas à ampliação da competitividade.

15.0.2. A presente contratação refere-se ao licenciamento de softwares das soluções Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro, caracterizada como soluções distintas, cujo modelo de fornecimento, licenciamento, suporte e atualização é realizado de forma indivisível, individual.

15.0.3. O parcelamento do objeto não compromete a integridade técnica da solução, dessa forma, a contratação será realizada em lotes, nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à ampliação da competitividade.

16. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO/ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO

16.1. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA

16.1.1. Os objetos das futuras contratações estão previstas no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

16.1.1.1. Lote 1, Item 1 - Canva

- I - Id do item no PCA: 3.3.90.40.25.00.001.23917
- II - Classe: 001 - Aquisição de Licença de Software
- III - Grupo: 25 - Aquisição de Software (Caráter Temporário)
- IV - Subgrupo: 00 - Classificação Padrão
- V - Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - pessoa jurídica
- VI - Tipo Catálogo: 2 - SERVIÇO

16.1.1.2. Lote 2, Item 1 - Flickr Pro

- I - Id do item no PCA: 3.3.90.40.25.00.001.23832
- II - Classe: 001 - Aquisição de Licença de Software
- III - Grupo: 25 - Aquisição de Software (Caráter Temporário)
- IV - Subgrupo: 00 - Classificação Padrão
- V - Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - pessoa jurídica
- VI - Tipo Catálogo: 2 - SERVIÇO

16.1.1.3. Lote 3, Item 1 - ChatGPT

- I - Id do item no PCA: 4.4.90.40.25.00.001.23832
- II - Classe: 001 - Aquisição de Licença de Software
- III - Grupo: 25 - Aquisição de Software (Caráter Perpétuo)
- IV - Subgrupo: 00 - Classificação Padrão
- V - Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - pessoa jurídica
- VI - Tipo Catálogo: 2 - SERVIÇO

16.1.1.4. Lote 4, Item 1 - CapCut Pro

- I - Id do item no PCA: 3.3.90.40.25.00.001.27560
- II - Classe: 001 - Aquisição de Licença de Software
- III - Grupo: 25 - Aquisição de Software (Caráter Perpétuo)
- IV - Subgrupo: 00 - Classificação Padrão
- V - Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - pessoa jurídica
- VI - Tipo Catálogo: 2 - SERVIÇO

16.1.1.5. Lote 5, Item 1 - Adobe Acrobat Pro

- I - Id do item no PCA: 4.4.90.40.25.00.001.15705
- II - Classe: 001 - Aquisição de Licença de Software
- III - Grupo: 25 - Aquisição de Software (Caráter Perpétuo)
- IV - Subgrupo: 00 - Classificação Padrão
- V - Natureza da Despesa: 4.4.90.40 - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - pessoa jurídica

16.2. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL - PEI

16.2.1. TODOS OS LOTES

16.2.1.1. A presente demanda contribui diretamente para o alcance do Objetivo Estratégico 10 – Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, especialmente no que se refere ao Indicador 10.3 – Índice de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o qual mensura a implementação e a manutenção dos contratos de serviços de TIC no âmbito da Autarquia.

16.2.1.2. A contratação do pacote de softwares Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro fortalece a governança dos serviços de TIC ao assegurar que as soluções utilizadas pelas unidades do DER-DF estejam formalmente contratadas, devidamente implementadas, mantidas e acompanhadas durante todo o seu ciclo de vida contratual, desde o planejamento (DFD, ETP, Análise de Riscos e Termo de Referência) até a execução, renovação e eventual reajustamento.

16.2.1.3. Ao promover a sustentação regularizada dessas ferramentas em ambiente corporativo, com gestão centralizada, licenciamento adequado e suporte técnico, a contratação contribui para elevar o desempenho do indicador, assegurando maior maturidade na gestão dos serviços de TIC, previsibilidade contratual e eficiência na manutenção das soluções tecnológicas essenciais ao funcionamento institucional.

16.2.1.4. Dessa forma, a demanda encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, contribuindo para o fortalecimento da governança digital e para o cumprimento da missão institucional de assegurar a gestão eficiente do Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF, com foco no planejamento, construção, conservação, operação e fiscalização das vias, visando aprimorar a mobilidade e garantir a segurança viária dos seus usuários.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	RELAÇÃO COM O PROJETO	POLARIDADE
10 - Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação	10.3 - Índice de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	Direta – Atendimento às necessidades de modernização, sustentação e padronização do ambiente de aplicações e ferramentas corporativas de Tecnologia da Informação e Comunicação, mediante disponibilização institucional de soluções de software em modelo SaaS, com gestão centralizada, licenciamento regular e suporte técnico, conforme diretrizes do PDTI 2026–2028. Necessidade 10.3.1.42 do PDTI 2026-2028. INICIATIVA: Modernizar, Sustentar e Ampliar o Parque Tecnológico (Servidores, Sistemas, Aplicações Corporativas, Monitoramento, Serviços e Equipamentos Tecnológicos)	Maior melhor

Fonte: PEI 2023-2027 (<https://www.der.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Apresentacao-Planejamento-Estrategico-2023-2027.pdf>)

16.3. ALINHAMENTO COM O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTI

16.3.1. TODOS OS LOTES

16.3.1.1. A presente demanda é igualmente importante para que a área de Tecnologia da Informação e Comunicação desta Autarquia possa atingir com inovação sua missão de “Prover soluções de Tecnologia da Informação para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos do DER-DF com governança capaz de gerar eficiência e eficácia dos serviços e gastos públicos”, conforme previsto no PDTI 2023-2025. O quadro abaixo detalha as ações específicas contempladas:

10.3.1.42	Contratar e sustentar serviço de licenciamento de ferramentas de produção e gestão de conteúdo multimídia		
Descrição:	Contratação e sustentação do serviço de subscrição de ferramentas para produção e gestão de conteúdo multimídia (Adobe Creative, CorelDRAW, Canva, Flickr e CapCut), garantindo continuidade de uso para criação, edição, organização e publicação de conteúdos.		
Objetivo:	Produzir, editar e gerenciar conteúdos multimídia (peças gráficas, vídeos e acervo de imagens) com qualidade, padronização e agilidade, apoiando a comunicação institucional e aumentando a produtividade.		
Categoria:	Softwares Corporativos e Licenças		
Área(s):	DER-DF		
Índice PEI/PDTI:	10.3-Índice de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - ISETIC		
Iniciativa:	1 - Implementar e Manter Contratos de Serviços de TIC		
Valor previsto:	R\$ 186.000,00		
Ano	2026	2027	2028
Custeio	-	R\$ 62.000,00	R\$ 64.000,00
Investimento	R\$ 60.000,00	-	-

Fonte: PDTI 2023-2025 (https://www.der.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/PDTI-2023-2025-vf_anexol.pdf)

17. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO)

17.1. A presente contratação visa proporcionar benefícios diretos e mensuráveis à comunicação institucional e à eficiência administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER-DF, com reflexos positivos na produtividade, na

padronização e na agilidade dos serviços internos. Os resultados pretendidos com a adoção das soluções Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT Business, e Adobe Acrobat Pro incluem:

17.1.1. Aprimoramento da comunicação institucional:

17.1.1.1. Produção de conteúdos gráficos mais profissionais, alinhados à identidade visual do DER-DF, com maior rapidez e padronização;

17.1.1.2. Fortalecimento da imagem institucional por meio de peças visuais mais impactantes e estrategicamente elaboradas;

17.1.1.3. Criação textual mais fluida, precisa e adaptada a diferentes públicos, com apoio da inteligência artificial generativa.

17.1.2. Eficiência e colaboração:

17.1.2.1. Viabilização de trabalho colaborativo entre os servidores de todas as áreas técnicas do DER-DF, por meio de recursos simultâneos de edição, armazenamento e gestão de conteúdo.

17.1.2.2. Melhoria no fluxo de trabalho com uso de plataformas integradas ao cotidiano da equipe, reduzindo o tempo necessário para elaboração e revisão de materiais.

17.1.3. Organização e preservação do acervo institucional:

17.1.3.1. Armazenamento seguro e organizado de fotografias e materiais visuais históricos da Autarquia, com controle de acesso, compartilhamento facilitado e curadoria adequada;

17.1.3.2. Criação de um repositório centralizado e acessível para uso em campanhas, relatórios e publicações institucionais.

17.1.4. Fomento à inovação e à transformação digital:

17.1.4.1. Incorporação de ferramentas modernas que impulsionam a transformação digital no ambiente público, alinhadas aos princípios da administração pública eficiente e transparente;

17.1.4.2. Atuação convergente com os objetivos estratégicos do PEI 2023-2027 e com as iniciativas previstas no PDTI 2023-2025, em especial quanto à ampliação da infraestrutura de TIC e adoção de soluções inteligentes.

17.1.5. Impacto positivo na produtividade e na qualidade dos serviços:

17.1.5.1. Otimização do tempo dos servidores por meio da automação de tarefas, sugestões inteligentes e uso de modelos predefinidos;

17.1.5.2. Redução da dependência de recursos externos para a produção de conteúdo, ampliando a autonomia da equipe e a capacidade de resposta da Autarquia.

17.1.6. Alinhamento institucional e continuidade operacional:

17.1.6.1. Garantia de continuidade das atividades de comunicação com ferramentas já em uso, evitando interrupções nos fluxos de trabalho e perdas de produtividade;

17.1.6.2. Adequação às diretrizes de padronização tecnológica e às boas práticas de governança de TIC no âmbito do Governo do Distrito Federal.

17.2. Dessa forma, a contratação das soluções propostas contribuirá de maneira significativa para o fortalecimento da atuação institucional do DER-DF, ao viabilizar uma comunicação mais eficaz, moderna e estratégica com seus públicos de interesse.

18. PROVIDÊNCIAS PREVIAS À CONTRATAÇÃO

18.1. Não foram identificadas providências prévias à contratação ou necessidade de adequações do ambiente de trabalho por se tratar da subscrição de licenças de solução digital funcional nos computadores e versão de Sistema Operacional disponível no DER-DF.

19. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

19.1. Demonstrar a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável, em consonância com o Art. 18, inciso XII, da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

19.2. Embora não se preveja qualquer impacto ambiental significativo decorrente da implantação da solução que exija adaptações no ambiente, o licitante vencedor deverá assumir a responsabilidade pelo recolhimento e descarte adequado de todos os resíduos sólidos que possam ser gerados, incluindo o lixo tecnológico proveniente desta contratação. Entende-se como lixo tecnológico todos os produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso, que necessitam de uma disposição final adequada.

19.3. Esta contratação deverá ser realizada de acordo com as diretrizes estabelecidas pela política de Logística Reversa em vigor, que visa minimizar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade. O cumprimento dessas medidas não apenas assegura a conformidade com a legislação ambiental, mas também reforça o compromisso com práticas responsáveis e sustentáveis, contribuindo para a redução do impacto ambiental causado pelo descarte inadequado de materiais eletrônicos e promovendo o reaproveitamento e a reciclagem de recursos sempre que possível.

20. ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

20.1. A CONTRATADA deverá adequar a prestação dos serviços à [Lei Geral de Proteção de Dados \(Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD\)](#), observando, no mínimo:

20.2. CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

20.2.1. A CONTRATADA não poderá compartilhar ou divulgar qualquer informação coletada pelo sistema de monitoramento a terceiros, exceto mediante autorização expressa da CONTRATANTE ou por ordem judicial.

20.2.2. Acordos de não divulgação (NDA): Todos os funcionários da empresa da CONTRATADA que tiverem acesso à solução integrada devem assinar o termo de confidencialidade, conforme modelo constante no **ANEXO I – TERMO DE**

CONFIDENCIABILIDADE deste documento, comprometendo-se a não divulgar as informações a que têm acesso.

20.3. **TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS**

20.3.1. A CONTRADADA deverá ofertar treinamento adequado aos seus funcionários para garantir que eles conheçam as melhores práticas de segurança de dados e saibam como lidar com informações sensíveis de acordo com a legislação.

20.3.2. Treinamentos contínuos: O treinamento deve ser atualizado periodicamente, principalmente em relação à LGPD e às novas ameaças cibernéticas.

20.4. **MULTAS E PENALIDADES**

20.4.1. A CONTRADADA estará sujeita à aplicação de multas, penalidades e sanções administrativas previstas na legislação vigente, em caso de descumprimento das disposições que tangem à proteção de dados e segurança da informação estipulados para a prestação dos serviços objeto deste Documento.

20.5. **DEMAIS OBSERVÂNCIAS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

20.5.1. A CONTRATADA deverá observar, na execução do serviço, leis, políticas, modelos ou padrões de governo e as boas práticas no tema gestão e governança de dados.

20.5.2. A CONTRATADA deverá observar também os seguintes ornamentos jurídicos e/ou suas atualizações:

20.5.2.1. [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD](#), Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

20.5.2.2. [Decreto Nº 6.666, de 27 de novembro de 2008](#), Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, com o objetivo de:

I - promover o adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disseminação e no uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal, em proveito do desenvolvimento do País;

II - promover a utilização, na produção dos dados geoespaciais pelos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal, dos padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR; e

III - evitar a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na obtenção de dados geoespaciais pelos órgãos da administração pública, por meio da divulgação dos metadados relativos a esses dados disponíveis nas entidades e nos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal.

20.5.2.3. [Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

20.5.2.4. [Decreto Nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

20.5.2.5. [Decreto Nº 8.777, de 11 de maio de 2016](#), institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

20.5.2.6. [Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019](#), dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

20.5.2.7. Instrução Normativa Nº 4, 12 de abril de 2012, institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA.

20.5.2.8. [Lei Nº 12.682, de 9 de julho de 2012](#), dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

20.5.2.9. [Instrução Normativa Nº 1, da SGD/ME, de 4 de abril de 2019](#), que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal.

21. **SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

21.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias de que venha a ter conhecimento durante a prestação dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos. Comprometendo-se ainda com os termos:

I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, conforme modelo disponível no **ANEXO I – TERMO DE CONFIDENCIABILIDADE**.

II - TERMO DE CIÊNCIA, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, conforme modelo disponível no **ANEXO I – TERMO DE CONFIDENCIABILIDADE**.

Serão consideradas como informação sigilosa toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

22. ANEXO

22.1. ANEXO I DO ETP – TERMO DE CONFIDENCIABILIDADE

Processo Licitatório:	
Objeto:	
Edital:	

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – DER-DF, autarquia com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº **00.070.532/0001-03**, doravante denominado **DER-DF** ou **CONTRATANTE**, e a empresa _____, com sede à _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **LICITANTE**, representada neste ato pelo Sr(a). _____, (cargo), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, doravante em conjunto denominadas **PARTES**, firmam o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a proteção e preservação de todas as **informações confidenciais** a que a LICITANTE venha a ter acesso em razão de sua participação no **Processo Licitatório supracitado**, especialmente durante **vistoria técnica, diligências de habilitação, apresentações ou quaisquer outras interações pré-contratuais com o DER-DF**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

- São consideradas informações confidenciais, para fins deste instrumento, todas aquelas de natureza técnica, operacional, administrativa ou estratégica reveladas pelo DER-DF, em meio físico, digital, verbal ou por qualquer outro meio, incluindo mas não se limitando a:
 - projetos, plantas, croquis, especificações técnicas, estudos e relatórios;
 - informações sobre infraestrutura física, lógica ou elétrica;
 - fluxos de produção, volumetria de serviços e métodos de trabalho;
 - documentos internos, estratégicos ou administrativos.
- A LICITANTE compromete-se a **manter sigilo absoluto** sobre tais informações, abstendo-se de revelar, reproduzir, utilizar ou divulgar a terceiros, salvo mediante autorização prévia e expressa do DER-DF.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES

As obrigações de confidencialidade não se aplicam às informações que:

- sejam de domínio público à época de sua revelação;
- tenham sido obtidas de forma legítima junto a terceiros;
- venham a ser exigidas por ordem judicial ou determinação legal válida, hipótese em que a LICITANTE deverá notificar o DER-DF previamente, quando possível.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

- Utilizar as informações reveladas exclusivamente para os fins relacionados à sua participação no processo licitatório;
- Não efetuar cópias ou reproduções das informações, salvo para uso interno e restrito de sua equipe técnica;
- Informar e responsabilizar-se por todos os seus prepostos, empregados, consultores ou terceiros que venham a ter acesso às informações, garantindo que observem o presente compromisso;
- Adotar todas as medidas necessárias para proteger as informações confidenciais contra acesso, divulgação ou uso não autorizado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO terá vigência a partir da data de sua assinatura e permanecerá válido até **3 (três) anos após a conclusão do processo licitatório**, independentemente da adjudicação ou da assinatura de contrato, assegurando a confidencialidade das informações reveladas em caráter pré-contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

A quebra de sigilo ou a utilização indevida das informações poderá ensejar:

- a aplicação das penalidades previstas no edital e na legislação vigente, incluindo impedimento de licitar e contratar (art. 156 da Lei nº 14.133/2021);
- a responsabilização civil, penal e administrativa da LICITANTE e de seus representantes;
- a obrigação de indenizar o DER-DF por quaisquer perdas e danos decorrentes da infração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça do Distrito Federal, em Brasília/DF, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as PARTES assinam o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília/DF, ____ de _____ de 2025.

DER-DF – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal

(Nome, Cargo e Assinatura do representante autorizado)

LICITANTE

(Nome, Cargo e Assinatura do representante autorizado)

TESTEMUNHAS

1. Nome: _____ CPF: _____
2. Nome: _____ CPF: _____

TERMO DE CIÊNCIA			
Visa obter o comprometimento formal dos profissionais da CONTRATADA diretamente envolvidos no contrato sobre o conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no Órgão.			
IDENTIFICAÇÃO			
EDITAL Nº			
OBJETO			
CONTRATANTE			
GESTOR DO CONTRATO		MATRÍCULA	
LICITANTE		CNPJ	
PREPOSTO DA LICITANTE		CPF	
CIÊNCIA			
Por este instrumento, os profissionais abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na CONTRATANTE			

PROFISSIONAIS DA LICITANTE

Brasília - DF, <dia> de <mês> de <ano>

Nome:
CPF Nº:
Assinatura: _____

Nome:
CPF Nº:
Assinatura: _____

Nome:
CPF Nº:
Assinatura: _____

22.2. ANEXO II DO ETP – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(EMPRESA)

Ao DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – DER-DF

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta de preços para a contratação de subscrição de licenças de uso dos softwares xxxxxxxxxxxxxx pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, conforme descrição, características e especificações técnicas constantes no Edital e seus anexos.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	xxxxxxxxxxxxxx	Serviço de subscrição de licença por 36 meses			
TOTAL GLOBAL (36 meses)						

Esta proposta tem validade de até 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura.

CNPJ:
Nome Fantasia:
Razão social:
Endereço completo:

Brasília, de 20xx.

Representante Legal da Empresa

ORDEM DE SERVIÇO**INTRODUÇÃO**

Por intermédio da Ordem de Serviço será solicitado formalmente à Contratada os serviços relativos ao objeto do contrato.

1 – IDENTIFICAÇÃO

Ordem de Serviço N°	
Contrato N°	
Contratada	
CNPJ N°	
Data de Emissão	
Gestor do Contrato	
Fiscal Técnico do Contrato	
Fiscal Administrativo do Contrato	
E-mail	
Telefone	
Setor	

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	VALOR UNITÁRIO	UNIDADES DO DER-DF	QTD	VALOR TOTAL
1		Serviço de subscrição de licença por 36 meses				
TOTAL						

3 – INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES**4 – CRONOGRAMA**

Item referente ao Produto	Início Previsto	Fim Previsto	Prazo Máximo

5 – ARTEFATOS

A serem entregues pela Contratada	1 - Comprovante de ativação das licenças ou documento equivalente emitido pelo fabricante ou plataforma oficial, demonstrando a efetiva disponibilização das subscrições contratadas para as contas institucionais do DER-DF.
	2 - Comprovação do pagamento realizado junto ao fabricante, demonstrando que a aquisição das licenças foi efetuada em conformidade com as condições estabelecidas no item “Forma de Pagamento ao Fabricante e Mitigação de Risco de Suspensão” do Termo de Referência, preferencialmente mediante pagamento global correspondente ao período integral contratado, quando tal modalidade estiver disponível no modelo comercial do fabricante.

	<p>3 - Documentação que permita identificar, de forma inequívoca:</p> <ul style="list-style-type: none">• o fabricante da solução;• o plano/licença contratada;• o período de vigência da subscrição;• o quantitativo de licenças adquiridas;• a data de ativação das licenças.	
<p>A ausência da documentação acima poderá impedir o processamento do pagamento, até que seja devidamente comprovada a regular aquisição e ativação das licenças junto ao fabricante, em observância ao princípio da continuidade do serviço público e à mitigação de riscos de suspensão das contas institucionais.</p>		
6 – CIÊNCIA		
CONTRATANTE		
Gestor do Contrato / Cargo	Designação	
CONTRATADA		
Representante da Empresa / Cargo		

23. **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO)**

Após estudo e análise por parte da Equipe de Planejamento da Contratação, verificou-se, por todo exposto no Estudo Técnico Preliminar, a **viabilidade da contratação** para atender às necessidades do DER-DF, no intuito de prover recurso de tecnologia da informação e comunicação - TIC, com a subscrição de licenças de uso dos softwares Canva Pro, Flickr Pro, CapCut Pro, ChatGPT Business e Adobe Acrobat Pro, incluindo a disponibilização das licenças, suporte técnico e atualizações, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme descrição, características e especificações técnicas constantes no Edital e seus anexos.

Em conformidade com a [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), o [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), a [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#) e o Parecer Referencial SEI-GDF n.º 45/2024 - PGDF/PGCONS da [Procuradoria-Geral do Distrito Federal](#), **declaramos viável e aprovada a contratação**, nos termos apresentados neste documento, o qual assinamos.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTES REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
ÉRICK TEODORO VARELA Chefe do Núcleo de Ativos e Serviços	LUCAS CARDOSO Gerente de Infraestrutura de Tecnologia da Informação	VERÔNICA DA SILVA SANTOS Chefe de Núcleo Administrativo da Superintendência Financeira

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 25.966, de 23/06/2005.

Brasília-DF, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preferencialmente preencher em papel timbrado da empresa e apresentar, caso não cadastrado no SICAF, toda a documentação necessária ao cadastramento no sistema:

I) habilitação jurídica, quando for o caso;

II) qualificação técnica;

III) qualificação econômico-financeira, quando for o caso;

IV) regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema de seguridade social e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS;

V) regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais; e

VI) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

ANEXO III
DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

ÓRGÃO/ENTIDADE
PROCESSO
MODALIDADE DE LICITAÇÃO
NÚMERO DA LICITAÇÃO
LICITANTE
CNPJ/CPF
INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL
REPRESENTANTE LEGAL
CPF

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, _____, de _____ de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Nº _____ (nome empresarial da licitante) inscrita no CNPJ
_____ com _____ sede _____ na _____
_____ (endereço completo) por intermédio de
seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF/MF nº _____, para os fins de habilitação no Pregão
Eletrônico xxx/2026-DER-DF, DECLARA expressamente que:

a) Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a Lei nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 e suas alterações, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO V

TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO

DA LEI Nº 6.128/2018 E DECRETO Nº 45.846/2024

(Reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua)

A Licitante _____ (Razão Social ou Nome da Empresa ou do Consórcio), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, RG nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, para os fins previstos no Edital de Licitação nº ____/20__ do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, que atenderá ao percentual de 2% das vagas de trabalho em serviços e execução de obras públicas para pessoas em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 6.128/2018 e no Decreto nº 45.846/2024.

_____, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI
MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO
(Modelo de agosto/2025 - AGU)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF

(Processo Administrativo nº 00113-00002752/2026-94)

**CONTRATO Nº ____/202__ QUE FAZEM ENTRE SI O DEPARTAMENTO
DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF E
A EMPRESA (NOME _____).**

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, DER-DF, com sede no Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco “C”, Edifício Sede do DER/DF, Setores Complementares, CEP: 70620-030, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.070.532/0001-03, neste ato representado pelo Senhor Presidente, Engenheiro Civil _____, nomeado pelo Decreto de ____/____/202__, publicado no DODF nº __, de ____/____/202__, página __, portador da Matrícula Funcional nº _____, e de acordo com a delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, conforme art. 31 do Decreto nº 32.598/2010, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____ doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU procuração apresentada nos autos** (SEI _____), tendo em vista o que consta no Processo nº **00113-00002752/2026-94** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Distrital 44.330 de março de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/20__ DER-DF (SEI _____), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de fornecimento de subscrições/licenciamento corporativo de softwares em modelo Software como Serviço (SaaS), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo disponibilização, ativação, renovação de subscrições existentes quando aplicável, e gestão administrativa das licenças, contemplando soluções como Canva, Flickr, CapCut, ChatGPT e Adobe Acrobat Pro, destinadas ao atendimento das necessidades institucionais do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Canva Pro+ Equipes – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso do software Canva, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, atualizações automáticas, suporte técnico do fabricante e acesso às funcionalidades contratadas, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	30	R\$	R\$
2	1	Flickr Pro – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso do software Flickr Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano profissional e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	1	R\$	R\$
3	1	ChatGPT Business – Subscrição e, quando aplicável, renovação de licença de uso da plataforma ChatGPT, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fornecedor, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	75	R\$	R\$
4	1	CapCut Pro – Subscrição de licença de uso do software CapCut, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da plataforma durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades avançadas do plano contratado, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	5	R\$	R\$

5	1	Adobe Acrobat Pro – Subscrição de licença de uso do software Adobe Acrobat Pro, na modalidade Software como Serviço (SaaS), incluindo direito de acesso e utilização da solução durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com disponibilização contínua, acesso às funcionalidades completas do plano profissional, atualizações automáticas e suporte técnico do fabricante, conforme plano licenciado.	Serviço de subscrição de licença por 36 meses	30	R\$	R\$
TOTAL GLOBAL (36 meses)					R\$	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência n.º 8/2026 - DER-DF/PRESI/CTINF/GEGTI (SEI 198574042);
- 1.3.2. O Edital da Licitação (SEI _____);
- 1.3.3. A Proposta da contratada (SEI _____);
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **36 (trinta e seis) meses** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos [arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA - DO PREÇO

- 5.1. O valor anual da contratação é de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor total de R\$ _____ (_____) para 36 (trinta e seis) meses.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA - DO PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA - DO REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **02/03/2026**, conforme Termo de Referência n.º 8/2026 - DER-DF/PRESI/CTINF/GEGTI (198574042), Cláusula 14ª, item 14.4.

7.2. Em consonância com o disposto no art. 24 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#), que determina a obrigatoriedade da adoção do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, nas contratações de serviços de Tecnologia da Informação com previsão de reajuste por índice de correção monetária, informa-se que, para a presente contratação, será adotado o referido ICTI como índice oficial para fins de reajuste de preços, considerando-se como referência a data do orçamento estimado.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. As demais regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 (trinta) dias úteis*;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.1.4.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.1.4.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.1.4.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.1.4.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.1.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.1.7. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.8. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.1.14. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.1.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.1.16. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.1.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.18. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
- 9.1.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.1.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.1.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.1.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.1.24. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.1.24.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.1.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade,

até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.1.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.2. Constituem demais obrigações da Contratada constante do Edital e seus anexos.

10. CLÁUSULA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [arts. 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. Conforme art. 1º, da Lei 7.290/2023, deve ser rescindido o contrato entre o Distrito Federal e a empresa de serviços terceirizados quando houver 3 atrasos, consecutivos ou não, por semestre, no pagamento dos salários dos empregados que prestam serviço ao

13. CLÁUSULA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício, ficando condicionadas à previsão na LOA, na dotação abaixo discriminada, conforme Disponibilidade Orçamentária n.º 575/2026 - DER-DF/PRESI/SUAFIN/DIOFI (SEI 198797964):

- I - Unidade: 26.205.
- II - Fonte de Recursos: 100, 183, 220 e 237.
- III - Programa de Trabalho: 26.126.8216.2557-2569.
- IV - Elemento de Despesa: 3390.40.
- V - Nota de Empenho nº ____; data: ____; Valor: ____.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3. O Contratante poderá utilizar as fontes de recursos 100, 135, 183, 220, 221, 237, 248, 232, 321, 335, 437, 448, 732, dentre outras que forem autorizadas, para fins de pagamento da despesa.

14. CLÁUSULA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

15.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

15.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

15.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

16. CLÁUSULA - DAS LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES

16.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:

- I - Incentive a violência;
- II - Seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;
- III - Incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violências sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;
- IV - Exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;
- V - Seja homofóbico, racista e sexista;
- VI - Incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;
- VII - Represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltadas contra minorias em condições de vulnerabilidade.

16.2. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, sob pena de rescisão do CONTRATO e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

16.3. A CONTRATADA fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital nº 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

16.4. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701/2023.

16.5. Conforme Decreto 44.330/2023, não poderá ser nomeado gestor, fiscal ou membro de comissão aquele que exercer atividade incompatível com a fiscalização de contratos ou possuir relação de parentesco, até o terceiro grau, com sócio gerente ou administrador do contratado, sendo vedado que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

16.6. O CONTRATADO deverá reservar o percentual mínimo de 2% (dois por cento) de vagas de trabalho para ocupação por pessoas em situação de rua, excetuando-se as empresas mencionadas na Lei federal nº 7.102, de 20/06/1983, podendo ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos da [Lei nº 6.128, de 01/03/2018](#) e do [Decreto nº 45.846, de 27/05/2024](#).

16.7. Conforme art. 1º, da Lei 7.290/2023, deve ser rescindido o contrato entre o Distrito Federal e a empresa de serviços terceirizados quando houver 3 atrasos, consecutivos ou não, por semestre, no pagamento dos salários dos empregados que prestam serviço ao Distrito Federal.

17. CLÁUSULA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

19. CLÁUSULA - DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Por estarem assim justas e de acordo, para a firmeza e validade do que ficou estipulado em suas cláusulas, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também, é datado e assinado eletronicamente por meio de *login* e senha, pelos representantes das partes.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF

(EMPRESA)

ENG. CIVIL _____
Presidente

(RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)
Representante Legal

[Documento datado e assinado eletronicamente, por meio de login e senha]

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por **ANA HILDA DO CARMO SILVA - Matr.0094068-2, Diretor(a) de Materiais e Serviços**, em 15/05/2026, às 15:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **203128829** código CRC= **CEAF8FE4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM Bloco C - Setor Complementares - Ed. Sede do DER/DF - Bairro Asa Norte - CEP 70620.030 - DF
Telefone(s): (61)3111-5600
Site - www.der.df.gov.br

00113-00002752/2026-94

Doc. SEI/GDF 203128829